

ISSN 1983-9391

Revista Brasileira de Ecoturismo

Brazilian Ecotourism Journal

Volume 4, Nº 2, Maio 2011



Revista Brasileira de Ecoturismo

Volume 04, Número 02, maio de 2011

Publicação da Sociedade Brasileira de Ecoturismo

Os artigos aqui publicados refletem a posição de seus autores e são de sua inteira responsabilidade.



Editor-Chefe

Prof. Dr. Zysman Neiman

Editores:

Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini

Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Editor Executivo Junior

Prof. Esp. Carlos Eduardo Silva

Editora de Idiomas

Malila Carvalho de Almeida Prado

Capa e layout do site

Lucas Neiman

Fotos

Andrea Rabinovici (capa)

Zysman Neiman

Comitê Avaliador:

Prof. Dr. Adriano Severo Figueiró

Profa. Dra. Alcyane Marinho

Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini

Profa. Dra. Almerinda Antonia Barbosa Fadini

Profa. Dra. Ana María Wegmann Saquel

Profa. Dra. Andréa Rabinovici

Profa. Dra. Beatriz Veroneze Stigliano

Prof. Drando. Bruno Pereira Bedim

Profa. Dra. Célia Maria de Toledo Serrano

Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo

Profa. Dra. Denise de Castro Pereira

Prof. Dr. Eduardo Humberto Ditt

Prof. Dr. Ferdinando Filetto

Prof. Dr. Flávio José de Lima Silva

Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo

Prof. Dr. Giovanni de Farias Seabra

Arq. Hector Ceballos-Lascurain

Profa. Dra. Heloisa Turini Bruhns

Prof. Drando. Heros Augusto Santos Lobo

Prof. Dr. Ismar Borges de Lima

Prof. Dra. Ivani Ferreira de Faria

Prof. Dr. Jesús Manuel López Bonilla

Profa. Dra. Jasmine Cardoso Moreira

Prof. Dr. João Luiz de Moraes Hoefel

Prof. Dr. José Artur Barroso Fernandes

Prof. Dr. José Martins da Silva Júnior

Profa. Dra. Kerlei Eniele Sonaglio

Profa. Dra. Lilia dos Santos Seabra

Prof. Dr. Lucio Flavo Marini Adorno

Prof. Dr. Luiz Afonso Vaz de Figueiredo

Profa. Dra. Marília Cunha Lignon

Profa. Dra. Marta de Azevedo Irving

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani

Profa. Dra. Nadjá Castilho da Costa

Profa. Dra. Odaleia Telles M. Machado Queiroz

Prof. Dr. Pedro de Alcântara Bittencourt César

Prof. Dr. Sidnei Raimundo

Profa. Dra. Solange Terezinha de Lima Guimarães

Profa. Dra. Sueli Ângelo Furlan

Prof.a. Dra. Suzana Machado Padua

Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Prof. Dr. Waldir Joel de Andrade

Prof. Dr. Zysman Neiman

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	178
-------------------	-----

EDITORAL.....	179
---------------	-----

ARTIGOS

Ecoturismo como prática para o desenvolvimento socioambiental.....	184
Cristiane Fernandes de Oliveira	
<i>Ecotourism as a practice for the social-environmental development</i>	184
Cristiane Fernandes de Oliveira	

Atividades de observação do comportamento de <i>Sotalia guianensis</i> como subsídio para o Turismo Científico no Parque Estadual Ilha do Cardoso - Cananeia (SP).....	196
Marcelo Nivert Schlindwein, Andreia Tami Akaki, Natasha Marcili Laganaro	
<i>Activity of observation the behavior of Sotalia guianensis as support for Scientific Tourism in the Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananeia, SP, Brazil).....</i>	196
Marcelo Nivert Schlindwein, Andreia Tami Akaki, Natasha Marcili Laganaro	

Cadeia de serviços turísticos: possibilidade de inclusão social nos parques nacionais brasileiros.....	208
Anderson Alves Santos, José Luiz Pereira de Rezende, Luís Antônio Coimbra Borges, Rosângela Alves Tristão Borém	
<i>Chain of tourism services: possibility of social inclusion in the national parks in Brazil.....</i>	208
Anderson Alves Santos, José Luiz Pereira de Rezende, Luís Antônio Coimbra Borges, Rosângela Alves Tristão Borém	

Ecoturismo como alternativa para o desenvolvimento sustentável da Área de Proteção Ambiental do Morro do Urubu – Aracaju (SE)	228
Luís Ricardo Rodrigues de Araújo, Daniel Menezes de Almeida Freitas, Cláudio Roberto Braghini	
<i>Ecotourism as alternative for sustainable development of the Environmental Protection Area of “Morro do Arubu” – Aracaju (SE), Brazil.....</i>	228
Luís Ricardo Rodrigues de Araújo, Daniel Menezes de Almeida Freitas, Cláudio Roberto Braghini	

Ecotourism, social and human capitals, and identity valorization: the communities of Tapajós (PA), Brazil	249
Ismar Borges de Lima, Anne-Marie d'Hauteserre	
<i>O Papel do Ecoturismo na Valorização Identitária e no Fortalecimento do Capital Social e Humano nas Comunidades do Tapajós (PA)</i>	249
Ismar Borges de Lima, Anne-Marie d'Hauteserre	

Gestão e Uso Público de Unidades de Conservação: um olhar sobre os desafios e possibilidades	274
Suelen Bellinassi, Ana Carolina Pavão, Eliana Cardoso-Leite	
<i>Management and Public Use of Protected Areas: an approach to the challenges and possibilities</i>	274
Suelen Bellinassi, Ana Carolina Pavão, Eliana Cardoso-Leite	

RESENHA

As áreas naturais e o turismo: conceitos, reflexões, práticas, impactos, responsabilidades e sensibilização	296
Claudia Maria Astorino	

APRESENTAÇÃO

A REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO (RBEcotur) é uma publicação eletrônica quadrimestral produzida pela Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBEcotur), sendo expressão do esforço dos profissionais nela envolvidos: editores e outros colaboradores. Criada em 2008, seus volumes são editados exclusivamente na formatação eletrônica *on line* (SEER).

Publica artigos inéditos de caráter científico com o objetivo de atender diferentes profissionais diante dos vários contextos de estudos e pesquisas em Ecoturismo e atividades afins, contribuindo para a difusão, diálogo e intercâmbio de conhecimentos teóricos ou aplicados, bem como para a formação de redes. Propõem-se a promover um amplo debate entre o poder público e privado, as operadoras, as agências, ONGs e instituições de ensino e pesquisa, principalmente no que tange a aplicação do planejamento e manejo do Ecoturismo voltado a práticas de mínimo impacto.

A transferência e troca desses conhecimentos são de suma importância para que a análise e a prevenção dos impactos do Ecoturismo e atividades afins se constituam em ferramenta imprescindível para dar subsídio à manutenção das práticas de preservação e ao planejamento estratégico de atividades de lazer, interpretativas da natureza e de Educação Ambiental, ligadas à conservação dos recursos naturais.

São os seguintes os eixos temáticos desta revista:

- **Eixo 1** - Ecoturismo e Educação Ambiental
- **Eixo 2** - Planejamento e Gestão do Ecoturismo
- **Eixo 3** - Manejo e Conservação dos recursos naturais através do Turismo Sustentável
- **Eixo 4** - Ensino, Pesquisa e Extensão em Ecoturismo
- **Eixo 5** - Ecoturismo de Base Comunitária

O Ecoturismo é uma prática que precisa ser mais bem estudada e compreendida pois, apesar de já ser praticado há mais de cem anos (desde a criação dos primeiros parques nacionais no mundo: *Yellowstone* e *Yosemite*), só nos últimos anos do século XX se configurou como um fenômeno crescente e economicamente significativo.

Embora os seus princípios e diretrizes estejam claramente estabelecidos e pareçam conceitualmente compreendidos pelos profissionais da área, na prática, o Ecoturismo carece ainda de uma visão estratégica, que promova seu desenvolvimento em nível nacional. Esta afirmação é especialmente verdadeira quando são analisados os projetos de desenvolvimento em implementação no Brasil e as dificuldades no planejamento e obtenção de resultados referentes aos compromissos com a Sustentabilidade.

Assim, convidamos todos os pesquisadores e produtores de conhecimento em Ecoturismo e áreas afins a somar seus esforços aos nossos, divulgando suas ideias nas edições da REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO.

Prof. Dr. Zysman Neiman
Prof. Dr. Alexandre de Gusmão Pedrini
Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa

Editores da RBEcotur

EDITORIAL

Prezados leitores e colaboradores.

Estamos felizes com mais uma edição de nossa Revista. Recebemos a notícia que nosso periódico foi aprovado na primeira fase de avaliação pelo sistema Scielo - *Scientific Electronic Library Online* (Biblioteca Científica Eletrônica em Linha), sendo que agora passará pelo crivo dos pareceristas *ad hoc*. Esperamos para breve a decisão final dos mesmos.

Neste número estão presentes mais seis contribuições em formato de artigos originais, além de mais uma resenha. O primeiro artigo desta edição, de autoria de Cristiane Fernandes de Oliveira discute os impactos negativos e positivos do modelo de desenvolvimento do turismo na sociedade e em especial, nas comunidades receptoras, a promoção da homogeneização de estilos de vida e, por sua vez, a perda da identidade e originalidade cultural, bem como a diminuição da capacidade de suporte das localidades envolvidas. A autora defende que o Ecoturismo pode possibilitar, em suas atividades educativas, o desenvolvimento do olhar crítico do visitante em relação aos processos de transformação espacial, permitindo aflorar uma nova relação socioambiental de valorização das culturas e tradições locais.

Em seguida, Marcelo Nivert Schlindwein, Andreia Tami Akaki, e Natasha Marcili Laganaro, descrevem uma atividade de observação de comportamentos de *Sotalia guianensis*, o boto-cinza, propondo uma alternativa, vinculada a programas de Ecoturismo Científico, que pode servir como complementação dos esforços na busca pela reparação dos danos causados ao meio ambiente por ação antrópica, contribuindo assim para a conservação da espécie.

Um estudo de caso é apresentado no terceiro artigo, de autoria de Anderson Alves Santos, José Luiz Pereira de Rezende, Luís Antônio Coimbra Borges, e Rosângela Alves Tristão Borém, que apresenta um histórico do ecoturismo nos PARNAS brasileiros, mostrando as cadeias de serviços existentes, através da aplicação de questionários a 57 chefes de PARNAS, que procuraram avaliar a percepção dos mesmos sobre a implementação do ecoturismo.

O quarto artigo, de Luís Ricardo Rodrigues de Araújo, Daniel Menezes de Almeida Freitas, Cláudio, e Roberto Braghini, analisa as perspectivas do ecoturismo para o uso sustentável da Área de Proteção Ambiental do Morro do Urubu, o único grande remanescente de Mata Atlântica presente na cidade de Aracaju. Os autores concluem, após entrevistas e observação *in loco*, que as possibilidades sinalizam para o ecoturismo como ferramenta de educação ambiental, aproveitando-se inicialmente da estrutura do Parque da Cidade, bem como uma necessária articulação com as universidades que desenvolvem ações na área.

O quinto artigo, de Ismar Borges de Lima e Anne-Marie d'Hauteserre, publicado em inglês, investiga o papel do ecoturismo comunitário para o fortalecimento do capital social e humano bem como para a valorização da cultura e da vida dos ribeirinhos na FLONA e na RESEX, na região de Tapajós, na Amazônia Central. Foi utilizada uma abordagem qualitativa (entrevistas abertas e semiestruturadas bem como observação participante) com o objetivo de obter material descritivo para análise.

Em seguida, no sexto artigo, Suelen Bellinassi, Ana Carolina Pavão, e Eliana Cardoso-Leite,

retomando os estudos em Unidades de Conservação, realizam uma pesquisa com oito Parques Estaduais de São Paulo e cinco Parques Nacionais sobre a visitação estruturada, utilizando principalmente trilhas interpretativas como principal atrativo. Detectaram, como principais entraves aos programas de educação ambiental, a falta de conscientização da população entorno, que consideram as Unidades como algo positivo, mas se queixam das medidas restritivas; e a situação fundiária não resolvida, que dificulta a efetividade dos programas de uso público.

Completando esta edição, Cláudia Maria Astorino escreveu uma resenha da obra *“Las Áreas Naturales y el Turismo”*, que tem como escopo apresentar um panorama da relação anunciada pelo título da obra, que pode manifestar-se de distintas maneiras e resultar em efeitos desejáveis e impactos indesejáveis. A resenhista recomenda essa leitura a profissionais envolvidos com planejamento turístico em áreas naturais, em especial modo, em Unidades de Conservação, bem como a docentes de cursos de Turismo responsáveis por disciplinas ligadas ao pensamento do turismo em um contexto norteado pela busca da sustentabilidade.

Lembramos a todos os leitores que já estão abertas as inscrições de trabalhos para o VIII Congresso Brasileiro de Ecoturismo (CONECOTUR), bem como para o IV Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação (EcoUC), cujos resumos e artigos completos serão publicados nesta Revista.

O Instituto Ipá Ti-uá, que está responsável pela execução dos eventos, está com a missão de buscar parcerias, apoios, utilizar de contatos e prestígio institucional pelos vários anos de atividade em busca congregar forças da Academia, do Poder Público, do Setor Privado, do Terceiro Setor e dos praticantes de ecoturismo. Para seus organizadores, esta será uma grande oportunidade de somar esforços, integrar setores dentro de um Congresso Científico, enriquecendo experiências e contribuindo na produção do conhecimento. Convidamos a toda a comunidade ligada ao Ecoturismo para participar e fazer um grande evento para todos.

Mais informações podem ser obtidas no site oficial do evento, cuja responsabilidade é da Sociedade Brasileira de Ecoturismo: http://www.ipatiua.com.br/viii_conecotur_iv_ecouc/site/index.html



Para encerrar, anunciamos a chegada de mais dois novos membros ao nosso Comitê de Avaliadores: A Profa. Dra. Kerlei Eniele Sonaglio e o Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atuantes em cursos de pós-graduação em turismo e que em muito irão contribuir com a excelência acadêmica desejada por nossa RBEcotur. Sejam bem-vindos!

A todos, uma boa leitura!

Zysman Neiman
Editor Chefe



Poema

O grilo procura
no escuro
o mais puro diamante perdido.
O grilo
com as suas frágeis britadeiras de vidro
perfura
as implacáveis solidões noturnas.
E se o que tanto busca só existe
em tua limpida loucura
-que importa?-
isso
exatamente isso
é o teu diamante mais puro!

Mario Quintana

Nota dos Editores:

O Buriti (*Mauritia flexuosa*), presente no logotipo da RBEcotur, é uma homenagem à Pindorama, a “Terra das Palmeiras”, com suas paisagens de grande potencial para o ecoturismo, bem como às suas veredas, que compõem alguns dos mais expressivos e belos conjuntos cênicos de nosso país. A cada número da Revista, uma árvore brasileira será evocada. Neste número a espécie homenageada é a Sucupira (*Pterodon emarginatus*). É uma árvore de porte médio, de 8 a 16 metros, que ocorre no cerrado e sua transição para a floresta semidecídua da Mata Atlântica. Tem madeira muito dura, usada em construção civil. Suas sementes e casca produzem um óleo aromático volátil utilizado contra o reumatismo. Já os nódulos da raiz são usados contra o diabetes.



SEÇÃO
ARTIGOS

Além da terra, além do céu

Além da Terra, além do Céu,
no trampolim do sem-fim das estrelas,
no rastro dos astros,
na magnólia das nebulosas.
Além, muito além do sistema solar,
até onde alcançam o pensamento e o coração,
vamos!
vamos conjugar
o verbo fundamental essencial,
o verbo transcendente, acima das gramáticas
e do medo e da moeda e da política,
o verbo sempreamar,
o verbo pluriamar,
razão de ser e de viver

Carlos Drummond de Andrade





Ecoturismo como prática para o desenvolvimento socioambiental

Cristiane Fernandes de Oliveira

RESUMO

Este artigo procura problematizar a ideia de desenvolvimento do turismo como a alternativa ideal para a resolução dos problemas econômicos, estimulando o repensar das práticas políticas e de planejamento urbano, territorial e de turismo. O objetivo do trabalho é promover a discussão acerca do paradigma de desenvolvimento turístico que vem sendo promovido no período contemporâneo de globalização da economia. Discutem-se deste modo, os impactos negativos e positivos deste modelo de desenvolvimento do turismo na sociedade e em especial, nas comunidades receptoras, a promoção da homogeneização de estilos de vida e, por sua vez, a perda da identidade e originalidade cultural, bem como a diminuição da capacidade de suporte das localidades envolvidas. Isto requer um olhar crítico, em relação aos processos de aculturação, perda de identidades e alteração dos tempos de produção já que a qualificação local, no que diz respeito ao turismo, está assentada principalmente em diferenças, ou seja, a perda da originalidade implica em perda de atratividade. O segmento do ecoturismo pode ser compreendido como uma força de resistência à homogeneização dos lugares e à perda das diferenças. Isto porque possibilita em suas atividades educativas o desenvolvimento do olhar crítico do visitante em relação aos processos de transformação espacial permitindo aflorar uma nova relação socioambiental de valorização das culturas e tradições locais.

PALAVRAS-CHAVE: : Educação Ambiental; Desenvolvimento; Ecoturismo .

Ecotourism as a practice for the social-environmental development

ABSTRACT

The article discuss the idea of the tourism development as an ideal alternative to collaborate with the economical problems solution, stimulating the rethinking of the political practices and the urban, territorial and tourism planning. The main concern is to promote the discussion about the tourism development paradigm which has been developed in the contemporary period of economical globalization. From this point of view, we discuss the positive and negative impacts on this tourism development model on the society, particularly on the receptor communities, the promotion of the lifestyles homogenization and consequently, the cultural originality loss besides the lowering of the support capacity of the involved locals. This requires a critical view, regarding to the culturalization processes, loss of identities and change of the production timings, once the local work qualification in relation to the tourism area, is mainly settled on the differences or, in other words, the loss of the originality results in the loss of attractivity. The ecotourism segment can be understood as a resistance force to the homogenization of the places and the loss of differences, making it possible, through its educational activities, the development of the visitor's critical view regarding to the spatial transformation processes, thus enabling a new social-environmental relationship valorizing the local culture and traditions.

KEYWORDS: Environmental Education; Development; Ecotourism.

Introdução

Nas últimas décadas inúmeras cidades brasileiras têm se transformado, do ponto de vista urbanístico, a fim de se adequarem às novas demandas do setor turístico. Buscam por meio da modernização do aparato urbanístico obter êxito na dinamização econômica local possibilitando sua inserção no mercado turístico emergente.

Contudo, apesar do turismo ter sido considerado uma solução alternativa viável de desenvolvimento, principalmente a partir da década de 1980, quando os empecilhos de cunho ambiental suscitavam críticas mais aguçadas ao desenvolvimento industrial potencialmente poluidor, ainda há questões pendentes no que concerne aos impactos socioambientais, advindas do desenvolvimento turístico.

Neste contexto, algumas reflexões acerca dos pontos positivos e negativos do desenvolvimento do turismo são expostas neste trabalho.

Inseridas nestas reflexões estão questões relacionadas à transformação produtiva nas cidades receptoras, a modificação dos padrões urbanos e culturais, a alteração dos fluxos de deslocamento e do preço da terra, bem como do aumento das pressões junto aos remanescentes de ambientes naturais ainda existentes.

Ainda, ao se discutir a temática do turismo em relação à produção do espaço dois movimentos devem ser considerados simultâneos ou mesmo complementares nas novas transformações urbanas e sociais das últimas décadas: a homogeneização das paisagens urbanas metropolitanas e de seus estilos de vida e a criação de espaços “ideais” de lazer, construídos para atender um novo mercado de consumo – a exemplo das inúmeras mega estruturas hoteleiras e *resorts* que vêm sendo criados em vários pontos do país. É possível afirmar que a “indústria” do turismo, por meio de investimentos em expansão da infraestrutura urbana, possibilitando o consumo do lazer programado, tem dinamizado fortemente o setor de turismo no Brasil, especialmente a partir da década de 2000.

É interessante notar que ao mesmo tempo em que as grandes cidades se tornam “monótonas” com a homogeneização das formas e padrões urbanísticos, criam-se novas “ilhas” para fim de desenvolvimento do ócio. Estas novas localidades são constituídas para proporcionar lazer sem deixar de permitir a continuidade do processo produtivo e, portanto, devem possibilitar o acesso aos fluxos de informação/comunicação por meio de sua integração às redes (acesso 24 horas à internet, comunicação por satélite etc.).

Assim são concebidas e implantadas as novas instalações turísticas, ou seja, ao mesmo tempo em que são reproduzidas imagens simbólicas que representam o ócio, como paisagens paradisíacas tropicais, requer-se o conforto e eficiência produtiva das cidades modernas.

A imposição da adequação das localidades receptoras a esse modelo como condição ao desenvolvimento do turismo tem induzido ao desaparecimento das

peculiaridades que as valorizam do ponto de vista de suas culturas, tradições, organizações sociais etc. e tem aberto caminho ao aumento das pressões para a ocupação e transformação dos últimos remanescentes de ambientes naturais, sob a bandeira do desenvolvimento “limpo”.

O tópico a seguir procura, portanto, discorrer de modo questionador, a ideia do desenvolvimento da atividade turística como resposta ao desenvolvimento econômico-social local e os possíveis impactos dos investimentos em transformações urbanísticas na vida das comunidades receptoras. Dentro deste contexto, busca-se discutir sucintamente alguns impactos socioambientais impostos principalmente por atividades turísticas constituídas sob a égide do desenvolvimento econômico, em detrimento da valorização do ritmo e equilíbrio socioambiental local.

Turismo e desenvolvimento: alguns questionamentos

A ideia de que o turismo tem poder de alavancar o desenvolvimento econômico e social, mobilizando e dinamizando economias locais e regionais está atrelada ao desenvolvimento da capacidade de deslocamento populacional entre diferentes áreas, gerando novos fluxos produtivos. É possível afirmar que estes novos fluxos se intensificaram mundialmente com a revolução urbano-industrial, com a expansão do acesso às redes de comunicação e informação e desenvolvimento de meios de transporte mais rápidos e eficientes, marcadamente a partir de meados do século XX.

Neste sentido, lugares que antes se encontravam desconectados do contexto produtivo urbano-industrial, passaram a ser integrados, tanto do ponto de vista real como virtual, a partir de investimentos em expansão do acesso, ou seja, investimentos em expansão de rodovias, construção de aeroportos e portos, bem como por meio de investimentos em comunicação (telefonia celular) e em informação (ampliação das redes de internet, cobertura de informações sobre os locais – *Google Earth*, etc.), possibilitando novas relações sociais e econômicas.

Esse estreitamento de relações tem sido analisado sob diversos pontos de vista por inúmeros autores que tratam das questões urbanas e sociais contemporâneas. Entre estes autores, Castells (1999) procurou discorrer sobre o desenvolvimento de uma sociedade informacional, que se transforma em relação aos seus ritmos produtivos, alterando suas temporalidades e homogeneizando suas formas. Por sua vez, Carlos (2001: p.175), chama a atenção para a “*mercantilização dos espaços voltados às atividades do turismo*” que se manifesta por meio do espaço “simulacro”, criado para ser consumido, ou seja, para se inserir como mercadoria em um mundo globalizado.

As transformações não ocorrem somente do ponto de vista da criação de novos espaços a serem consumidos, mas também em relação às temporalidades envolvidas.

No que concerne às temporalidades envolvidas Santos (1999) já previa que

com o avanço da globalização os tempos rápidos seriam referências aos tempos lentos.

Os novos espaços de turismo, portanto, precisam estar inseridos ou permitir os fluxos rápidos, de informação ou de deslocamento. Esses espaços são projetados para se integrar às redes e para tanto, contam com apoio de ações governamentais para implantar ou permitir a implantação desta infraestrutura. São exemplos disso vários empreendimentos viários que ligam grandes cidades, que mantêm fluxos turísticos importantes, aos grandes empreendimentos imobiliários e hoteleiros no Brasil, como a Linha Verde que liga Salvador ao estado de Sergipe, que atende grandes grupos hoteleiros na Costa do Sauípe e Praia do Forte-BA, ou como a rodovia Mogi-Bertioga em SP (recentemente remodelada), que atende o grande fluxo sazonal turístico entre São Paulo e todo o litoral Norte do mesmo estado, dinamizando o setor hoteleiro e imobiliário na região, entre outros.

A intensa apropriação da natureza e o simultâneo processo de urbanização nas últimas décadas têm contribuído para a transformação da “natureza” em objeto de desejo por meio de símbolos que representam a possibilidade de consumo desta natureza, por meio da aproximação proporcionada pelo turismo.

Villaça (2001) já mencionava o apelo da imagem da natureza na venda de terras em novos loteamentos urbanos. Atualmente esta forma de propaganda se expande não somente para o comércio de loteamentos urbanos em espaços rurais, mas também para a venda de serviços sobre os próprios espaços naturais ainda totalmente ou parcialmente preservados.

Algumas destas formas de desenvolvimento turístico, baseado na exploração da paisagem natural, concretizam-se tanto com a produção de impactos positivos como de negativos, mantendo-se sobre um frágil equilíbrio.

A atividade de turismo pode promover e dinamizar a economia local, gerando novos postos de trabalho, proporcionando renda e capacitação técnica e, neste sentido, pode ser considerado positivo para as comunidades receptoras. Entretanto, a atividade de turismo também tem promovido o incremento da atividade imobiliária, atraindo novos empreendimentos imobiliários e de negócios, principalmente no ramo hoteleiro, podendo gerar tanto impactos positivos, como os já citados, como também negativos, quando alteram profundamente a dinâmica econômica e social local.

O caso da praia do Forte-BA, onde está assentado o projeto “Tamar” é ilustrativo. O pequeno vilarejo que concentrava a atividade pesqueira local se transformou na vitrine do projeto ambiental de reprodução de tartarugas marinhas, transformando-se em um dos pontos mais visitados e badalados do litoral baiano. O setor hoteleiro atualmente substituiu a pequena economia pesqueira, gerando novos postos de trabalho e atraindo benfeitorias urbanas, como saneamento básico, asfalto, linhas de ônibus etc. Em contrapartida, os pescadores foram afastados de seus locais de origem pelo aumento do valor dos impostos urbanos. O ritmo e a aparência rústica do vilarejo foram transformados para servir aos visitantes e os melhores postos de

trabalho continuam sendo ocupados por mão de obra mais bem qualificada, que em geral tem origem nas capitais da região Sudeste do país ou mesmo em outros países. Deste modo, a rede urbana aí instituída pela necessidade de atender os fluxos da modernidade não são reais para os moradores nativos. Como afirma Santos (2007) em “O espaço do cidadão”, o acesso aos recursos urbanos presentes em determinada região contribuiria para a desigualdade na valoração das pessoas. Nas palavras do autor estas distorções devem ser corrigidas, já que *“para muitos, a rede urbana existente e a rede de serviços correspondente são apenas reais para os outros. Por isso são cidadãos diminuídos, incompletos”* (Santos: 2007: p.140).

Ainda, segundo Santos (2007) as forças de mercado e decisões de governo, por meio dos investimentos públicos em equipamentos coletivos, induzem os fluxos e o assentamento de pessoas e, portanto, são estas forças que possuem o poder de acirrar ou diminuir desigualdades sociais. A lógica da valorização da terra urbana e as pressões imobiliárias inserem-se neste contexto, sendo que a renovação urbana para fim de desenvolvimento de atividades voltadas ao turismo é parte deste mecanismo de expansão das cidades ao mesmo tempo em que há a expulsão das populações economicamente mais pobres das áreas centrais mais valorizadas.

Inúmeras outras localidades, em especial no litoral brasileiro, podem ser citadas como exemplos de fragilidade quanto ao desenvolvimento das políticas públicas de turismo, na qual não raramente os impactos negativos recaem sobre as comunidades nativas, enquanto que os impactos positivos podem ser observados sobre as comunidades de visitantes ou sobre os novos moradores, que passam a se beneficiar das transformações urbanas e econômicas geradas pelo turismo.

No que diz respeito às políticas públicas para o desenvolvimento da atividade de turismo no Brasil, pode-se afirmar que a Agenda 21, firmada em 1992, contribuiu não somente para a busca da sustentabilidade ambiental, mas também induziu a criação da Lei 9795/99 que trata da Política Nacional da Educação (BRASIL, 1999). Esta Lei em seu artigo 13º procura incentivar o ecoturismo no Brasil como instrumento de educação.

Segundo observado por Costa (2005) de forma simples e didática, não há consenso sobre o significado do termo “ecoturismo”, mas é possível caracterizar as atividades que levam a esta prática. Neste sentido, conforme a autora, o ecoturismo seria caracterizado por atividades que não implicam em impactos negativos ao meio ambiente e possuem como motivação principal a observação e o aprendizado com a natureza e com as culturas tradicionais, destacando-se, portanto, o caráter educativo.

Apesar deste trabalho não ter intenção de resgatar todas as definições de ecoturismo vale destacar a definição de ecoturismo adotada pela Política Nacional de Ecoturismo, tendo em vista seu caráter abrangente e ao mesmo tempo preciso. De acordo com esta definição, que em sua origem foi desenvolvida pela Organização Mundial de Turismo (2003),

ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações (BRASIL: 2008: p.16).

Sem questionar o importante papel do meio natural como veículo de conscientização, de identificação e de aprendizado, é necessário considerar também alguns outros aspectos da relação entre o turista e o meio visitado (receptor), compreendido como o meio natural e social.

Paulatinamente, além dos atrativos urbanos que mobilizam sazonalmente ainda hoje grandes fluxos populacionais à busca de novos estímulos, de novos negócios ou de compras, também os atrativos naturais começam a ser mais intensamente explorados.

O desenvolvimento do turismo voltado à aproximação do homem em relação à natureza se expressa de várias formas, entre elas: pelo turismo de aventura, ou seja, aquelas formas de turismo voltadas ao desenvolvimento de atividades esportivas em ambientes naturais, pelo turismo rural e pelo denominado ecoturismo, que de amplo modo, porém não único, envolve atividades de visitação às áreas naturais, que podem ser parques, reservas ou mesmo áreas que envolvam remanescentes de áreas naturais sem proteção legal definida.

Um dos aspectos que devem ser levados em consideração diz respeito à capacidade de suporte do meio em relação às demandas por visitação.

Na última década houve crescimento da atividade turística em áreas naturais conservadas, sendo denominadas de atividades de ecoturismo. No entanto, a atividade ecoturística implica em ir além da visitação em si às áreas naturais conservadas, implica em educar e em ser educado.

Ainda, como lembra Mendonça e Neiman (2002), o contato com o desconhecido, com o inesperado pode possibilitar experiências que proporcionam transformações comportamentais na direção do autoconhecimento e respeito ao outro. Essas transformações, na concepção dos autores, possibilitariam uma nova forma de aproximação baseada em afeto e respeito às diferenças.

Estas diferenças, por vezes, se refletem nos sons produzidos, nas cores vestidas ou mesmo na própria infraestrutura. Deste modo, como mensurar qual é a medida correta para intervenção? Será que a melhoria da estrutura física que dá suporte às atividades de ecoturismo é capaz de sustentar a melhoria da qualidade do trabalho em ecoturismo?

Mendonça e Neiman (2002) chamam à atenção, ainda, para o tênue equilíbrio entre os necessários investimentos em infraestrutura, a exemplo dos investimentos em saneamento básico, e os investimentos atrelados à remodelagem do lugar.

Em relatório desenvolvido pelo Ministério do Turismo e Embratur (BRASIL, 2002) aponta-se fragilidades quanto à infraestrutura física em algumas áreas onde se desenvolve atividades de ecoturismo. Assim, algumas das áreas que mais recebem ecoturistas no Brasil, como o parque nacional do Caparaó-MG ou o Jalapão-TO, ainda carecem de estrutura de recepção adequada para atender os visitantes.

Neste mesmo relatório do Ministério do Turismo e Embratur sobre as demandas turísticas em áreas naturais conservadas é levantada a ausência ou fragilidade da estrutura de saneamento básico, sendo necessária a implantação de banheiros, bebedouros, locais para coleta de lixo, bem como a necessidade de capacitação dos funcionários e guias locais. A ausência ou fragilidade destas infraestruturas e de valorização do trabalho em turismo implica em potenciais impactos negativos, como: geração de problemas sanitários, contaminação ambiental, desrespeito à capacidade de suporte ambiental ou ainda, em médio e longo prazo é possível o desencadeamento de um processo de desvalorização deste patrimônio ambiental e turístico.

A ausência de guias capacitados aliado ao elevado número de visitantes, que nem sempre respeita a capacidade de suporte do meio receptor, também possibilita o desenvolvimento de outros tipos de impactos negativos, como a circulação de visitantes em áreas mais frágeis, prejudicando o equilíbrio da fauna e flora e a geração de trilhas secundárias induzindo o desenvolvimento de processos erosivos.

Estes problemas, apesar de serem comumente verificados nas unidades de conservação receptoras, são passíveis de serem solucionados, desde que haja investimentos públicos em estrutura (no caso de saneamento) e em capacitação de pessoal, bem como em campanhas educativas de uso destas unidades de conservação.

Entretanto, há outros problemas derivados do aumento das demandas por visitação que nem sempre são facilmente solucionados. Dentre estes problemas, pode ser destacada a alteração das temporalidades das comunidades receptoras, tendo em vista a ânsia por adequação às novas exigências trazidas pelas demandas turísticas. Também nem sempre as atividades culturais tradicionais ou mesmo aquelas consideradas folclóricas são valorizadas ou respeitadas, ensejando conflitos e perda de valores da cultura nativa.

É importante que se compreenda que estes valores intrínsecos às comunidades receptoras são sua assinatura, seu verdadeiro atrativo, assim, sua transformação bem como a perda do caráter histórico-cultural promove sua desvalorização e sua desmobilização social.

A destruição destes valores tem permitido o surgimento de outra localidade, muitas vezes criada de acordo com novos valores impostos pela sociedade de consumo. Estas novas localidades são constituídas, neste sentido, pela mistificação da ideia de aproximação da natureza e ocupam os espaços deixados pelo distanciamento das populações receptoras. Distanciamento este em termos de sua

história e em termos espaciais, já que, como supracitado, as populações nativas passam a ocupar lugares cada vez mais periféricos.

É possível perceber que a homogeneização dos lugares por meio da imposição dos padrões de consumo globalizados, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento econômico do setor hoteleiro e turístico e oportuniza a inserção desta localidade no mercado turístico global, fragiliza e exclui os valores tradicionais da cultura local que paradoxalmente apontariam seu valor diferencial em um mundo que se padroniza.

Ecoturismo: uma nova perspectiva para o desenvolvimento socioambiental?

Nas palavras de Mendonça e Neiman (2002: p.174) “o ecoturismo deve se assumir como um setor da sociedade capaz de transformar e, com isso, contribuir para uma mudança de paradigma”.

Essa capacidade de transformação em uma direção à maior conscientização da sociedade em relação às questões socioambientais só pode ser alcançada por meio da educação ambiental.

A concepção de educação ambiental para Reigota (2006: p.58) está associada “a ampliação da participação política dos cidadãos”. Mas como seria isto possível?

Ao tratar sobre educação ambiental, Reigota (2006) defende que há dois componentes envolvidos: um “reflexivo” e outro “comportamental”. Para o autor, o primeiro componente permitiria e daria a direção para o desenvolvimento do segundo. Neste sentido, a reflexão acerca do “por que” das ações poderiam conduzir modificações no envolvimento dos indivíduos em prol da coletividade, ou seja, em prol de todos os elementos componentes do meio ambiente.

O estímulo a este componente reflexivo pode ser buscado de diversas maneiras, dentre elas em atividades de ecoturismo.

Ao entrar em contato com ambientes onde há aspectos ainda preservados da natureza, que funcionam de forma diferente de nosso padrão de vida construído, nosso subconsciente nos leva a nos confrontarmos com nossos medos, com nossas inseguranças acerca das diferenças, como chama a atenção Mendonça e Neiman (2002) e isto pode levar às reflexões requeridas para o desenvolvimento de uma consciência ambiental.

Entretanto, nem sempre o desenvolvimento desta consciência é despertado no contato com o meio natural, por várias razões.

Entre estas razões pode-se mencionar a expansão da oferta hoteleira de grande porte, a exemplo dos *resorts*. Estes últimos oferecem estrutura de lazer e conforto em meio a uma natureza recriada, de forma a excluir os aspectos desconhecidos e amedrontadores do meio natural.

Estende-se, assim, a previsibilidade do meio urbano construído para áreas que ainda apresentavam aspectos diferenciais a serem apreendidos, a serem respeitados.

Não é raro, neste contexto, tomarmos contato com ofertas de pacotes que incluem vivência com o meio natural adaptadas às exigências de conforto e segurança do público urbano, por parte de agências de ecoturismo.

Perde-se cada vez mais, portanto, a possibilidade de se vivenciar o imprevisível, de se admirar e respeitar os aspectos diferentes, perdendo-se, consequentemente a possibilidade de se refletir sobre a importância da existência destes espaços ou destas comunidades.

Além da perda da possibilidade de reflexão há a perda da possibilidade de se constituir vínculos afetivos com estes lugares, já que sua transformação implica em artificialidade. Esta artificialidade, por sua vez, dá um sentido oposto ao que se quer alcançar, que é a ligação afetiva com o lugar. A artificialidade aponta para inúmeras possibilidades de recriação e poderiam ser modificadas quantas vezes fossem necessárias.

Neste modelo mercantilizado da paisagem não há espaço para a ligação afetiva, nem com o lugar em si, nem com seus habitantes.

A ausência de ligação afetiva com estes espaços coisificados constitui-se, assim, em obstáculo ao desenvolvimento de ações educativas que promovam o caráter reflexivo e, portanto, transformador.

Ainda, segundo Loureiro (2006) este distanciamento entre o ser humano e a natureza tem sido promovido pela lógica capitalista, que produz indiscriminadamente a alienação acerca dos ritmos naturais, o individualismo e a falsa ideia de que a natureza pode ser recriada incessantemente sem consequências.

Requer-se, neste sentido, um olhar mais aprofundado e crítico sobre as possibilidades de trabalhos de sensibilização, que incorpore a reflexão sobre os ritmos naturais e os impostos, que possibilite questionar a lógica de interesses sob as novas formas construídas e que permita enxergar o outro, o diferente como um aliado na formulação de uma outra lógica socioambiental.

Acredita-se, neste trabalho, que esta outra lógica pode ser construída com envolvimento educativo, que pode, por sua vez, ser desenvolvida por meio de atividades de ecoturismo.

As atividades de ecoturismo concebidas a partir deste contexto de comprometimento com o resgate reflexivo e crítico se inserem não somente em espaços naturais preservados, mas também naqueles já transformados pela ação humana.

Até mesmo os ambientes já modificados e deteriorados pela ação humana podem ser objeto de estudo e de análise, promovendo-se reflexões acerca dos interesses envolvidos na transformação destes espaços, dos impactos gerados e

sobre possíveis soluções.

A geração da consciência ambiental requer estímulo, questionamentos e percepção sobre a possibilidade de ações coletivas. As reflexões e ações coletivas promovidas por parte das atividades ecoturísticas podem, portanto, valorizar e dinamizar os trabalhos de educação ambiental ao mesmo tempo em que reintegra o indivíduo na sociedade e fortalece o sentido de cidadania.

Ao se desenvolver atividades ecoturísticas, é possível estimular novos comportamentos, como explicitado nas experiências de Faria e Garcia (2002), por meio de atividades de campo e estudos do meio. Conforme Callai e Callai (2003: p.68) as atividades educativas com grupos contribuem para instrumentalizar os integrantes para a vivência da troca, para a compreensão, para o aprendizado, que envolvem “*relações sociais fundamentais para a vida*”. Neste sentido, a conscientização por meio do ecoturismo pode resultar em modificação na postura do indivíduo no que tange a sua inserção como ser ativo na sociedade em que vive.

Como observa Srikosamatara e Brockelman (2002) o envolvimento do indivíduo no grupo onde se realiza a atividade de ecoturismo também permite novas cooptações em prol de uma causa ambientalista. No caso de áreas protegidas na Tailândia, a sensibilização dos grupos de visitantes se estendeu aos seus familiares e amigos que passaram também a visitar algumas destas áreas e se tornaram simpatizantes à causa protecionista, o que tem contribuído, segundo os autores, para protegê-las, tendo em vista a forte opinião pública em prol da causa conservacionista.

Considerações finais

A diminuição progressiva das fronteiras entre tempo livre e de descanso, derivada dos novos modos de produção e reprodução urbano industrial, pode resultar nas palavras de Castrogiovani (2001: p.7) em “*novos tempos sociais em que surgirão outros modelos de vida, nos quais o turismo assumirá posições de maior destaque*”.

Entretanto, estas novas temporalidades impostas por estes novos modos de vida têm sido responsáveis pela homogeneização dos lugares, das culturas, impondo ao setor turístico um novo paradigma: o da reprodução da imagem do lugar perfeito, onde a natureza transformada passa a ser, como observa Carlos (2001), uma mercadoria a ser consumida.

O crescimento do número de *resorts*, de parques temáticos e de um modelo de turismo que procura construir uma natureza perfeita voltada para o consumo de uma parcela da sociedade, só pode ser compreendido em um contexto de globalização, tal como descreve Castells (1999), com a padronização das formas urbanas e massificação das alternativas de lazer e cultura.

A valorização dos lugares e das tradições culturais e históricas das comunidades receptoras faz-se necessária e esta valorização pode ser possibilitada pela intervenção do Estado, por meio de ações educativas e de investimentos em equipamentos públicos coletivos, desde que estes últimos possam ser realmente apropriados pela coletividade e não somente por uma pequena parcela da sociedade.

O Ecoturismo pode ser encarado como uma alternativa viável de desenvolvimento dentro da atividade turística, desde que haja consciência sobre a necessidade de enfrentamento das várias questões supracitadas.

As diferenças culturais, paisagísticas, rítmicas, entre outras, traduzem e integram a beleza brasileira em contextos culturais, paisagísticos e históricos. Estas diferenças enriquecem a multiplicidade de escolhas e novos aprendizados que podem ser vivenciados por meio do turismo. Para isto, exige-se além do amparo do Estado, uma postura aberta do turista a esta vivência e a compreensão crítica do contexto hodierno em que também se reproduz a padronização dos lugares.

É em um contexto de contradições que esbarram em questões acerca da valorização urbana, de conflitos de classes e culturais e de proteção ambiental, entre outras, que devem ser desenvolvidas as reflexões sobre o desenvolvimento das atividades de ecoturismo no Brasil.

O enfoque deste trabalho, portanto, foi o da reflexão sobre as possibilidades e entraves da atividade turística em temporalidades constituídas a partir do processo de globalização. Pelo menos um caminho pode ser vislumbrado a partir destas reflexões: o caminho onde as dificuldades e conflitos são enfrentados coletivamente. Neste caminho há possibilidade de se desenvolver atividades ecoturísticas como sinônimo da busca do aprendizado e do respeito mútuo, tanto por parte do visitante quanto do receptor. Ainda, este caminho pretende romper com a monotonia instalada pelo modelo homogeneizante que pressiona a paisagem e o modo de vida neste período de globalização.

Este caminho de aprendizado por meio de atividades de ecoturismo, no contexto que aqui se coloca, busca outra ordem possível, na qual se constitua forças para construção da cidadania como contraponto às forças hegemônicas estritamente mercantis. Desse modo, compreende-se que seja um percurso repleto de obstáculos os quais se deve superar. O intercâmbio de experiências e de ideias pode assim, constituir um bom começo.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/Leis/L9795.htm > Acesso em março/2011.

BRASIL. Ministério do Turismo e Embratur. **Estudo sobre o turismo praticado em ambientes naturais conservados**. Relatório final. São Paulo: Instituto Brasileiro de Turismo/Fipe, dez/2002.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008. 60p.

CALLAI, H. C.; CALLAI, J. L. Grupo, espaço e tempo nas séries iniciais. In: CASTROGIOVANNI, A.C. et al. (Orgs.) **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Associação dos Geógrafos Brasileiros-Seção Porto Alegre, 2003. p.65-75.

CARLOS, A.F.A. O consumo do espaço. *In*: CARLOS, A.F.A. et al (Org.) **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTROGIOVANNI, A. C. Apresentação. *In*: CASTROGIOVANNI, A. C. (org). **Turismo Urbano**, São Paulo: Contexto, 2001.

COSTA, P. C. **Ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2ª Edição, 2005.

FARIA, M.O. de; GARCIA, E. B. Um sonho e trabalho para a construção de outro futuro. *In*: NEIMAN, Z. (Org.) **Meio Ambiente, educação e ecoturismo**. Barueri/SP: Manole, 2002. p109-132.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2ª Ed., 2006.

MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. *In*: NEIMAN, Zysman (Org). **Meio Ambiente, Educação e ecoturismo**. Barueri/SP: Manole, 2002. p. 159-175.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO – OMT. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos: 292).

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço – Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7ª Ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SRIKOSAMATARA, S.; BROCKELMAN, W. Conservação em áreas protegidas da Tailândia: uma diversidade de problemas, uma diversidade de soluções. *In*: TERBORGH, J. *et al.* (Org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. Da UFPR/Fundação O Boticário, 2002. p.241-254.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2001.

Nota

¹Este artigo original foi parcialmente modificado a partir de um trabalho exposto pela autora no evento intitulado “1º Seminário Turismo e Geografia: Abordagens teórico metodológicas interdisciplinares”, realizado na Universidade Federal de Sergipe em 2010.

Cristiane Fernandes de Oliveira : Universidade Federal de Sergipe.

Email: cfolive@hotmail.com

Link para o currículo: <http://lattes.cnpq.br/5370405982174304>

Data de submissão: 01 de março de 2011.

Data do aceite: 21 de março de 2011.



Atividades de observação do comportamento de *Sotalia guianensis* como subsídio para o Turismo Científico no Parque Estadual Ilha do Cardoso - Cananeia (SP)

**Marcelo Nivert Schlindwein, Andreia Tami Akaki,
Natasha Marcili Laganaro**

RESUMO

A espécie *Sotalia guianensis*, boto-cinza, pertence à subordem Odontoceti, que inclui todos os cetáceos com dentes e compõe a maior subordem dentro do grupo. Pertence a família Delphinidae e possui uma ampla distribuição, indo desde costa leste da América Central (Honduras, Nicarágua, Panamá) à costa leste da América do Sul (Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Brasil), ocorrendo em baías, enseadas e desembocaduras de rios. Pode ser considerada uma espécie-bandeira para conservação, sendo carismática e de importância chave para o ecossistema no qual ocorre, podendo ter grande influência no que diz respeito a elaboração de projetos de conservação. Dentre as ações necessárias a isso está o Ecoturismo vinculado com o Turismo Científico, que pode vir a complementar os esforços na busca pela reparação dos danos causados ao meio ambiente por ação antrópica. Neste, a conscientização alcança um grau emocional, capaz de envolver o ser humano em seu meio natural. A área escolhida para estudo comportamental do boto-cinza foi o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, uma importante área representativa de cobertura de Mata Atlântica, restinga e manguezal em termos de biodiversidade do complexo estuarino lagunar de Cananeia-Iguape-Paranaguá. As metodologias empregadas foram: *scan* ou *focal*, que consiste na observação a partir de pontos fixos na praia; *transecto com estilo específico*, na qual os comportamentos são observados no decorrer de uma caminhada; *transecto dentro da água*, na qual é percorrido o percurso dentro da água, na altura do joelho; *registro temporal binário*, com permanência de 10 minutos na areia, sem anotar qualquer tipo de comportamento e 5 minutos dentro do mar anotando os comportamentos observados; *formação de barreira na água*, formando um semi-círculo na água, tendo a maioria dos integrantes, água na altura da cintura. Como principais comportamentos observados está o comportamento de deslocamento e de pesca, além de saltos, comportamento de reconhecimento e brincadeiras. As metodologias que apresentaram um maior número de comportamentos observados foi o *scan* ou *focal* e a formação de barreira na água, sendo essa última a mais indicada para prática de Ecoturismo por garantir uma maior proximidade com os botos cinzas e experiências marcantes decorrentes disso. A prática dessas atividades mostrou-se extremamente válida para conservação da espécie, uma vez que é capaz de estimular a criação de uma consciência ecológica através de uma atividade turística, criando teorias quanto o grau de influência da presença humana na vida de outros seres.

PALAVRAS-CHAVE: Conservação; Ecoturismo; *Sotalia guianensis*.

Activity of observation the behavior of *Sotalia guianensis* as support for Scientific Tourism in the Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananeia, SP, Brazil)

ABSTRACT

The specie *Sotalia guianensis*, estuarine dolphin, belongs to the suborder Odontoceti, which includes all cetaceans with teeth and composes the largest suborder within the group. Belongs to family Delphinidae and has a wide distribution, ranging from the East coast of Central America (Honduras, Nicaragua, Panama) to the East cost of South America (Colombia, Venezuela, Guyana, Suriname and Brazil), occurring in coves, bays and mouths of rivers. Can be considered a species-flag for conservation, being charismatic and key importance to the ecosystem in with it occurs and may have great influence on the development of conservation projects. Among the actions necessary to this is the ecotourism linked with scientific tourism that could complement efforts in the quest for compensation for damage caused to the environment by human action. In this, the emotional awareness reaches a degree, capable of involving the human in this natural environment. The area chosen for behavioral study of dolphin was the Parque Estadual Ilha do Cardoso, an important area representative coverage of Mata Atlântica, resting and mangrove in terms of biodiversity of the lagoon complex of Cananeia-Iguape-Paranaguá. The methodologies employed were: *scan* or *focal*, which consists of note from fixed point on the beach; *transect with specific style*, in which behaviors are observed during a walk; *transect into the water*, in which the route is covered in water, at the knee height; *temporal binary registry* with permanence 10 minutes in the sand, without annotate any type of behavior and 5 minutes inside the sea noting the behaviors observed; *formation of barrier in water*, forming a semi-circle in the water, with most members, water at waist height. As major behaviors observed is the displacement behavior and fishing, beyond jumps, behavior recognition and banter. The methodologies that showed a greater number of behaviors observed was the *scan* or *focal* and *barrier formation in water*, beings this last more likely to practice of ecological tourism by ensuring greater proximity with porpoises ash and remarkable experiences arising thereof. The practice of these activities proved extremely valid for conservation of the species, since it is capable of stimulate the creation an ecological awareness through a tourism activity, creating theories about the degree of human presence influence in the lives of other species.

KEYWORDS: Conservation; Ecotourism; *Sotalia guianensis*.

Introdução

Os Cetáceos (do grego *ketos*, que significa monstro marinho), compreendem cerca de 79 espécies vivas (PALAZZO; BOTH, 1988; SOUZA, 2010), abrangendo as baleias, botos e golfinhos, sendo a maioria das espécies e gêneros exclusivamente marinhos. Possui uma distribuição geográfica global, ocorrendo em todos os oceanos e em algumas bacias fluviais. São divididos em três subordens: 1) Archaeoceti, que inclui todas as espécies de cetáceos extintos; 2) Mysticeti, que inclui todas as baleias de grande porte, que apresentam placas de barbatanas ao invés de dentes e; 3) Odontoceti, inclui todos os cetáceos que possuem dentes, cerca de 67 espécies, sendo a maior subordem dentro do grupo (NARDY, 2003; MOTTA, 2006; SOUZA, 2010).

As principais características morfológicas deste grupo são: corpo fusiforme (em formato hidrodinâmico) e desaparecimento do pescoço. Para que estes mamíferos retornassem a vida exclusivamente aquática, algumas adaptações foram necessárias, como: membros anteriores transformados em nadadeiras e regressão dos posteriores; possuem nadadeira ou aleta caudal; desenvolvimento de espessa camada de gordura (principalmente para isolamento térmico); deslocamento do orifício respiratório para cima da cabeça; desenvolvimento de um sistema de ecolocação (NARDY, 2003).

O boto cinza (*Sotalia guianensis*) (Fig. 1), pertence a família Delphinidae dentro da subordem dos Odontoceti; possui um comprimento médio de $1,7 \pm 0,2$ m, sendo que o maior registro para machos é de 2 m e para fêmeas é de 2,06 m (CREMER, 2000; MONTEIRO *et al.*, 2006).

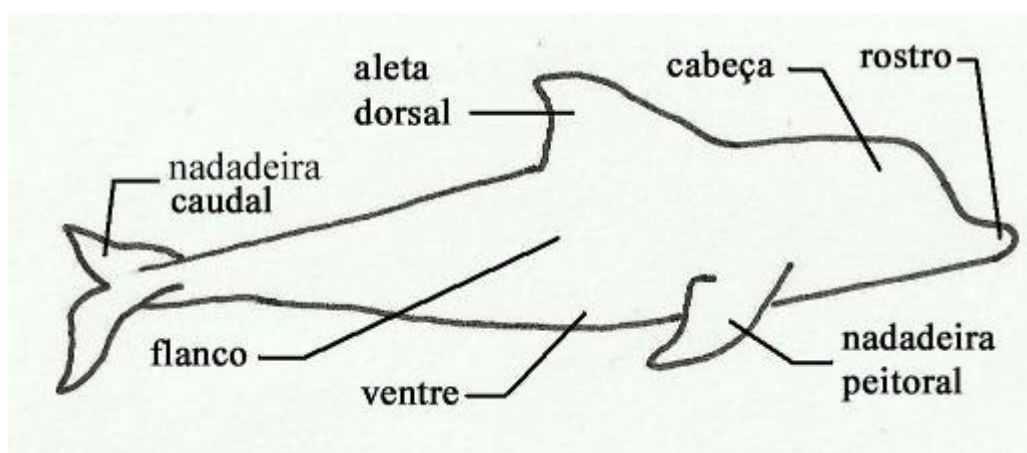


Figura 1 – Morfologia externa do boto cinza (*Sotalia guianensis*). Desenho: AKAKI, A. T.

Esta espécie possui uma ampla distribuição, que vai da costa leste da América Central (Honduras, Nicarágua, Panamá) à costa leste da América do Sul (Colômbia, Venezuela Guiana Suriname e Brasil) (CREMER, 2000; MONTEIRO-FILHO *et al.*, 2008). Sendo assim a distribuição é considerada contínua ao longo da costa, ocorrendo em baías, enseadas e desembocaduras de rios. Apesar da espécie ser considerada costeira, foi registrada no Arquipélago de Abrolhos, a 70 km do litoral da Bahia, em uma área de Alargamento da Plataforma Continental (CREMER, 2000).

O boto-cinza é considerado espécie-bandeira, uma vez que são classificadas como espécies carismáticas e a pressão de uso turístico destas pode levar a programas de conservação do ambiente, tornando-se um elemento fundamental para profissionais da área da Biologia da Conservação na elaboração de planos de manejo para conservação da diversidade (SCHILINDWEIN, 2009). Além disso, as espécies-bandeira podem ajudar a aumentar a consciência da comunidade sobre a seriedade dos problemas e das questões ambientais da região (GIRAUDO; POVEDANO, 2005).

No passado, muito da perda da diversidade marinha foi ignorado, porque havia o conceito de que os recursos dos oceanos são infindáveis, porém, hoje, sabe-se que várias espécies marinhas estão reconhecidamente declinando, sendo que a documentação sobre as extinções destas está apenas começando (HERO; HIGWAY, 2006).

Sendo assim, estabelecer prioridades de conservação tem se tornado necessário e por vezes até urgente, diante da alta velocidade de degradação dos recursos naturais. A ecologia, a biologia da conservação e o turismo científico tem sido as ciências que se propõe a ajudar na busca de soluções para problemas ambientais, como o de estabelecimento de prioridades para conservação (SCARANO, 2006).

A ciência que damos o nome de Turismo pode ser entendida, segundo Moesch (2000 *apud* SCHILINDWEIN, 2009, p. 20) como

uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações inter culturais. O somatório dessa dinâmica sócio cultural gera um fenômeno, recheado de objetividade / subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: O produto turístico.

O turismo, portanto, abarca uma série de elementos que afetam as relações do homem com o ambiente. O uso da diversidade para fins turísticos pode levar uma forte pressão social para a preservação e manutenção de espaços naturais considerados atrativos para o homem e transformados em monumentos naturais (SCHILINDWEIN, 2009).

Sendo assim, os cientistas têm desempenhado um papel crucial na estabilização e na promoção de visitação de áreas naturais e protegidas, uma vez que o ecoturismo está estritamente relacionado com o turismo científico. Esta observação é reforçada, já que para obter bons resultados no gerenciamento do ecoturismo, é necessário que sua gestão esteja bem suprida de informações, considerando importante para isto, a implementação de programas de projetos de pesquisa, que por sua vez venham gerar dados relevantes para gestão de recursos locais, garantindo seu uso sustentável dos mesmos (MAMEDE; ALHO, 2003).

Ou seja, o turismo científico busca despertar nas pessoas a necessidade de preservação ambiental, que acontece através de visitas, estadas ou viagens a lugares geográficos onde a natureza oferece possibilidades para conhecer mais de perto tudo que for relacionado às ciências naturais, com o objetivo de estudar e apreciar a fauna e a flora local (VELOSO, 2003; ROSINI; FERREYROS, 2005)

Dessa forma, o objetivo do estudo que gerou este artigo seria definir dentre as

metodologias de estudo comportamental a que melhor se adequaria a uma atividade que pudesse servir de subsídio para a implantação do turismo científico, ou seja, que proporcionaria a visualização de um número maior de comportamentos, atrelados a uma maior interação entre o ser humano, no caso os turistas, e o boto-cinza. Isso porque que a espécie é considerada extremamente carismática na região do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, uma Unidade de Conservação frequentada por muitos turistas diante das belezas naturais que o lugar oferece. Sendo assim, é interessante o uso desta espécie-chave para proporcionar um maior contato aos turistas com a natureza selvagem e encantá-los e sensibilizá-los, a fim de os tornarem colaboradores dos programas de conservação.

Descrição da Área de Estudo

O Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral e foi criado em 1962 pelo Decreto Estadual 40.319 (SOS - MATA ATLÂNTICA, 2003; CAMPOLIM et al., 2008). Possui uma área de 151 km² e é administrado pelo Instituto Florestal da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SOS MATA ATLÂNTICA, 2003; WIECZOREK, 2006).

O complexo de Ilhas onde está inserido o Parque é uma das mais importantes áreas de conservação do Brasil, uma vez que possui a mais representativa cobertura de Mata Atlântica, restinga e manguezal em termos de biodiversidade do complexo estuarino lagunar de Cananéia-Iguape-Paranaguá. Além da conexão com a Reserva Biológica Juréia-Itains e com o Parque Jacupiranga e do Petar, a região da Ilha do Cardoso é um dos principais elementos da formação Lagamar, um dos mais significativos estuários do Atlântico Sul; abrigando animais silvestres ameaçados em extinção ou em perigo, como: jacaré-do-papo-amarelo, suçuarana, anta, jacutinga, e papagaio-de-cara-roxa. As áreas do Parque também são utilizadas como local de descanso ou alimentação durante deslocamentos e migração de diversas espécies (SOS Mata Atlântica, 2003).

Metodologia

Para o estudo comportamental da espécie *S. guianensis* e posterior definição da melhor metodologia que possa ser empregada em futuras atividades de turismo científico, os estudantes elaboraram um etograma, ou seja, por meio de um levantamento dos prováveis comportamentos a serem observados (descritos preliminarmente em um guia de campo) foi feito um inventário/quantificação através de metodologias de observação. A finalidade foi obter uma relação dos comportamentos mais observados e em quais metodologias escolhidas; para, então, propor a metodologia de observação mais indicada para desenvolvimento de atividades turísticas.

Para a atividade desenvolvida no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, foram

escolhidas cinco metodologias, sendo a primeira delas o *scan* ou *focal*. Para tal formou-se quatro subgrupos de observação, com cerca de cinco pessoas, postados em quatro pontos da praia de modo a terem entre si uma mesma distância. A atividade consistia em observar o mar através de um ponto fixo na praia, tendo os integrantes do grupo binóculo de observação a longa distância. Os comportamentos eram quantificados durante o período de uma hora.

Decorrido este período, os subgrupos deveriam migrar para um dos quatro pontos pré-determinados. Durante este deslocamento era realizada a segunda metodologia de observação, conhecida como *transecto com estilo específico*, na qual o grupo anotava todos os comportamentos observados no decorrer da caminhada pela praia.

Enquanto os subgrupos migravam de um ponto ao outro, o orientador da atividade realizava o *transecto dentro da água*, estando a altura do joelho, para que fosse observada interferência humana nos comportamentos, quando em deslocamento. O percurso percorrido foi a totalidade da orla de observação destinada, a praia do Núcleo Perequê.

Quando já no segundo ponto de observação, os grupos realizaram a metodologia conhecida como *registro temporal binário*, realizada da seguinte forma: o subgrupo permanecia 10 minutos na areia, sem anotar qualquer tipo de comportamento observado no mar e, então, 5 minutos dentro do mar com a água na altura da cintura, anotando os comportamentos observados durante esse período. Foram realizadas 6 repetições desta atividade, totalizando uma hora e meia de observação.

A última atividade de observação consistia na metodologia de *formação de barreira na água*, realizada com o grupo todo, composto por cerca de 20 estudantes, formando um semi-círculo na água, tendo a maioria dos integrantes água na altura da cintura. Esta atividade teve duração de uma hora, visando observar também a influência da presença humana nos comportamentos da espécie.

Ao final das cinco metodologias, os comportamentos listados por todos os subgrupos comporam um etograma qualitativo dos comportamentos observados.

Resultados e Discussão

As atividades de *scan* ou *focal* puderam registrar diferentes tipos de comportamentos, sendo o principal registro os comportamentos de vários tipos de deslocamento (Fig. 2) e de pesca, uma vez que é conhecido em literatura que esta espécie busca a pesca com barreira física e a área de observação era em uma praia de tombo com cercos-fixos presentes em alguns lugares (Fig. 3). No entanto, o discernimento entre os tipos de comportamento de deslocamento e pesca feitos devem levar em conta a falta de prática dos alunos envolvidos na atividade, indicando que um estudo mais detalhado, com mais horas em campo, poderia gerar dados mais precisos.



Figura 2 – Boto cinza realizando o comportamento de deslocamento em velocidade média, pode-se concluir que o boto está realizando um deslocamento em velocidade média pelo ângulo da curvatura do corpo quando passa pela superfície que é ligeiramente agudo. Foto: SCHILINDWEIN, M. N.



Figura 3 – Presença de um boto próximo ao cerco-fixo, provavelmente realizando a atividade de pesca. Foto: SCHILINDWEIN, M. N.

Apesar disso, diferentes tipos de deslocamento foram observados, além da prática de pesca com barreiras, na qual grupo cercou um cardume, conduzindo-o à praia do tombo, onde outros membros do grupo aguardavam para preda-los. Nessa atividade também pode-se observar o envolvimento de gaivotas. Estas tem interação mutualística com os golfinhos, uma vez que, as gaivotas indicam aos golfinhos onde se encontram o cardume e esses beneficiam as gaivotas cercando o cardume.

Além disso, foram observados comportamentos considerados raros, como a exposição do ventre de um golfinho e as nadadeiras laterais, eventos que provavelmente estão envolvidos em brincadeiras, assim como diferentes tipos de saltos e cambalhotas, que também foram observados.

Alguns tipos de salto podem não somente estar envolvidos com brincadeiras, mas tendo um sentido de buscar reconhecer o ambiente e ainda podem fazer parte da atividade de pesca, como quando um golfinho tira todo seu corpo de dentro da água ou bate a nadadeira na água, esse recurso pode ser utilizado para atordoar sua presa, tornando a pesca mais fácil. Considerando que no período de observação havia cardumes de peixes e que a atividade de pesca foi observada, presume-se que estes saltos com batida de corpo inteiro ou nadadeiras na água podem servir a esse propósito também.

Ainda pode ser visto nessa metodologia comportamentos de reconhecimento, no qual um golfinho emergia a cabeça da água, expondo os olhos com o intuito de buscar reconhecer seus observadores.

A segunda metodologia, *transecto com estilo específico*, apresentou apenas registros de comportamento de deslocamento ou alguns saltos. A baixa descrição de comportamentos observados pode ser explicada pela atividade de pesca, que os golfinhos desenvolviam no lado esquerdo da orla, ou pelo fato da metodologia mais indicada de observação realmente consista na escolha de um ponto de observação fixo, ou quando em movimento quando for observado o deslocamento de todo o bando para algum outro ponto da praia.

A metodologia empregada pelo observador da atividade, *transecto dentro da água*, que visava essencialmente prever mudanças de comportamento pela presença antrópica, demonstrou que os espécimes presentes na área de estudo eram pouco influenciados pela presença humana, ou seja, a pequena atividade antrópica no decorrer do experimento, principalmente no trânsito de veículos náuticos, não interferiu no comportamento do bando. Novos estudos são necessário para avaliar quantitativa e qualitativamente este impacto nos locais e períodos de maior visitação, de modo a avaliar a interferência da influência da presença de turistas. Um procedimento importante seria estimar a capacidade de carga e mapeamento espacial e sazonal para observação destes cetáceos. Os dados destes estudos foram fundamentais na delimitação das atividades de observação nas áreas de pesca dos botos, permitindo a maximização de protocolos de observação e da maior interação do ser humano com os golfinhos sem afetar drasticamente seus comportamentos naturais.

Durante a permanência dos pesquisadores no PEIC, constatou-se, inclusive, casos de reconhecimento dos golfinhos pelos habitantes locais através de cicatrizes

ocasionadas por redes de pesca ou hélices de barcos. Isso leva a concluir que esses golfinhos tornaram-se tão acostumados à presença humana que podem ser considerados dóceis, sendo também evidente o perigo que esse comportamento adquirido acarreta a sobrevivência desse grupo. Apesar disso, pode-se registrar comportamentos de reconhecimento e deslocamento, que podem refletir justamente a proximidade que estes botos adquiriram com os habitantes locais, sendo que a partir de um rápido reconhecimento, o golfinho que estava se deslocando parou.

Durante o *registro temporal binário* (Fig. 4) foram observados comportamentos semelhantes aos descritos na primeira metodologia, com nota para o fato de não ter ocorrido registros de comportamento nas primeiras idas ao mar pelo grupo de alunos, podendo ser justificada pela atividade de pesca e pelo subsequente deslocamento que o bando teria feito até outro lado da praia.



Figura 4 – Pode-se observar dois grupos de pesquisadores realizando a metodologia de *registro temporal binário*, um grupo no canto esquerdo da foto e outro no meio bem ao fundo.

Foto: SCHILINDWEIN, M. N.

A última metodologia, *formação de barreira na água* (Fig. 5), mostrou-se a mais rica no que diz respeito a buscar a proximidade e maior contato entre os alunos e os botos (Fig 6). Nesta foram observados muitos comportamentos de reconhecimento e brincadeiras, como saltos; sendo que um boto pode chegar a cerca de um metro dos grupos de pesquisadores. Para fins de conservação que buscam um respaldo emotivo entre a espécie a ser conservada e os agentes de conservação, essa metodologia foi a que conseguiu alcançar um maior grau de satisfação e contentamento, garantindo uma experiência que sem dúvida marcaria a lembrança dos envolvidos, garantindo o desejo de regresso ao local.



Figura 5 – Pesquisadores realizando a metodologia *formação de barreira na água*, proporcionando uma maior aproximação entre eles e os botos. Foto: SCHILINDWEIN, M. N.



Figura 6 – Aproximação de um boto enquanto os pesquisadores realizavam a metodologia de *formação de barreira na água*. Foto: SCHILINDWEIN, M. N.

Assim, nosso estudo pode apontar que a melhor metodologia a ser aplicada em futuras atividades de turismo científico é a de observação com formação de barreira na água, pois a mesma possibilita uma boa variedade de comportamentos e uma maior aproximação entre a espécie a ser observada e os observadores.

A partir do emprego das metodologias descritas, defende-se aqui que a atividade de

turismo científico por meio do estudo comportamental de *S. guianensis* demonstra a importância de um contato direto com o ambiente ao redor, em específico com espécies que têm a capacidade de se tornarem bandeiras para conservação de um local ou ecossistema, para garantir maior envolvimento e interesse em se preservar a vida como um todo.

As atividades de turismo, que desenvolvam práticas como as aqui descritas podem promover não somente uma satisfação pessoal e sentimento de bem-estar como também um conhecimento mais profundo sobre a biologia de espécies por vezes distantes do convívio da maioria da população. Essa aproximação pode não somente envolver emocionalmente, como também conscientizar os praticantes a respeito de sua relação com todo o ecossistema natural. O presente estudo, que utilizou as metodologias de observação do comportamentos do boto-cinza aqui descritas, portanto, pode servir de subsídio para elaboração de futuros roteiros ecoturísticos naquela Unidade de Conservação e em outros locais de ocorrência da espécie, envolvendo não somente os visitantes ocasionais e os guias de turismo, como também a visita agendada por escolas tanto de ensino fundamental e médio como de nível superior.

Referências Bibliográficas

CAMPOLIM, M. B.; PARADA, I. L. S.; YAMAOKA, J. G. Gestão Participativa da Visitação Pública na Comunidade do Maruja – Parque Estadual da Ilha do Cardoso. **IF Ser. Reg.**, São Paulo, n. 33, p. 39-43, 2008.

CREMER, M. J. Ecologia e Conservação do Golfinho *Sotalia fluviatilis guianensis* (Cetacea: Delphinidae) na Baía de Babitonga. Litoral Norte de Santa Catarina. 2000. 2227f. **Dissertação** (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2000.

GIRAUDO, A. R.; POVEDANO, H. Ameaças de Extinção das Espécies-bandeira na Mata Atlântica e Interior. In: GALINDO-LEAL, C.; CÂMARA, I. G. (Ed.). **Mata Atlântica: Biodiversidade, Ameaças e Perspectivas**. Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2005. Cap. 16.

HERO, J. M.; RIDGWAY, T. Declínio Global de Espécies. In: ROCHA, C. F. D. *et al.* **Biologia da Conservação: Essências**. São Carlos: RiMa, 2006. p. 53-90.

MAMEDE, S. B.; ALHO, C. J. R. **Turismo de Contemplação de Mamíferos do Pantanal: alternativa para o uso sustentável da fauna**. Campo Grande: UNIDERP, 2003.

MONTEIRO, M. S.; SOUTO, A.; DO NASCIMENTO, L. F. Comparações entre os Comportamentos de Forrageio nas Diferentes Faixas Etárias do Boto-cinza (*Sotalia guianensis*) (Cetacea; delphinidae) na Baía dos Golfinhos, Praia de Pipa, RN, Brasil. **Revista de Etologia**, v. 8, n. 1, p. 13-25, 2006.

MONTEIRO-FILHO, E. L. A.; MONTEIRO, L. R.; DOS REIS, S. F. Sistemática e Distribuição de *Sotalia*. In: MONTEIRO-FILHO, E. L. A.; MONTEIRO, K. D. K. A. (Org.). **Biologia, Ecologia e Conservação do Boto-cinza**. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2008. p. 3-10.

MOTTA, M. R. A. Avaliação Macroscópica e Histopatológica de Cetáceos Encalhados no Litoral do Ceará. 2006. 130 f. **Dissertação de Mestrado** – Curso de Pós Graduação em Ciências Veterinárias, Universidade Estadual do Paraná, Fortaleza, 2006.

NARDY, O. Macroecologia de Cetáceos Marinhos (Ordem Cetacea). 2003. 101f. **Dissertação de Mestrado** – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Rio Claro, Rio Claro, 2003.

PALAZZO JR, J. T.; BOTH, M. C. **Guia dos mamíferos do Brasil**. Porto Alegre: Sagra, 1988.

ROSINI, F.; FERREYROS, A. R. S. **Situação Profissional dos Egressos da Primeira e Segunda Turma do Curso de Turismo da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos-SP**. Ourinhos: FAESO, 2005.

SCARANO, F. R. Prioridades para Conservação: A Linha Tênu e que Separa Teorias e Dogmas. In: ROCHA, C> F. D. *et al.* **Biologia da Conservação**: Essências. São Carlos: RiMa, 2006. p. 22-39.

SCHLINDWEIN, M. N. **Fundamentos de Ecologia para o Turismo**. São Carlos: Edufscar, 2009.

SOS MATA ATLÂNTICA. 2003. **UC's na Área do pólo Lagamar**. Disponível em:<http://www.sosribeira.org.br/institucional/regiao/uc_lista.htm>. Acesso em: 17 de mai. 2010.

SOUZA, P. C. Imunoexpressões pulmonar e esplênica das citocinas IL-12, TGF- β e TNF- α e das proteínas Lizozima e S-100 em *Pontoporia blainvillei* (Gervais e d'Orbigny, 1844) (Mammalia, Cetacea). 2010. 109 f. **Dissertação de Mestrado** – Programa de Pós Graduação em Patologia Experimental Comparada da faculdade de Medicina Vetrinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, 2010.

VELOSO, M. **Turismo acadêmico**: uma nova segmentação. Brasília: UNB, 2003.

WIECZOREK, A. Mapeamento de Sensibilidade a Derramamento de Petróleo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso – PEIC e Áreas do Entorno. 2006. 157f. **Dissertação de Mestrado**. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Rio Claro. Rio Claro. 2006.

Marcelo Nivert Schlindwein: Universidade Federal de São Carlos

Email: mnivert@ufscar.br

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9690898537150950>

Andréia Tami Akaki: Universidade Federal de São Carlos

Email: deia.bioufscar@gmail.com

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0336731324418074>

Natasha Marcili Laganaro: Universidade Federal de São Carlos

Email: suu.nana@gmail.com

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4338144104225926>

Data de submissão: 03 de dezembro de 2010.

Data do aceite: 04 de abril de 2011.

Cadeia de serviços turísticos: possibilidade de inclusão social nos parques nacionais brasileiros

***Anderson Alves Santos, José Luiz Pereira de Rezende,
Luís Antônio Coimbra Borges, Rosângela Alves Tristão Borém***

RESUMO

O ecoturismo é uma atividade em constante crescimento que busca ambientes naturais bem preservados para seu desenvolvimento. Nesse sentido, os Parques Nacionais – PARNAS – se apresentam como alternativas adequadas, visto que a legislação brasileira permite e incentiva a atividade ecoturística nesta categoria de UC. O objetivo geral do trabalho foi apresentar um histórico do ecoturismo nos PARNAS brasileiros, mostrando as cadeias de serviços existentes. Como metodologia fez-se, primeiramente, uma revisão bibliográfica sobre o tema e, em seguida, foram aplicados questionários a 57 chefes de PARNAS para avaliar a percepção dos mesmos sobre a implementação do ecoturismo conforme legislação vigente. As principais conclusões foram: as comunidades do entorno são normalmente esquecidas no processo de concessão e terceirização dos serviços de ecoturismo nos PARNAS; a participação destas comunidades é importante na redução das desigualdades sociais e na oferta de serviços de qualidade; a cadeia produtiva do ecoturismo para os PARNAS, se bem planejada, permite uma maior eficiência na utilização dos recursos naturais e, conseqüentemente, na conservação e na preservação das belezas cênicas e diversidade biológica.

PALAVRAS-CHAVE: Ecoturismo; Cadeia Produtiva; Desenvolvimento .

Chain of tourism services: possibility of social inclusion in the national parks in Brazil

ABSTRACT

Ecotourism is an activity in constant growth that seeks well-preserved natural environments for its development. Accordingly, the National Parks - PARNAS - present themselves as suitable alternatives, since Brazilian law allows and encourages ecotourism activity in this category of UC. The aim of this work was to present a history of ecotourism in the Brazilian PARNAS, showing the chains of existing services. The methodology used was, first, a literature review on the subject and then questionnaires were administered to 57 heads of PARNAS to assess their perception on the implementation of ecotourism according to the specific legislation. The main conclusions were: the surrounding communities are often forgotten in the process of granting and outsourcing services in PARNAS ecotourism, and the participation of these communities is important in reducing social inequalities and the provision of quality services; the productive chain of ecotourism to the PARNAS, if well planned, allows a more efficient use of natural resources and hence on the conservation and preservation of scenic beauty and biological diversity.

KEYWORDS: Ecotourism; Productive Chain; Development.

Introdução

A atividade turística é uma das que mais crescem globalmente, incentivada principalmente, pelo desenvolvimento econômico. Um dos segmentos que mais se desenvolvem dentro do turismo, como um todo, é o ecoturismo ou turismo de natureza.

Para o funcionamento deste complexo ecoturístico no Brasil é necessário compreender alguns aspectos que fazem parte de toda a cadeia da atividade. O perfil da população, as características institucionais, a infraestrutura dos locais de visitação, a receptividade das comunidades e, principalmente, as regras e normas que tratam do bom funcionamento destas atividades no país.

No Brasil, há alguns anos, estas práticas têm sido executadas e organizadas pelos agentes institucionais brasileiros para serem praticadas nos Parques Nacionais – PARNAS. Os PARNAS representam uma categoria de Unidade de Conserva o (UC) representante do grupo de prote o integral onde apenas a atividade de turismo e pesquisa científica são permitidos. Para a efetiva implementa o do complexo ecoturístico em um PARNA,   necessário preparar uma infraestrutura adequada para receber os visitantes bem como organizar os serviços que possam atender, de forma satisfatória, todas expectativas dos turistas, quer sejam, hotelaria, restaurantes, guias turísticos, entre outros. Uma das formas que vem sendo implementadas no Brasil que possivelmente venham a atender a contento os anseios dos turistas se dá por meio das concessões e ou terceiriza es de serviços ecoturísticos no interior dos PARNAS. Ao se realizar estas concessões, o Poder Público exige a inclusão da comunidade do entorno como participantes efetivos em todo o complexo turístico, tanto como prestadores de serviços quanto nas tomadas de decisão. As a es de concessão e terceiriza o, se bem planejadas, são importantes propulsoras para a inclusão social e, conseqüentemente, a continuidade e perpetuidade dos serviços ecoturísticos em qualquer região.

No entanto, quando se fala em Parques Nacionais, não se tem conhecimento da profundidade dos problemas referentes   sua implanta o, manuten o e gestão, tanto - e principalmente - sociais, quanto econômico-ambientais. Assim, pretende-se expor as particularidades dos PARNAS por região, no tocante   observa o de medidas que possam minimizar os conflitos sociais com a implanta o do complexo ecoturístico.

O objetivo geral deste trabalho será apresentar um histórico e analisar a cadeia de serviços de ecoturismo nos PARNAS brasileiros, bem como analisar os métodos de concessão e terceiriza o destes serviços. Os objetivos específicos são:

- Apresentar uma breve descri o da atividade turística;
- Diagnosticar a situa o dos parques nacionais brasileiros referente   atividade turística;
- Analisar se há a possibilidade de inser o social na presta o de serviços turísticos nos PARNAS.

Aporte Teórico

Breve histórico do turismo e seus segmentos

O turismo em termos históricos surgiu quando o homem deixou de ser sedentário e passou a viajar, motivado pela necessidade de comércio com outros povos (IGNARRA, 1999). O fenômeno turístico, do modo como é conhecido hoje, é um acontecimento - de certa forma, moderno - gerado em decorrência da melhoria dos meios de transporte e comunicação, que facilitaram o deslocamento entre regiões e ou países, permitindo ao homem conhecer novas culturas.

Utilizar-se-á no presente trabalho a conceituação dada pela Organização Mundial de Turismo - OMT (2003), para a qual o turismo compreende *"as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, por motivo de férias, negócios e outros"*. Este conceito de turismo não se limita unicamente às férias, mas cobre um conjunto de viagens, em âmbito mundial, dentro de um marco de mobilidade da população.

Essa atividade é composta por vários segmentos, desde o mais convencional (sol e mar) até alguns mais elitistas (aventura, gastronômico, etc.). Dos diversos segmentos turísticos existentes, o que tem apresentado um crescimento exponencial é o ecoturismo. Este segmento da atividade turística se propõe a utilizar, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, priorizando a conservação desses bens, coordenando os trabalhos dessa atividade com a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR, 1994). Ou seja, ele é uma atividade responsável, que cumpre critérios e princípios básicos de desenvolvimento sustentável, visando à valorização das comunidades autóctones. Para que se tenha um conhecimento do que é o ecoturismo e qual sua importância far-se-á uma breve explanação sobre esse tema.

Ecoturismo

Atualmente, o turismo em áreas naturais representa parte considerável da atividade turística praticada mundialmente; e o Brasil não foge à regra, sendo considerado como um dos mercados mais dinâmicos dessa atividade, embora existindo poucos mas consistentes pesquisas a respeito, como por exemplo as de Morsello (2008) e Araújo (2007).

O turismo praticado em áreas naturais necessita de ambientes mais preservados como produtos de consumo; portanto, ele precisa de áreas naturais para ser realizado. E essas áreas para realização do ecoturismo podem ser qualquer uma, desde que sejam bem preservadas. Neste aspecto, as unidades de conservação - e dentre estas, os parques nacionais - apresentam condições favoráveis para este tipo de atividade. Conforme o art. 7º, da Lei, 9.985/00, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

As atividades específicas, relacionadas à prática do ecoturismo visam a atender aos interesses de uma demanda mais 'ecológica', que necessita de recursos ambientais preservados. É bem verdade, que quanto menos impactado estiver o ambiente, mais atrativo será para a prática do ecoturismo, pois os adeptos desse tipo de turismo procuram sempre um maior contato com a natureza preservada para a prática da atividade. Como exemplos referentes têm-se: passeios por grutas e cavernas; passeios de barco e canoas (aqui inseridas as diversas modalidades); safáris fotográficos; visitas às comunidades tradicionais; etc.

O Quadro 1 apresenta algumas das atividades que podem ser praticadas em ambientes naturais / parques nacionais e suas características.

Quadro 1 – Atividades turísticas praticadas em ambientes naturais

Atividades /	Características Principais
Bóia-cross	Percorrer rios de corredeiras por meio de bóias infláveis. O equipamento pode ser uma câmara de pneu de caminhão ou equipamentos específicos, melhor elaborados e resistentes.
Acampamento	Forma mais econômica de hospedar-se próximo à natureza.
Canoagem e Rafting	Passeios de canoas e caiaques realizados em lagoas, lagos, rios com ou sem corredeiras, baías, mangues etc. Rafting é a descida de rios com corredeiras e pequenas cachoeiras com botes infláveis de estrutura
Caminhadas e Travessias (Hiking / Trekking)	Caminhadas simples de até 3-4 km não exigem preparo físico, apenas a definição de paradas para descanso e lazer. Trekking são caminhadas mais longas, de até um dia. Travessias percorrem longas distâncias, entre duas regiões de interesse, e podem durar de 1 a 4 dias.
Montanhismo	Caminhadas em ambientes serranos e montanhosos, que podem ou não
Observação da fauna / flora / Safári fotográfico	Realizadas em todo e qualquer passeio, seja de barco, a cavalo ou à pé, ou em equipamentos especializados, como torres de observação. Exige-se técnicas de interpretação ambiental com guias naturalistas
Observação de pássaros (Birdwatching)	Observar, identificar e estudar pássaros em seu ambiente natural. Trilhas específicas para esta atividade podem ser implantadas. Os pássaros podem ter hábitos muito diferentes entre as diversas famílias e deve-se conhecer as melhores épocas e os horários específicos para observá-los.

Fonte: Salvatti, s/d (com alterações).

Infraestruturas necessárias para o desenvolvimento do ecoturismo

A infraestrutura ecoturística é de suma importância para a realização dessa atividade. Ou seja, é necessário ter serviços e equipamentos disponíveis que dão suporte ao seu funcionamento. A infraestrutura multissetorial se divide em abastecimento de

energia, água, comunicação, segurança, saúde, sistema de agricultura, transportes, vias de acesso, entre outros serviços. A finalidade é, de acordo com Brylinskyi (2009, p.12),

a conservação do solo, recuperação de áreas degradadas, prevenindo maiores impactos com o desenvolvimento racional das áreas naturais, rurais e urbanas - promovendo a ruptura do antigo padrão de crescimento econômico, tornando compatível ao desenvolvimento com as aspirações do desenvolvimento sustentável, associada a Educação Ambiental em todos os segmentos de atividades econômicas e sociais. Tais são as necessidades para envolvermos uma Unidade de Conservação na atividade de Ecoturismo, na qual todos os pontos são essenciais para o sucesso real do negócio.

Ao se tratar da efetivação de uma estrutura de mercado capaz de atender o produto ecoturístico, é importante pensar na inserção social, já que não se trata somente de servir a demanda, mas inseri-la no processo de integração com fins de preservar e manter os recursos utilizados. Uma maneira para se atingir este ponto é elaborando o planejamento para o ecoturismo; assim faz-se necessário discutir as infraestruturas pertinentes e condizentes com a atividade, tais como: áreas para camping; serviços de informação (placas, folders, etc.); serviços de alimentação e outros, bem como avaliar a qualidade desses serviços e sua inserção nas áreas naturais, buscando sua maior integridade possível dentro dos parques nacionais, objetivando o mínimo impacto antrópico causado.

Outro aspecto de fundamental importância é o dos serviços de informação, que devem ser vinculados a programas de educação e interpretação ambiental. Deve-se oferecer aos visitantes mapas das áreas, guia de campo, material promocional, entre outros. Enfatiza-se a necessidade de uma infraestrutura de apoio para a realização de determinadas atividades. Utilizam-se com frequência as torres de observação, estações de apoio às atividades de montanhismo ou outras vinculadas ao turismo de aventura, sinalização nas trilhas, etc.

Dentro dessa perspectiva de segmentação da atividade turística é interessante que se conheça, também, a questão de segmentação de mercado, pois esta se encontra diretamente relacionada com a anterior, além de ser a base para a segmentação da atividade turística.

Segmentação de mercado – conceito e importância

Ao se realizar uma revisão da literatura sobre o assunto pode-se perceber que a maioria das contribuições ao estudo de segmentação mantém suas bases nos escritos de Smith (1956) e mais tarde por McCarthy (1960) e Kotler (1967). Na visão de Smith, a segmentação consiste em se ver um mercado heterogêneo, com determinada quantidade de mercados homogêneos menores, em resposta a diversas preferências de produtos entre importantes segmentos de mercados.

Num primeiro momento, compreender a segmentação de mercado não era uma tarefa árdua; ela era entendida como um conceito que consistia somente em dividir o mercado em segmentos. Posteriormente, estudiosos e administradores entenderam que a segmentação constitui uma enorme arma estratégica para uma efetiva competitividade. A segmentação é uma das estratégias que auxilia a organização a penetrar em focos escolhidos, facilitando o acesso ao consumidor por intermédio do ajuste da oferta à demanda e do produto ao mercado.

E quais as vantagens de se segmentar? Segundo Richers e Lima (1991), com a segmentação de mercado, a empresa procura obter uma série de vantagens sinérgicas. Essas vantagens incorporam:

- a) domínio de tecnologia capaz de produzir bens preferidos por certas classes de compradores;
- b) maior proximidade ao consumidor final;
- c) possibilidade de oferecer bens e serviços a preços altamente competitivos;
- d) disponibilidade de pontos de venda adequados a seus produtos ou serviços;
- e) existência de veículos de publicidade que se dirijam direta e exclusivamente aos segmentos visados, etc.

O importante em perceber tais vantagens, é que elas favorecem as empresas no trato com seus clientes, elencando as oportunidades para atuação da campanha de marketing. As empresas passam a perceber, através das alterações nos desejos dos turistas, que uma única estratégia de promoção já não consegue atender aos que almejam produtos específicos. Assim, é preciso segmentar o mercado. Outro fator determinante para a segmentação é a concorrência, cada vez maior, nos diversos segmentos, levando à busca constante de diferenciais, com o intuito de manter a identificação dos consumidores com o respectivo produto.

E no turismo, como a segmentação contribui para a atividade? O turismo apresenta uma complexidade para se atender o mercado de forma significativa. Por isso o nicho certo de seu produto poderá direcionar uma aproximação maior com o seu consumidor, fornecendo-lhe bens e ou serviços com preços bem mais competitivos e qualidade nos serviços prestados. Em suma, a segmentação procura enfatizar mais o mercado consumidor. Contudo, o mercado do ecoturismo deve conciliar a estrutura mercadológica exigida às condições oferecidas pelos recursos ambientais utilizados. Dentro desse pensamento, busca-se tratar da cadeia de serviços referentes ao segmento ecoturístico frente às unidades de conservação – prioritariamente aos parques nacionais -, buscando elencar suas interfaces numa perspectiva de inclusão social nestas unidades em específico.

Gênese da criação de Unidades de Conservação - UCs

Antes de se adentrar ao histórico propriamente dito, cabe ressaltar que a expressão “*unidades de conservação*” é criação brasileira e não encontra

correspondência com termos em outros idiomas, nos quais o mais usado é o termo *áreas protegidas*. No Brasil, a expressão *unidade de conservação* designa as áreas naturais protegidas. As UCs são áreas chanceladas por órgãos ambientais governamentais e com alguma correspondência com as categorias internacionais, conforme é o entendimento de Bensusan (2006, p.19). Brito (1995) afirma que os primeiros parques nacionais brasileiros vinculavam-se ao conceito de monumentos públicos naturais, visando resguardar porções do território nacional que tivessem valor científico e estético. André Rebouças, apesar de seu pioneirismo ético-conservacionista, foi inspirado mais pela criação de *Yellowstone* que por outra coisa no sentido de se criar parques nacionais no Brasil, em 1876.

Pela visão de Quintão (1983, apud VIANNA, 2008), as décadas de 1930 e 40 são aquelas em que, no Brasil, o processo de desenvolvimento industrial começa a se acelerar, impondo um novo padrão de exploração e apropriação dos recursos naturais, forçando um rápido avanço sobre novas áreas. E esse novo padrão exigia, ao menos no nível da legislação, uma resposta protecionista.

Na década de 1940 aparecem medidas legais inovadoras como, por exemplo, o decreto nº 16.677/44, que definiu como atribuições dos parques nacionais 'conservar, para fins científicos, educativos, estéticos ou recreativos, as áreas sob jurisdição'; mais uma vez a configuração do parque se presta a atender às necessidades da sociedade moderna e urbana brasileira.

Somente em 1937 o Brasil tomou a iniciativa de criação de parques nacionais, com a criação do Parque Nacional de Itatiaia, baseando-se no Código Florestal de 1934. De acordo com o entender de Pádua (1987), as primeiras unidades de conservação foram criadas sem nenhum esmero técnico e/ou científico, tendo sido estabelecidas apenas se baseando em belezas cênicas ou, em alguns casos, por questões/oportunismos políticos, como o Parque Nacional da Amazônia. Os três primeiros parques nacionais brasileiros, criados entre 1935 e 1939, eram o reflexo de uma sensibilização global a respeito da necessidade de constituição de espaços naturais, legalmente constituídos. No Brasil, a criação de parques – uma das categorias de UC – aconteceu observando certa sazonalidade político-econômica.

Com a transferência da capital nacional para Brasília, no interior do país, a necessidade de se proteger o cerrado tornou-se evidente. Desta forma, entre 1960 e 1964 criaram-se os Parques de Brasília, da Chapada dos Veadeiros e das Emas. Na região Norte, como forma de reiterar a manutenção da unidade nacional, foram criadas unidades de conservação abrangendo áreas de milhares de hectares; assim, foi criado o Parque Nacional da Amazônia, 'incentivado' pelo povoamento ao longo da margem oeste do baixo Rio Tapajós (RYLANDS & BRANDON, 2005).

Pode parecer um contra-senso, mas foi no período militar que mais se efetuou a criação de áreas protegidas, já que nessa época o país estava adentrando ao chamado 'milagre econômico brasileiro'. Tal criação de UCs pode ter ocorrido para fazer frente às transformações sócio-econômicas pelas quais o Brasil passava e para cumprir a nova legislação ambiental, criada nos anos 1960, tendo o poder público que se reestruturar. O Brasil ainda não possuía, até meados da década de 1970, uma estratégia nacional articulada para o estabelecimento de unidades de conservação. A Conferência da

ONU, em Estocolmo, em 1972, teve como desdobramento aqui a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), pelo decreto nº 73.030, de 1973, propiciando o início de uma nova fase no tratamento político da problemática ambiental, que, de 'fonte de recursos', tornou-se 'suporte da vida'.

Até início da primeira metade da década de 1980, havia apenas 03 categorias de unidades de conservação legalmente instituídas: Parque Nacional, Floresta Nacional e Reserva Biológica. Logo após esse período, foram instituídas as Áreas de Proteção Ambiental, Estação Ecológica e as Áreas de Relevante Interesse Ecológico.

Em 1979, o IBDF oficializa o I Plano do Sistema Nacional de Unidades de Conservação do Brasil. Pela primeira vez, definiram-se critérios técnico-científicos para a seleção de áreas destinadas a parques nacionais e reservas biológicas, embora só como plano, e não como lei. Por conta desse 'I Plano' e do 'Programa de Integração Nacional' - que definiam 15 pólos de desenvolvimento para a região amazônica e recomendavam que se criassem parques nacionais e reservas biológicas em cada um deles -, no fim da década de 1970 e início da 1980, inúmeras áreas foram decretadas como unidades de conservação. Durante a década de 1980, teve início a elaboração de planos de manejo para os parques nacionais e reservas biológicas, mas eles foram elaborados sem que houvesse qualquer preocupação com o envolvimento das populações locais (VIANNA, 2008).

Levantamento das cadeias básicas da atividade turística relacionados ao segmento ecoturístico.

Principais atores envolvidos diretamente com o planejamento do ecoturismo.

Para que a atividade ecoturística aconteça, devem-se observar todas as características regionais, de modo a direcionar um manejo mais direcionado para que se usufrua dos recursos naturais existentes nos PARNAS, respeitando o meio ambiente e apoiando ações de desenvolvimento das comunidades de entorno dos mesmos. Assim, o ecoturismo não acontece por si só: necessita de uma cadeia que apresenta uma estrutura que são as interfaces dos prestadores de serviços, das instituições através das suas relações que são regidas por normas, legislações vigentes e acordos de parcerias e contratuais e ainda, a dinâmica que é o funcionamento de todas essas interfaces, seus relacionamentos estabelecidos no mercado, e o sistema político e cultural no que tange esta estrutura e dinâmica em conjunto. É importante este entendimento para sua concepção e efetivação.

De acordo com Coelho *et al.* (1995), há a necessidade da colaboração de diversos atores, de várias áreas, para um delineamento de execução e uso de políticas e ou estratégias para que a atividade de ecoturismo se desenvolva e, segundo o mesmo autor, "existe a possibilidade de superposição de responsabilidades e interesses a nível do governo federal, bem como dos estados, dos municípios, das comunidades e das entidades preocupadas com o meio ambiente". Dessa forma, é imprescindível o envolvimento geral dos vários organismos e atores para que a implantação da atividade ocorra de maneira benéfica e que se atinjam os objetivos esperados.

Observado por uma visão mais abrangente, o trade turístico envolve a participação

tanto do Poder Público, quanto da iniciativa privada, das organizações não-governamentais - ONGs, da comunidade local e, é claro, dos consumidores, dependendo de uma ótima junção das forças desses envolvidos. A seguir, uma breve explanação do *trade* turístico - organizações privadas ou governamentais, atuantes no setor (Turismo - Visão e Ação, 2000) - e do papel de cada um na atividade.

Poder Público

O Poder Público é representado pelos governantes e os diversos órgãos, sendo de sua responsabilidade o planejamento, a normatização, o fomento e a fiscalização das várias relações: mercantis, fiscais e ou turísticas. O Estado propriamente dito não faz parte do “*trade*”, sendo responsável por normatizar, ordenar, disciplinar, incentivar e fiscalizar toda a atividade turística, conforme Beni (2001). Assim, é função do Estado o incentivo ao desenvolvimento dessa atividade, através de estudos, financiamento de projetos e produções norteadoras para a iniciativa privada, através de diversas formas, tais como: Política Nacional do Meio Ambiente; Política Nacional do Turismo; Política Nacional do Ecoturismo; Pólos de Desenvolvimento de Ecoturismo; etc.

Iniciativa Privada

A iniciativa privada é formada por empresas particulares, a saber:

- Responsáveis pela operação e processamento do produto turístico;
- Responsáveis pela articulação entre os principais atores do *trade* ecoturístico;
- Prestadores de serviços (emissivo e receptivo);
- Hospedagem, Agenciamento, Alimentação, Transportes, Entretenimento e outros.

A cadeia de fornecedores no ecoturismo é formada pelos agentes:

- Diretos: constituídos por todas as formas de hospedagem (hotel, lodges, pousada, albergue, camping, etc.); pelos transportadores; organizadores de eventos diversos (congressos, feiras, campeonatos desportivos e outros); agentes de viagens e turismo.
- Indiretos: são os transformadores de matéria-prima, que embora não tenham relação direta com o setor turístico, acabam se transformando em objetos de uso turístico (Beni, 2001). São eles: os fabricantes de materiais (barracas, botas, mochilas, equipamentos, etc.); os meios de mídia (jornais, revistas, catálogos, folhetos, vídeos, sites); as ONGs; diversos profissionais (guias, consultores, engenheiros florestais, publicitários, fotógrafos e outros).

Por meio da atuação da iniciativa privada, é possível tornar o ecoturismo uma ferramenta de crescimento econômico, sendo a grande responsável pelo impulso que traz ao mercado com as estratégias utilizadas e os recursos gerados na força dos serviços e produtos ofertados. Incentiva medidas indispensáveis à obtenção da qualidade nos serviços prestados e promoverá uma ampliação e melhoria na infraestrutura, como apoio

aos esforços governamentais.

Terceiro Setor

O principal papel do Terceiro Setor (formado por ONGs, associações, fundações, sindicatos, etc.) é promover a viabilização tanto de financiamentos quanto de assistência técnica referentes a projetos de ecoturismo, auxiliando no crescimento da atividade, intermediando as várias formas de relacionamento entre turistas e população local.

A significativa importância deste setor é corroborar no processo de preservação, sensibilização, divulgação e mobilização. São ações concretas que se originam da força e do poder que este setor exerce sobre a população como um todo, na busca de benefícios perceptíveis a todos que se envolvem voluntariamente ao tema ambiental.

Comunidade local

A comunidade local é de fundamental importância para o processo de desenvolvimento; portanto, deve ser inserida desde o início do planejamento, atuando em sua implementação e colhendo seus resultados. Isso se deve pela dependência das comunidades locais em relação à atividade ecoturística e sua demanda: Nem sempre essas comunidades conseguem obter seu sustento apenas de suas atividades corriqueiras (agricultura, pecuária e outras). Assim, com as comunidades interagindo nesse processo visando atingir os benefícios oriundos da atividade e com os turistas ao mesmo tempo, acrescenta conhecimentos de novas identidades culturais através do entrosamento, formando um sistema de troca que gera oportunidades para a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades.

Consumidores

Os consumidores são uma das principais peças nessa cadeia: sem eles e suas necessidades e ou desejos, o ecoturismo não teria esse crescimento que tem hoje. Os consumidores alavancam a implementação de novas ferramentas relacionadas à melhoria da atividade, tais como capacitação da mão-de-obra, melhoria das infraestruturas, dos meios de acesso, saúde, entre outros exigidos para a consolidação da atividade.

Para que se tenha uma percepção da interação dos organismos acima mencionados, deve-se entender o significado dos termos referentes à cadeia produtiva do turismo. Assim, apresentar-se-á, a seguir, alguns dos principais conceitos e práticas relacionados à atividade turística (APL, cluster, circuito turístico), no sentido de demonstrar sua viabilidade como forma de configurar um modelo de desenvolvimento da atividade turística como um todo.

Arranjo Produtivo Local (APL)

De acordo com o Ministério da Ciência e Tecnologia (2003, apud SANTOS, 2004), em seu sítio, os arranjos produtivos locais

podem ser entendidos como aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, que

apresentam, real ou potencialmente, vínculos consistentes de articulação, interação, cooperação e aprendizagem.

Se se tomar por base a definição dada pelo SEBRAE (2004), o arranjo produtivo local (APL) tem como característica a existência de aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal. Para que isso possa ocorrer, é preciso considerar a dinâmica do território em que essas empresas estão inseridas, tendo em vista quantidade de postos de trabalho, faturamento, fatores de mercado, potencial para crescimento e diversificação, entre outros aspectos.

A ideia de território não se exprime apenas na sua dimensão material ou concreta. Território é um campo de forças, uma 'teia' ou rede de (inter) relações sociais que se projetam num determinado espaço, onde a dimensão constitutiva é econômica por definição, apesar de não se restringir apenas a ela, mas também à sociedade a que ela pertence. Assim sendo, o APL compreende um recorte do espaço geográfico delimitado (parte de um município, conjunto de municípios, bacias hidrográficas, vales, serras e outros) que possua sinais de identidade coletiva, sejam eles sociais, culturais, econômicas, políticas, ambientais ou históricas.

Um APL deve objetivar o desenvolvimento local, articulando, orientando e apoiando projetos de desenvolvimento que contribuam para aumentar a competitividade entre cadeias produtivas e empresas que atuam em segmentos da produção com forte potencial dinamizador das expectativas da população autóctone.

Cadeia produtiva do ecoturismo e a inserção social

Há pouca informação específica na literatura a respeito da cadeia produtiva do turismo. Sobre o assunto, alguns autores tratam desse tema como Beni (2001) e Souza (1998), entre outros. Geralmente a cadeia produtiva – em especial a do turismo – é muitas vezes, entendida como “sistema”, “pólo”, “indústria”, “cluster”, “APL”, que são todos termos sinônimos de cadeia produtiva; são termos freqüentemente relacionados ao turismo, como sendo constituidores de uma única atividade econômica, delimitada. Embora seja sabido que o turismo é dinâmico, amplo, e complexo.

Sua cadeia produtiva é a própria essência da atividade turística e deve ser observada no conjunto. Isso não significa que a cadeia seja forte por natureza; como ela é interdependente de vários ramos da economia e do mercado global, sua sustentação se mantém numa busca constante de “equilíbrio”. A CNI (1998, p. 5, *apud* SANTOS SILVA, 2004) entende que “a cadeia produtiva do turismo abrange diversos segmentos da economia” e complementa que

além dos segmentos diretamente relacionados como Marketing e Serviços Turísticos, Agenciamento de Viagens, Transporte, Hotelaria, Gastronomia, Entretenimento e Lazer, Eventos e Conferências, Atrações Culturais e Ecológicas; os setores de infraestrutura básica e serviços públicos (saneamento, abastecimento de água e energia, telecomunicações, segurança e saúde) e o comércio em geral têm forte interação com o “setor”.

Uma demonstração desse entendimento de cadeia produtiva pode ser visualizada na Figura 1.

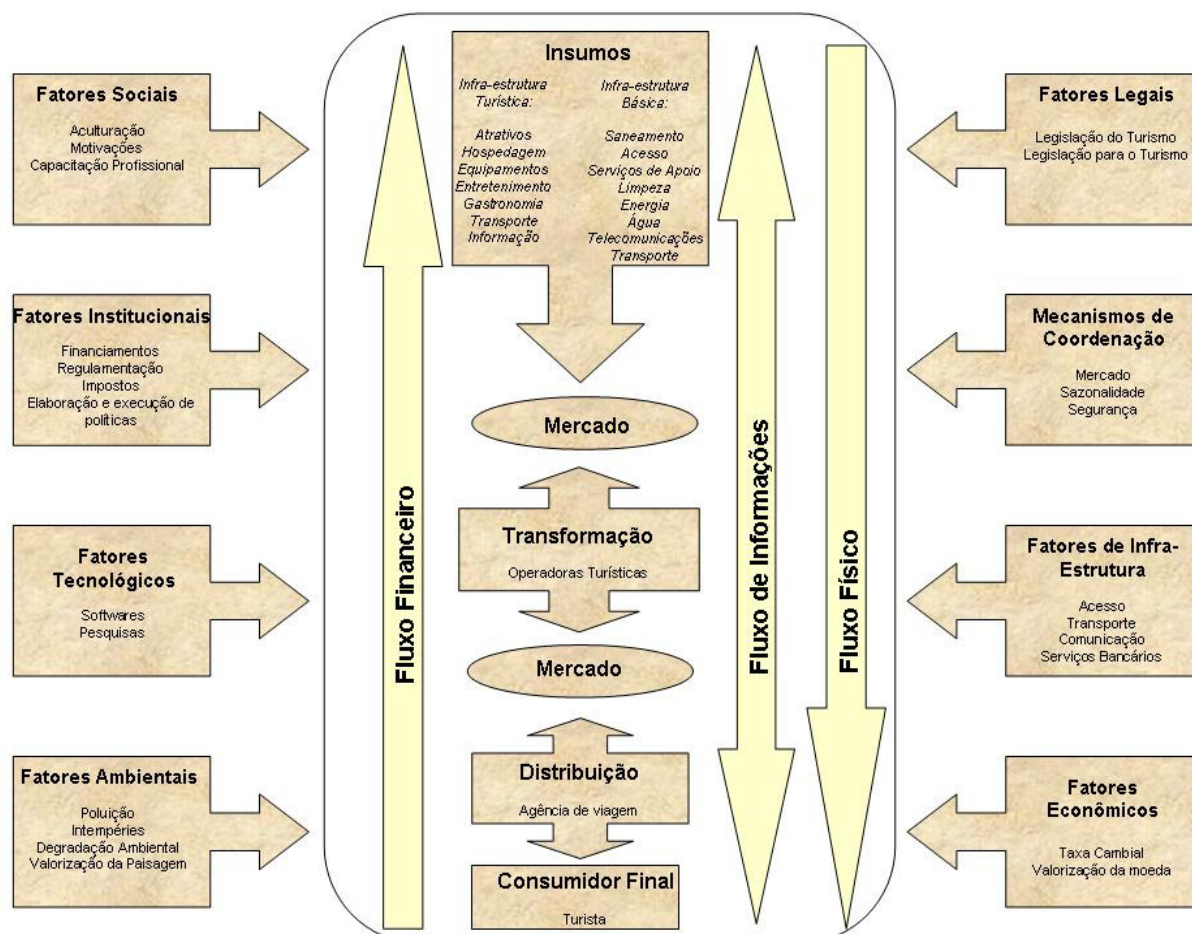


Figura 1: Cadeia produtiva do turismo, genérica. Fonte: Michels e Rodrigues (2006).

De acordo com Souza (1998), a cadeia turística é definida como sendo um conjunto de diversas empresas e de elementos naturais (recursos naturais como a flora, a fauna, recursos hídricos, etc.) e imateriais (manifestações da cultura como o folclore, gastronomia, danças, costumes, etc.) que se interagem por meio de “procedimentos, idéias, doutrinas e princípios ordenados”, objetivando um maior fluxo e permanência do turista no lugar visitado, usufruindo da infraestrutura oferecida, movimentando a economia regional. Souza (1998) deixa evidente que “diferentemente de outras cadeias, na atividade turística o momento da produção coincide com o da distribuição e, muitas vezes, com o do consumo também, e esses aspectos dificultam a atuação das partes isoladamente”. Ressalta ainda que, mesmo que a regulamentação legal e econômica desta cadeia seja de responsabilidade do Governo Federal, a iniciativa privada tem uma importante e salutar participação nesse processo.

O grande desafio é buscar a mobilização da comunidade em participação com os atores sócios inseridos na atividade do ecoturismo, atribuindo à responsabilidade que cada um deve ter o seu papel. Não é tarefa fácil trabalhar de forma coordenada com uma estrutura que apresente dificuldades em sua gestão. As interfaces que fazem parte dessa cadeia, ou seja, os fornecedores de serviços e bens do turismo, devem estar alinhados, integrados com o mesmo objetivo. Atingir esse ponto “ideal” necessita de coordenação e formação de parcerias para se trabalhar em redes. E ainda, o mais importante, incentivar as comunidades a se inteirar, e participar do processo decisório. Não obstante,

a sociedade, em geral, deve ser responsável por esse processo e torna-se sabido que não é obrigação somente das autoridades ou de empresas, mas sim de todos, e estes devem responsabilizar-se pelo Planeta. Portanto, faz-se mister, desenvolver um cidadão consciente do ambiente total, sendo ele conhecedor do problema, motivado para as mudanças, principalmente sensibilizado e disposto, sendo, portanto, um dever de todos (FERNANDES *et al.*, 2004, p.2).

A interferência humana apresenta profunda complexidade quando se trata de manejo em áreas com exuberância de recursos naturais. As comunidades tradicionais apresentam uma interação maior com esse meio, diferente das comunidades urbanas, que cada vez mais estão se distanciando desse ambiente. A interferência ocorre em maior ou menor intensidade. As populações tradicionais desempenham um papel de fundamental importância para a preservação da diversidade ecológica. Respeitando sem dúvida, a diversidade cultural existente formando uma nova aliança entre homem e natureza (DIEGUES, 2000).

Sachs (2007) ainda complementa que para reduzir os conflitos e desigualdades nesse processo de apropriação da natureza, deve se pensar em uma agenda que venha atender pontos fundamentais para esse processo; são eles:

- Promover o emprego com uma visão mais equitativa do tempo de trabalho indispensável no contexto da transição social;
- Exploração de estilos de vida alternativos, poupadores de recursos;

Estabelecimento de regulamentação efetiva. Neste caso na coordenação dos trabalhos nas unidades de conservação.

Dessa forma, a sociedade no entorno dos parques nacionais têm a chance de uma inclusão social, através de sua inserção nas atividades ligadas ao turismo, tais como guiamento, prestação de serviços variados, gastronomia, folclore e outras. Cabe aos órgãos públicos proverem a infraestrutura necessária para que os parques realmente possam influenciar na melhoria da qualidade de vida dessas populações.

Material e Métodos

O objeto de estudo do presente trabalho foram 57 parques nacionais – PARNAS – brasileiros, dos 67 existentes. Conforme pesquisa realizada, obteve-se que três destes são “*de papel*” (quando a unidade existe simplesmente como uma área física juridicamente aprovada, não possuindo, contudo, nenhum tipo de infraestrutura, gestão, sinalização ou demarcação); são eles: Rio Novo, Nascentes do Lago Jari, Mapinguari (todos na Região Norte). O PARNA Marinho de Abrolhos, Jamanxim, Viruá e Anavilhanas até o presente momento não se manifestaram. Os parques implantados recentemente na Bahia (Serra das Lontras, Alto Cariri e Boa Nova), não foram analisados neste trabalho, pois não foram pesquisados. Dessa forma, restam 57 PARNAS (89% do total) que serão analisados neste trabalho.

A análise utilizada no presente trabalho, visando avaliar a relação da concessão e ou terceirização de serviços turísticos nos PARNAS e as perspectivas de inclusão social nos parques nacionais brasileiros, se baseia nos questionários respondidos pelos Chefes de 57 PARNAS; na análise dos respectivos planos de manejo – quando existentes e em buscas nos sítios do MMA, ICMBIO, IBAMA e dos PARNAS que dispunham desse serviço.

A metodologia de pesquisa utilizada foi pesquisa **exploratória**, pois tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas relacionadas ao problema pesquisado. A presente pesquisa não deixa de ser, também, **descritiva**, pois esta tem como objetivo principal a descrição das características de determinados fenômenos. Uma das características deste tipo de pesquisa se encontra na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como por exemplo, o questionário e a observação sistemática. Outro destaque é que ela visa descrever características de um processo numa organização.

Vasquéz (2005) afirma que a metodologia, sendo parte da ciência, se ocupa dos procedimentos necessários para alcançar os objetivos do conhecimento científico. Dessa forma, o método científico constitui o itinerário mediante o qual se alcançam conhecimentos rigorosos, corretos e seguros.

No tocante aos **procedimentos teóricos**, eles se basearam em **pesquisa bibliográfica** e **exploratória**, sendo elas, respectivamente, “*a que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos*”; e “*aquela que busca levantar informações sobre um determinado objeto*” (SEVERINO, 2007). As informações foram buscadas por meio de questionários semi-estruturados, enviados aos Chefes dos parques, por meio eletrônico.

Análise dos dados

No Brasil, hoje, os parques nacionais não recebem tantos visitantes quanto poderiam e mesmo assim essas visitas são concentradas em poucos parques, geralmente nos que se localizam mais próximos aos grandes centros emissores, tais como Rio de Janeiro e Brasília, entre outros. Ademais, dos 57 PARNAS respondentes, apenas 16 cobram pela

visitação; 10 estão abertos à visitação, mas os visitantes são isentos do pagamento da entrada. O restante não está aberto à visitação. Conforme apresentação do ICMBIO (julho, 2008), sobre a situação de visitação nos parques nacionais, estimava-se que foram “3,5 milhões de visitantes ano, sendo cerca de 90% em dois Parques (Iguaçu e Tijuca)” (sic).

Quando indagados sobre a presença humana dentro dos PARNAS, excetuando os funcionários, baseando-se nas respostas dos chefes obteve-se o que é apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Presença humana dentro dos Parques Nacionais, por região *

REGIÃO	PARNAS com presença humana	Tipo	Quantidade
NORTE	12 ⁽¹⁾	Moradores não tradicionais, grileiros, fazendeiros, garimpeiros, comerciantes, seringueiros,	Além de duas aldeias, cerca de 1.420 famílias.
NORDESTE	11	Moradores tradicionais; invasores; agricultores; quilombolas; agricultores em comodato; temporários; pequenos	Cerca de 5.300 pessoas e em alguns PARNAS, a quantidade é indeterminada.
SUDESTE	11	Agricultores familiares; posseiros; condomínio residencial; mineradores; pequenos proprietários; veranistas de 2 ^a	Cerca de 190 famílias, além de mais ou menos 40 residências.
SUL	10	Pequenos proprietários e agricultores; posseiros; veranistas; pescadores; populações tradicionais	Alguns PARNAS não possuem dados da quantidade; outros informaram cerca de 1.200 pessoas.
CENTRO-OESTE	03	Assentados da reforma agrária; posseiros, ruralistas; pecuaristas	Alguns PARNAS informaram a presença de duas famílias; e outros não possuem estes dados.

Baseado em dados fornecidos pelos chefes dos PARNAS, 2009.

⁽¹⁾ Computando 14 respondentes, dos 20 PARNAS existentes.

Dos PARNAS respondentes, 50 (87,72%) possuem presença humana instalada dentro de seus limites, sendo que suas atividades variam de garimpeiros e posseiros a

pescadores e assentados da reforma agrária. Tal presença e tais atividades não devem ser consideradas como de inclusão social, pois as atividades desenvolvidas estão em confronto com o art. 28, da Lei 9.985/00 – SNUC, que deixa explícito que “são proibidas, nas unidades de conservação, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com os seus objetivos, o seu Plano de Manejo e seus regulamentos”.

Apenas 11 PARNAS (Quadro 3) possuem algum tipo de infraestrutura direcionada aos turistas: serviço de alimentação, transportes, hospedagem e outros, nos quais se poderia fazer a inclusão social, através do aproveitamento dessa mão-de-obra e ou de incentivos a uma maior participação em áreas correlatas (guiamento, folclore, etc.).

Como se pode ver, alguns PARNAS já possuem infraestrutura destinada à atividade turística; porém nem todos estão abertos à visitação. Isso pode ter relação com a não constituição e ou implementação dos planos de manejo – inexistente em grande parte deles -, bem como com a não existência de Conselhos Consultivos e ou gestores nessas unidades, o que seria recomendável, de acordo com o art. 29, da Lei 9.985/00, que afirma que cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo.

QUADRO 3 – Parques possuidores de infraestrutura para atividade turística*

UC	Tipo de infraestrutura				
	Aliment.	Hosped.	Transp.	Outros **	Observação
Fernando de Noronha	X			X	
Serra da Capivara	X			X	
Brasília	X				
Foz do Iguaçu	X	X	X	X	
Ubajara	X				
Serra do Cipó			X		
Serra dos Órgãos	X			X	
Tijuca	X		X		
Aparados da Serra – Serra Geral	X				Atualmente sem concessionária
Itatiaia		X			

* Conforme informações prestadas pelos chefes dos respectivos PARNAS.

** Incluem um dos elementos: esportes; loja de souvenirs; guiamento.

Viveiros (2003), em um artigo publicado em abril de 2003, na “Folha de São Paulo”, intitulado “42% dos parques nacionais estão fechados”, afirmava que devido à

falta de infraestrutura, as unidades acabavam não cumprindo o seu real papel de recreação e conservação da biodiversidade. E completa:

“Por falta de infraestrutura para receber os turistas, 22 dos 52 parques nacionais brasileiros (42,3% do total) não estão oficialmente abertos à visitação pública, o que, além de descumprir a lei federal do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), representa perdas em termos de turismo, de preservação e até de educação ambiental para o país.

Os números são do próprio IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), que alega dificuldades de ordem financeira para cuidar adequadamente das unidades e diz estar buscando parcerias com a iniciativa privada para fazer funcionar os parques.”

Baseando-se nas respostas obtidas, percebe-se que são poucas as comunidades e ou pessoas que se inserem na questão social, referente aos serviços turísticos prestados nos PARNAS.

Conclusões

Por falta de uma maior e melhor infraestrutura nos parques, as comunidades de entorno perdem excelentes oportunidades de se inserirem nas atividades ligadas ao turismo, pois se não há condições de se bem-receber os turistas, eles não se deslocarão até os parques por variadas razões: estradas, hospedagem, informações precisas a respeito dos parques; falta de sinalização, entre outras. Para que tal exploração se concretize, a sugestão aqui apresentada é fomentar a concessão e ou terceirização dos serviços turísticos nos PARNAS que se encontrem aptos a isso – e, no caso dos ainda não aptos, que se acelere sua regularização –, conforme legislação específica.

A cadeia produtiva do turismo é de suma importância para o funcionamento da atividade turística, especificamente para o ecoturismo nos parques nacionais brasileiros. A integração da comunidade nesse caminho permite obter maior eficiência no que tange a utilização dos recursos naturais, a conservação e preservação da diversidade biológica e, principalmente, a busca pela redução das desigualdades que são tão contrastantes mediante as condições de vida das mesmas.

É um trabalho incessante que para se obter resultados esperados demanda um longo tempo de adaptações. As parcerias ainda são formas de se alcançar maior êxito através das redes que se formam para desenvolver um trabalho mais integrado. A visão precisa mudar somente coma participação e inserção da comunidade é possível fornecer meios de sustentabilidade ambiental.

Referências bibliográficas

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 5. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001. 516 p.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 176p.

BRASIL. Lei Federal nº 9.985, de 18 de setembro de 2000, que regulamenta o art. 225, 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO. **Unidades de conservação**. In: http://arruda.rits.org.br/oeco/reading/oeco/reading/pdf/apresentacao_icmbio_minc_coletiva_final.ppt

BRASIL. EMBRATUR. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília, 1994.

BRITO, M.C. W. de,. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (PROCAM – USP), 1995.

BRYLYNSKYI, T. H. A indústria brasileira do futuro: ECOTURISMO. Rede Internacional de Comunicação CTA-UJGOIAS/CES Environment Justice x Finance. Disponível no site: http://profrios.kit.net/html/artigos/a_idust_e_brasil.html

COELHO, M. C. *et al.* (org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia. Gestão do desenvolvimento regional**. Belém: CEJUP/UFPA/NAEA, 2001. p.147-73.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS - CNI. Cadeia produtiva do turismo. Necessidades de tecnologia e de recursos humanos no horizonte 2010 – Investigação Delphi. Rio de Janeiro: CNI, 1998. Mimeografado. In: SANTOS SILVA, J.A. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação - USP) São Paulo, SP: 2004.

DIEGUES, A. C. S. **Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil, 1993. (Série: Documento e Relatórios de Pesquisa, 1). 89p.

DIEGUES, A. C. S. **Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil, 2000. (Série: Documento e Relatórios de Pesquisa, 1).

FEDERAÇÃO das INDÚSTRIAS do ESTADO de MINAS GERAIS - FIEMG. **“Cresce Minas - um projeto brasileiro”**. Belo Horizonte: FIEMG, 2000. 112 p.

FERNANDES, M. A. de F.; ANJOS, G.C.B. dos; ROCHA, A.S.; VASCONCELOS, P.H. Educação Ambiental como Instrumento de Inserção Social e Geração de Renda no Município de Esperança, PB. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**.

Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004.

VIVEIROS, M. **42% dos parques nacionais estão fechados**. Folha de São Paulo - São Paulo, SP. 20 abril 2003. Disponível em <http://www.premioreportagem.org.br/article.sub?docId=7882&c=Brasil&cRef=Brazil&year=2004&date=abril%202003> Acesso em 06 nov.2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. **O turismo em nossa latitudes: uma nova forma de colonização**. 2003. Disponível em: <<http://www.world-tourism.org/>>. In: SANTOS, A. A. **A importância do circuito turístico para o fomento da economia e da preservação ambiental** – caso São Roque de Minas, MG. Lavras: UFLA, 2004. 114p.

MICHELS, I. L.; RODRIGUES, J. D. **Estudo da cadeia produtiva do turismo em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande – MS. Novembro 2006.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – MCT. **Arranjos produtivos locais**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/fontes/fundos/documentos/ctfva/ctfva03 arranjos produtivos>>. In: SANTOS, A. A. **A importância do circuito turístico para o fomento da economia e da preservação ambiental** – caso São Roque de Minas, MG. Lavras: UFLA, 2004. 114p.

PÁDUA, J. A. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, J. A. (org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/ Iuperj, 1987.

RICHES, R.; LIMA, C.P. (1991) **Segmentação. Opções estratégicas para o mercado brasileiro**. São Paulo: Nobel.

RYLANDS, A. B.; BRANDON, K. **Unidades de conservação brasileiras**. Megadiversidade, vol.1. n° 1. julho 2005. p. 27-35

SACHS, I.; VIEIRA, P. F. (org.) **Rumo à Ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SALVATI, S. S. **Turismo em áreas naturais ou turismo de natureza**. Disponível em: http://ecosfera.sites.uol.com.br/ativ_ecotur.htm . Acessado em 05 set.2009.

SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA – SEBRAE. **Arranjos produtivos locais**. Brasília, 2004. In: Santos, A. A. **A importância do circuito turístico para o fomento da economia e da preservação ambiental** – caso São Roque de Minas, MG. Lavras: UFLA, 2004.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SMITH, W. R. - *Product differentiation and marketing segmentation as alternative marketing strategies*. American Marketing Association. Journal of Marketing, vol. 21, pp. 3-8, julho, 1956.

SOUZA, M. A. **A cadeia turística**. Fortaleza: Banco do Nordeste. ETENE, 1998. Mimeografado.

TURISMO, VISÃO E AÇÃO. **Glossário**. Ano 2 - n.4 - fev.2000. Universidade do Vale do Itajaí.

VASQUÉZ, F. J. C. **Distrito turístico rural – un modelo teorico desde la perspectiva de la oferta. Especial referencia al caso Andaluz.** (Tese doctorado). Departamento de Economía y Administración de Empresas. Universidad de Málaga. Málaga, 2005.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação.** São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008. 340p.

Anderson Alves Santos: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Email: alvessanto@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7747265989770754>

José Luiz Pereira de Rezende : Universidade Federal de Lavras

Email: jlprezen@dcf.ufla.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7029395945890194>

Luís Antônio Coimbra Borges: Universidade Federal de Lavras

Email: luís.borges@dcf.ufla.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2994935653109104>

Rosângela Alves Tristão Borém Universidade Federal de Lavras

Email: tristao@dbi.ufla.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6472336328549743>

Data de submissão: 31 de outubro de 2010.

Data do aceite: 07 de março de 2011.



Ecoturismo como alternativa para o desenvolvimento sustentável da Área de Proteção Ambiental do Morro do Urubu – Aracaju (SE)

Luís Ricardo Rodrigues de Araújo, Daniel Menezes de Almeida Freitas, Cláudio Roberto Braghini

RESUMO

As questões que envolvem meio ambiente e sustentabilidade tornaram-se algumas das maiores preocupações atuais. Nesse contexto, inserem-se as Unidades de Conservação e as relações com as comunidades do entorno, bem como os projetos e atividades para um desenvolvimento sustentável. As áreas naturais protegidas vêm recebendo um fluxo cada vez maior de turistas; quando bem administradas geram empregos, diversificam a economia local, trazendo aperfeiçoamentos na infraestrutura e benefícios para a população local. O presente artigo tem como objetivo analisar as perspectivas do ecoturismo para o uso sustentável da Área de Proteção Ambiental do Morro do Urubu, que está situada na cidade de Aracaju, Sergipe. Para tal foram usadas observações diretas intensivas e extensivas, inventário ecoturístico, entrevistas semi-estruturadas com funcionários, gestores e moradores dos bairros do entorno. A APA do Morro do Urubu é o único grande remanescente de Mata Atlântica presente na cidade de Aracaju. Esta Unidade de Conservação vem sofrendo com invasões, acúmulo de lixo, erosão, bem como outros problemas resultantes da pressão urbana local. A criação da APA estabeleceu o poder do estado e, portanto, o papel de principal articulador para seu uso sustentável. O ecoturismo pode se desenvolver como ferramenta para a mitigação desses impactos, gerar renda complementar, desde que se considere no seu planejamento suas limitações e possibilidades. A principal limitação é a ausência de ordenamento territorial. As possibilidades sinalizam para o ecoturismo como ferramenta de educação ambiental, aproveitando-se inicialmente da estrutura do Parque da Cidade, bem como uma necessária articulação com as universidades que desenvolvem ações na área.

PALAVRAS-CHAVE: Ecoturismo; Área de Proteção Ambiental; Sustentabilidade.

Ecotourism as alternative for sustainable development of the Environmental Protection Area of “Morro do Arubu” – Aracaju (SE), Brazil

ABSTRACT

The questions that involve the environment, human actions and sustainability had become one of the biggest current concerns. In this context, are included such subjects as conservation areas, highlighting the conservation units and its relationships with the communities where they are inserted, as well as projects and activities involving sustainable development. The protected natural areas have been receiving a large number of tourists, these areas if well administered generate jobs, diversify the local economy, bringing improvements in infrastructure, and consequent benefits for the local population. The present article has as objective discuss prospects of ecotourism for sustainable use of the Environmental Protection Area of “Morro do Urubu”, that is situated in the city of Aracaju, Sergipe. Were used for such intensive and extensive field observation, inventory ecotouristic, semi-structured interviews with staff, managers and residents of neighborhoods surrounding. The Environmental Protection Area of “Morro do Urubu” is the only great remainder of present Atlantic Forest in this city. This Unit of Conservation comes suffering with the invasions, the accumulation of garbage, the erosion, as well as other resultant problems of the urban pressure in the place. The creation of the EPA established the power of the state and therefore the role of principal promoter of sustainable use. Ecotourism can be developed as a tool for mitigating these impacts, generate additional income, provided they are considered in their planning, your limitations and possibilities. The main limitation is the lack of territorial planning. The possibilities indicate for ecotourism as a tool of environmental education, taking advantage, initially, of the structure of “Parque da Cidade”, as well as a necessary link with universities to develop actions in the area.

KEYWORDS: : Ecotourism; Environmental Protection Area; Sustainability.

Introdução

As questões que envolvem o meio ambiente, as ações do homem e a sustentabilidade tornaram-se algumas das maiores preocupações atuais. Nessa perspectiva criam-se novas Unidades de Conservação (UC) e o ecoturismo é tratado como atividade que promove a conservação ambiental e o envolvimento das populações que interagem com essas áreas protegidas.

Dentre as categorias de Unidades de Conservação previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) está a Área de Proteção Ambiental (APA) com caráter de uso sustentável. Essa categoria integra um território com uma complexa rede de atividades e interesses públicos e privados de difícil gestão.

A Área de Proteção Ambiental (APA) do Morro do Urubu em Sergipe foi criada pelo Decreto Estadual nº 13.173, de 14 de junho de 1993. A área abriga o único

grande remanescente de Mata Atlântica presente na cidade de Aracaju e, além da beleza local, resguarda o que restou da fauna e flora desse bioma na cidade. Entretanto, essa Unidade de Conservação vem sofrendo com as invasões, o acúmulo de lixo, a erosão, além de outros problemas resultantes da pressão urbana no local. Dentro desta área existe o Parque José Rollemberg Leite (Parque da Cidade) com visitação freqüente.

O fomento das atividades que promovam a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento é fundamental para uma APA. Nesse sentido, o ecoturismo e a educação ambiental destacam-se como aliados para a conservação do patrimônio natural, sensibilização e conscientização dos visitantes e comunidades locais.

O ecoturismo no meio acadêmico, por outro lado, carrega uma gama de significados que não pode ser considerada autoexplicativa, induzindo àqueles que o estudam, posicionamento crítico frente a sua polissemia. Nesse caminho o estudo aqui relatado levantou questionamentos para delinear suas ações.

Considerando como pressuposto que o ecoturismo possa ser um caminho para auxiliar na conservação ambiental da APA do Morro do Urubu, quais os atrativos turísticos, infraestrutura e equipamentos existentes que possam auxiliar no desenvolvimento do ecoturismo? As populações que vivem dentro dos domínios da APA se relacionam de que maneira com essa área e de que forma poderiam contribuir e terem benefícios com o ecoturismo? Como se dá a gestão da APA, quais suas limitações e quais as propostas para o desenvolvimento do ecoturismo? Quais as pressões sobre a APA que fragilizam a conservação dos ambientes naturais e o desenvolvimento do ecoturismo? O Parque da Cidade existente na APA favorece o desenvolvimento do ecoturismo como ferramenta de conservação? Considerando as ações de educação ambiental favoráveis para a conservação das áreas naturais, há ações dessa natureza na APA? Como o ecoturismo se articularia com a educação ambiental?

O presente artigo discute as perspectivas do ecoturismo para o uso sustentável da Área de Proteção Ambiental do Morro do Urubu, que está situada na cidade de Aracaju, Sergipe. Os objetivos específicos foram: analisar o potencial ecoturístico e seus principais problemas; descrever os limites e possibilidades do ecoturismo como ferramenta na conservação do remanescente da Mata Atlântica na APA e benefícios às populações do entorno.

A metodologia do estudo abrangeu uma etapa correspondente à pesquisa de campo propriamente dita, com coleta de dados primários, incluiu técnicas de entrevista semi-estruturada e observação direta, utilizando-se de formulários. Esses instrumentos foram aplicados com pessoas residentes nos bairros do entorno, organizações da sociedade civil e autoridades de diversos setores. Os dados foram coletados em 2009, durante os meses de maio a agosto, totalizando 107 pessoas.

Foram entrevistados 15 funcionários e 50 visitantes do Parque Governador

José Rollemberg Leite (Parque da Cidade), 30 moradores do bairro Industrial. Quanto aos moradores do bairro Porto Dantas, devido à resistência de alguns com o método de entrevista foram realizadas 10 conversas informais, utilizando as questões como roteiro, e posteriormente, transcreveram-se as informações relevantes. As amostras foram de caráter não probabilístico, sendo que no caso dos moradores do bairro Industrial, o limite deveu-se à repetição das respostas e no bairro Porto Dantas a dificuldade de obter as respostas de maneira formal. Também foram entrevistados dois representantes, um da coordenação da Área de Proteção Ambiental e outro da direção do Parque. Os Bairros citados compõem, de acordo com Silva (2004), a área de influência da APA do Morro do Urubu, o que motivou a escolha destes como locais para a pesquisa de campo.

Para o diagnóstico dos aspectos físicos e da Infraestrutura existentes na APA do Morro do Urubu e análise do seu potencial ecoturístico, elaborou-se Inventário turístico considerando os atrativos naturais e artificiais, Infraestrutura básica e dos serviços de apoio, direto ou indireto, seguiu-se o modelo do manual de ecoturismo de base comunitária da WWF (2003).

Durante a pesquisa foram realizadas três abordagens que, relacionadas, proporcionaram uma melhor análise dos dados obtidos: a situação atual da APA do Morro do Urubu e do Parque presente na APA; a realização de inventário turístico; a análise das problemáticas, estrutura, possibilidades e perspectivas da prática do Ecoturismo na APA. A sistematização desses dados baseou-se na análise de conteúdo e no estudo exploratório descritivo.

A primeira parte do artigo destaca as características conceituais relativas à Área de Proteção Ambiental (APA), ao ecoturismo e a Educação Ambiental. A seguir, a caracterização da área que destaca a localização e as suas características físicas e biológicas. A terceira parte apresenta o Potencial ecoturístico da APA, considerando os atrativos, a infraestrutura, os equipamentos e serviços, o perfil das populações do entorno e dos visitantes, resultantes da inventariação turística, além da descrição dos principais problemas da APA apontados pelos entrevistados. A quarta e última parte apresenta uma discussão sobre os limites e possibilidades do Ecoturismo como ferramenta de conservação ambiental e estímulo ao desenvolvimento sustentável da APA do Morro do Urubu.

Área de Proteção Ambiental, Ecoturismo e Educação Ambiental

A Área de Proteção Ambiental (APA) configura-se numa categoria de U.C. com a perspectiva de compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. A APA tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais e disciplinar o processo de ocupação na área. As áreas de proteção ambiental devem possuir um conselho presidido pelo órgão responsável pela sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, das organizações da sociedade civil e da

população local.

A resolução nº 10 de 14.12.1998 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que regulamenta as Áreas de Proteção Ambiental, diz que tais áreas são destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais da localidade, buscando a melhoria da qualidade de vida da população local e a proteção ecossistemas regionais. Segundo o Artigo 15 da Lei 9.865/2002:

A Área de proteção Ambiental é uma área geralmente extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas (CONAMA, 2002, p.25).

No caso da existência de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental, devem ser respeitados limites, normas e restrições, definidos pelo plano de manejo, baseado no SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O órgão gestor da unidade deve estabelecer as condições para a realização de pesquisas científicas e para a visitação pública.

De acordo com a Lei nº 6902/81 a função das Áreas de Proteção Ambiental é assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais, devendo limitar ou proibir indústrias poluidoras e atividades que comprometam a qualidade ambiental.

Não há proibição quanto à existência de residências e atividades produtivas na APA, mas o proprietário deve obedecer às limitações administrativas de uso que deve ser orientado e monitorado pelo órgão ambiental encarregado. Silva afirma que:

A aparente rigidez do controle de uma APA encontra sua exeqüibilidade no comportamento da entidade administrativa e principalmente no conteúdo de seu plano de Manejo espacial e territorial apoiado no seu Zoneamento Ecológico-Econômico, instrumento que visa o desenvolvimento sustentável de uma Unidade de Conservação (SILVA, 2004, p. 32).

Conforme o artigo 2º da resolução CONAMA 10/88 as APAs sempre devem ter um zoneamento ecológico-econômico que estabelecerá normas de uso que dependerá das condições locais bióticas, geológicas, urbanísticas, agropastoris, extrativistas, culturais e outras. Em APA não é admitida a utilização de agrotóxicos ou outros biocidas que possam causar sérios riscos em sua utilização. Em todas as APAs devem existir zonas de vida silvestre nas quais será proibido ou regulado o uso dos sistemas naturais.

Nesse contexto, entre as atividades possíveis nas APAs está o turismo, mas

questiona-se o seu perfil. As características do turismo de massa não tornavam tão evidentes seus impactos negativos no ambiente natural. Durante a década de 1960, consideravam-se apenas os bons resultados econômicos advindos das atividades turísticas. Acreditava-se que o hábito de lazer e de viagens de quem vivia nos países ricos abriria as portas do desenvolvimento econômico aos países pobres. Dias (2003 p.14) afirmou que *“o turismo moderno é filho legítimo da Revolução Industrial, desta herdou a racionalidade capitalista de consumir os recursos naturais para obtenção de renda”*.

Quando mal planejada e realizada, a atividade turística contribui para o aumento da pobreza, descaracterização das culturas tradicionais, degradação das paisagens, redução da qualidade da água, dentre outros problemas, constituindo assim uma ameaça para o equilíbrio do ecossistema e da sociedade.

A relação turismo e meio ambiente deve ser intermediada por um trabalho intenso de educação ambiental. A atividade turística pode interferir no equilíbrio da natureza, o que torna imprescindível um estudo prévio de impactos, além de ações preventivas para mitigar os inevitáveis impactos causados pela intervenção humana. Segundo Neiman (1989 p.75) *“as instalações necessárias para a prática do turismo devem respeitar o conjunto natural e não interferir na vida silvestre”*. Uma contribuição trazida pelo conceito de sustentabilidade foi o reconhecimento da necessidade de integrar a dimensão ambiental ao conceito de desenvolvimento.

Nas palavras de Sachs (1993, p.39) *“políticas públicas que estimulem e apoiem as iniciativas locais devem ocupar um papel muito importante no conjunto de políticas de desenvolvimento sustentável”*. Visto que toda a economia depende dos recursos naturais que sustentam a vida do planeta, e que tais recursos estão se esgotando por conta da exploração desmedida, as ameaças ao meio ambiente têm se convertido em assunto de políticas, conforme as implicações econômicas que se têm feito visíveis ou ao menos anunciadas por governos de vários países (SILVA, 1994).

Segundo Neiman (2002, p. 18) *“a questão ambiental tem um caráter eminentemente social: está sendo gerada e é atravessada por um conjunto de processos sociais, pesando também os aspectos políticos que a perpassam”*. Nessa mesma linha, Silva afirmou que apesar da importância da Política Nacional de Meio Ambiente na “defesa da qualidade do meio ambiente no país” esta deve ser parte integrante das políticas governamentais e “compatibilizar-se com objetivos do desenvolvimento econômico/social, urbano e tecnológico” (SILVA, 1994, p. 211).

O Ecoturismo, nesse cenário seria mais do que uma simples visita a áreas naturais, teria emergido como um turismo que segue os princípios do desenvolvimento sustentável, sendo um novo modelo de gestão para a atividade turística. Desse modo tem o cuidado em analisar o meio natural, econômico, cultural e humano. Segundo a WWF (2003, p.42) *“o Ecoturismo é norteado por mínimos impactos ambientais e culturais e por benefícios econômicos às comunidades envolvidas”*.

Essa concepção de ecoturismo não é uníssona e sofreu modificações dependentes dos interesses envolvidos. Inicialmente, o Ecoturismo surgiu apenas como alternativa para a preservação do ambiente natural. Com o tempo passou a abranger novos princípios, a partir da evolução da conceituação do desenvolvimento sustentável e da atuação antrópica nas ações de sustentabilidade. Salvati (2003) defende que o Ecoturismo é sustentado por três grandes eixos temáticos: a sustentabilidade, a educação do visitante e os benefícios às comunidades locais.

É comum o conceito de turismo sustentável ser usado para definir Ecoturismo, mas na realidade o primeiro abrange o segundo. A EMBRATUR, Instituto Brasileiro de Turismo, antiga Empresa Brasileira de Turismo, apresenta uma definição que é reiterada pelo Ministério do Turismo e se relaciona à necessidade do poder público regular a atividade:

O ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR, 1994, s/p).

Apesar do enfoque mais abrangente e o específico como segmento da atividade turística, sabe-se que o Ecoturismo deve promover a equidade social e ser devidamente planejado por pessoas interessadas na natureza, dispostas a contribuir para a sua sustentabilidade, já que ambos são elementos interdependentes.

Como parte de uma visão de desenvolvimento para a comunidade, deve-se definir e implementar estratégias para um aumento de benefícios para a localidade, isso inclui o acesso a informação, o desenvolvimento urbano, estrutural, financeiro e social, que podem ser provocados pelo crescimento da prática do Ecoturismo. São necessários mecanismos participativos de planejamento que permitam às populações tradicionais definirem o uso de suas áreas e optem, se necessário, pela não realização da atividade ecoturística. Segundo Wellman e Berkowitz (2001, p. 228) *"comunidade são redes de laços interpessoais que proporcionam sociabilidade, apoio, informação, um senso de pertencimento e identidade social"*.

É essencial fortalecer, sensibilizar, além de estimular a habilidade da comunidade em manter e utilizar conhecimentos tradicionais que sejam importantes para atividade do Ecoturismo, como artesanato, a agricultura, o folclore, a culinária local e demais atividades.

Para que atividades ecoturísticas possam ser desenvolvidas da melhor forma possível é necessária uma cooperação do setor privado com organizações governamentais e não governamentais para que sejam desenvolvidos trabalhos de conservação de áreas naturais, assegurando que tais práticas sejam realizadas de

acordo com os planos de gestão e outros regulamentos regionais.

Objetivando resgatar valores que tornem a sociedade humana mais justa, como a ética, o respeito ao meio ambiente e a responsabilidade social, a Educação ambiental surge como importante ferramenta para a formação de cidadãos conscientes de sua relação com a natureza e com seu habitat. Neste sentido, Dias (2004, p. 17) é taxativo:

Através da Educação Ambiental podemos perceber que existem formas mais inteligentes de se lidar com o ambiente, integrando-se com ele através do desenvolvimento sustentável e que [...] a atual crise ambiental mostra apenas sintomas de uma crise mais profunda: a falta de ética e do respeito aos valores. Podemos também, através da Educação Ambiental, apreciar mais cuidadosamente a fascinante diversidade do mundo vivo, que a natureza preparou durante milhões de anos e a fascinante experiência de sermos parte.

Assim, Ecoturismo e Educação Ambiental diante de um novo quadro ambiental, recebem a função de sensibilização dos atores envolvidos, com relação à proteção ambiental e cultural, em todas as etapas do processo de desenvolvimento.

Caracterização da área

A área de estudo (Figuras 1 e 2) está localizada nas seguintes coordenadas geográficas: W 37° 03' 27" e S 10° 53' 3" (Google Earth Versão 4.3.7284 beta). Segundo o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental da Ponte Aracaju-Barra (2004), apresenta um clima quente e úmido, com período chuvoso de março a agosto. Os meses mais quentes de Aracaju são: janeiro, fevereiro e março, com temperatura média de 27°C, sendo que a média das máximas é de 31°C e a das mínimas de 25°C. A região em estudo está localizada no litoral de Sergipe, apresentando uma variação pluviométrica mensal de 49,0 mm na mínima e de 315,0 mm na máxima, correspondendo, respectivamente, a Dezembro e a Maio. O Regime Pluviométrico é do tipo marítimo, definindo-se por um período seco de primavera a verão (Setembro a Fevereiro), e um período chuvoso de outono a inverno (Março a Agosto). As temperaturas médias anuais oscilam entre 23,5°C a 28,8°C. A amplitude térmica anual fica em torno de 5,3°C (EIA/RIMA da Ponte Aracaju-Barra, 2004).

Segundo SILVA (2004, p.36), "*sedimentos do Grupo Barreiras são responsáveis pelas maiores elevações na cidade de Aracaju, como por exemplo, o Morro do Urubu, a colina do Santo Antônio, o Morro da Piçarra e o Alto da Jaqueira*". A autora ainda destaca que as formações quaternárias formam uma faixa que contorna o Morro pelo sul, norte e leste, representando as mais recentes deposições de sedimentos. Os sedimentos são de natureza terrígena (cascalho, conglomerados, areias finas e grossas e níveis de argila). Possui feição topográfica de um morro de encostas arredondadas com níveis médios de 40 a 50 metros, alcançando-se até cerca de 90 metros.



Figura 1: Morro do Urubu e Região (Fonte: Seplan/Prefeitura de Aracaju)



Figura 2: APA Morro do Urubu Fonte: SEMARH, 2007.

Seu limite norte é feito com a planície Flúvio-Marinha que constitui a margem direita do rio do Sal e pelo Terraço Marinho Holocênico. Ao sul, prossegue perdendo altitude até atingir o nível da Planície Litorânea. A planície Flúvio-Marinha corresponde às regiões estuarinas dos Rios Sergipe e do Sal. A pouca acessibilidade do relevo preservou um pouco da cobertura vegetal original, onde se pode ainda verificar fragmentos de matas com diferentes estágios de regeneração e conservação.

De acordo com a Carta de Cobertura Vegetal, Uso e Ocupação do Solo, feita pela GEO Consultoria (2000) para o Estudo de Impacto Ambiental da ponte sobre o Rio do Sal, as formações vegetais presentes na área de estudo são:

Manguezal – nas margens dos Rios do Sal e Sergipe, predomina a espécie *Laguncularia racemosa*, que está bastante descaracterizada devido às invasões e a construção de antigos viveiros e salinas.

Mata Atlântica em Estágio Inicial de Regeneração – localizada na encosta do Morro do Urubu, atrás do Bairro Porto Dantas e do Coqueiral. Observa-se ainda vegetação de porte arbóreo como: Umbaúbas (*Cecropia ssp.*), Genipapo (*Genipa americana*), Cajueiro (*Anacardium occidentale*), Sucupira (*Bowdichia virgilioides*) e Ouricuri (*Syagrus coronata*)

Mata Atlântica em Estágio Médio de Regeneração – ocorre no Parque Governador José Rollemberg Leite (também conhecido como Parque da Cidade), constituindo a única mancha de mata Atlântica presente no Município de Aracaju, com predominância de *Tapirira guianensis*, *Syagrus coronata*, *Apeiba tibourbou*, *Cecropia pachystachia* e *Cupania revoluta*.

Vegetação Mista de Coqueiros com Núcleos de Frutíferas e Espécies Nativas – ocupa a encosta sul do Morro do Urubu, são formados por antigos sítios que sobreviveram à ocupação urbana vinda dos bairros Industrial e Santo Antônio.

Formação Residual Mista de Mata Atlântica e Coqueiros – ocorre dentro do Parque Gov. José Rollemberg Leite, com indivíduos entremeados por gramíneas e coqueiros.

Vegetação Arbórea-arbustiva Mista de Mata, Cerrado e Frutíferas – encontra-se na encosta norte e dentro da APA do Morro do Urubu com porte misto arbóreo-arbustivo, coqueiros, sucupira, cajueiro, sambaíba (*Curatella americana*), murici, alecrim de tabuleiro, mangelão, dentre outras. GEO Consultoria (2000)

Há ainda roças com culturas alimentares, ocupando principalmente as encostas Sul e sudeste do morro do Urubu, em torno do Parque Governador J.R.L.. Ocorre também ao redor do Morro do Urubu uma área urbana em processo de ocupação planejada, bem como moradias de baixa renda em ocupação irregular, iniciando - se principalmente sobre a baixa encosta do Morro do Urubu, expandindo-se para a margem do Rio do Sal, sendo consolidada com a Invasão do Coqueiral. De acordo com Silva,

o Morro do Urubu é considerado uma área de risco pela pressão da ocupação desordenada nas encostas e pela ação dos agricultores no trato com a terra ou na realização de desmatamentos, contribuindo sobremaneira para a degradação da natureza, dentro de uma APA (SILVA, 2004, p.58).

O Potencial Ecoturístico da APA Morro do Urubu

Atrativos naturais

A Área de Proteção Ambiental do Morro do Urubu abriga o último remanescente de Mata Atlântica da cidade de Aracaju. Uma das motivações para o enquadramento desta área natural nesta categoria de Unidade de conservação, de acordo com o decreto n° 13.173, de 15 de junho de 1993, é a tentativa de proteção, conservação e recuperação desta área de Mata Atlântica.

Outro ponto que deve ser ressaltado é que o parque governador José Rollemberg Leite (Parque da Cidade) é um dos postos avançados da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA). A RBMA foi a primeira unidade da rede mundial de reservas da biosfera declarada no Brasil e é a maior reserva da biosfera em área florestada do planeta, com cerca de 35 milhões de hectares, abrangendo áreas de 15 dos 17 estados brasileiros onde ocorre a mata atlântica.

Existem também duas lagoas, sendo que uma localiza-se no final do arruamento do bairro Porto Dantas e na base da encosta do Morro do Urubu, próximo ao Bairro Coqueiral, a outra se encontra a noroeste do morro.

De acordo com o Zoneamento Ecológico-Florestal do Estado de Sergipe, que mapeou e classificou a APA, a área de influência do Morro do Urubu corresponde oficialmente à Floresta Mesófila Decídua e a Floresta Mesófila Semidecídua. É necessário destacar a presença do Manguezal e de formações características do Cerrado Arbustivo, com predominância de espécies como *Hirtella racemosa* (azeitona da mata), *Casearia sylvestris* (camarão) e *Vismia guianenses* (lacre).

De acordo com estudos para o levantamento das espécies da fauna de vertebrados, realizados pelo COOTRAM durante o Diagnóstico Ambiental - Bases para a elaboração do plano de manejo da APA do Morro do Urubu (2004) foram encontrados animais como: Sapo-cururu, Falsa-coral, Cobra-cipó, Coral Verdadeira, Cobra-rei, Urubu, Gavião, Gavião-peneira, Carcará, Quero-quero, Anum-preto, Anum-branco, Guaraxaim, dentre outros. Além da conservação *in situ* da biodiversidade, a APA também apresenta a conservação *ex situ*, na qual exemplares da fauna são mantidos fora de seu habitat natural, no zoológico de Aracaju.

Na APA também se encontra o ponto mais alto da Cidade de Aracaju, no qual durante a última reforma do Parque Governador José Rollemberg Leite foi construído um mirante e se pode ter uma vista privilegiada de Aracaju e de uma parte do Município da Barra dos Coqueiros.

Deste ponto, também é possível a observação de grande parte das belezas naturais de Aracaju, como a Mata Atlântica, manguezais, o rio Sergipe e, um pouco mais a frente, o oceano Atlântico.

Atrativos Histórico-Culturais

O Morro do Urubu possui também um grande valor histórico. Existem registros que Gabriel Soares de Souza, em 1587, no seu Tratado Descritivo da Terra Brasil citou o morro com o nome do Morro do Aracaju, chamados pelos índios de Manhã, que significa Atalaia, Vigia (PLÁCIDO, 2005).

O fato de ser o ponto mais elevado da cidade de Aracaju protegido por mata, sempre atraiu uma grande quantidade de urubus, que usam a área como dormitório. Porém, conta a lenda que o nome “Morro do Urubu” deve-se a uma chacina de índios ocorrida durante a colonização deste território. A carnificina no local teria atraído estes animais, que de lá não mais saíram (PLÁCIDO, 2005).

Não foram identificadas manifestações culturais específicas na região, contudo bairros como Santo Antônio (bairro próximo à área de estudo) e Industrial (área de influência) são locais tradicionais e de valor no que se refere à história da cidade de Aracaju. Além disso, no Bairro Centro, estão localizados os Mercados Albano Franco e Thales Ferraz, alguns dos principais locais de manifestações culturais da cidade. Nele podem-se encontrar artesanatos, ervas medicinais e cantores repentistas; neste local é realizada a principal festa da Cidade, o Forró-Caju.

Equipamentos de apoio e serviço

Através do Parque José Rollemberg Leite, a APA do Morro do Urubu possui uma grande quantidade de atrativos artificiais, que aumentaram seu potencial ecoturístico por funcionarem como pontos turísticos e de apoio para todas as atividades desenvolvidas na APA e em seu entorno.

O Parque está dotado de restaurantes, parques infantis, campos de futebol e pista vertical de skate (principais motivos para o grande número de crianças visitantes), áreas para piqueniques, espaços para comercialização de Alimentos e Bebidas e outros atrativos que merecem destaque individualizado:

Recanto do Chorinho: restaurante que funciona aos domingos a partir das 17 horas e tem como seu ponto forte uma banda de Chorinho, que atrai visitantes que gostam de dançar e/ou simpatizantes deste estilo musical.

Espaço para eventos: existe no Parque espaço que pode abrigar eventos, a exemplo do centro de vivência presente no alto da área do zoológico. Este último possui banheiros bem equipados, área coberta, bebedouros e acesso para portadores de deficiência física.

Equoterapia: No Parque da Cidade existe um centro de equoterapia que conta com sete baias e pista de equitação, que segundo PINTO (2008) faz uso de um método educacional e terapêutico que utiliza equinos dentro de uma abordagem disciplinar as

áreas de educação saúde equitação com o objetivo de melhor desenvolvimento biopsicosocial de pessoas com necessidades especiais.

Centro de Administração e apoio: localizado na entrada do zoológico, este espaço abriga sala de vídeo, loja e biblioteca que podem auxiliar em atividades educacionais.

Posto de cavalaria da polícia militar: No alto do Morro, ao lado do Mirante, está a sede do Esquadrão da Polícia Montada (EPmon), onde ficam e são treinados os cavalos que compõem a ronda da Polícia Montada. O comando da Polícia Militar do Estado de Sergipe (PMSE) aprovou o projeto Escolinha de Equitação e Equoterapia do Esquadrão de Polícia Montada (EPMon). Serão adquiridos materiais para viabilizar as instruções de equitação. Os cursos serão ministrados a partir do 2º semestre de 2008 por profissionais do próprio EPMon.

Zoológico: aberto para visitação pública de terça a domingo das 10 às 17 horas, localizado dentro do parque, o zoológico de Aracaju é um dos maiores atrativos do local. O zoológico conta, segundo relatório da EMDAGRO, com 366 animais, divididos em 81 tipos de espécies, nativas e exóticas, como onça pintada, onça suçuarana, ema, cobras, jacarés, leão, siriema, raposa, guaxinim, macacos-prego, dentre outros. Conta também com o Planeta dos Pássaros, que abriga aves de grande porte.

Mirante: localizado próximo ao centro hípico é resultado também da ultima reforma e proporciona a visão de boa parte da cidade de Aracaju, além do município de Barra dos Coqueiros, podendo vislumbrar o rio Sergipe e o oceano mais adiante. Neste local encontra-se também a Estátua de Nossa Senhora da Conceição.

Área esportiva: existem quadras polivalentes de esportes, porém estes equipamentos encontram-se com alguns problemas estruturais e, portanto necessitam de reforma para atender melhor os visitantes. Existe ainda um projeto, já aprovado, para a construção de uma Vila Olímpica, as obras devem ser iniciadas no segundo semestre de 2010.

Teleférico: outra novidade da ultima reforma, constitui uma opção de lazer para os visitantes. Proporciona a vista das instalações do zoológico de cima, do remanescente de Mata Atlântica, além de partes da cidade de Aracaju e do rio Sergipe. O teleférico possui 70 cadeiras, distribuídas em 35 pares e conta com um percurso de 600 metros. Durante cerca de 25 minutos, os visitantes podem usufruir de uma beleza inigualável que é o panorama da cidade de Aracaju, dos animais e da vegetação do Parque.

Trilhas: apesar de não consolidadas como atrativos da área existem trilhas que possuem grande potencial para, de forma responsável, ser utilizada como ferramenta para o incentivo da prática do Ecoturismo e da Educação Ambiental. Duas delas ainda são usadas em pequenas atividades educacionais: a trilha com entrada ao lado do "Planeta dos Pássaros" (localizado nas instalações do zoológico) e a trilha com entrada ao lado do Mirante.

É importante ressaltar que a presença de alguns equipamentos, como o teleférico, zoológico e o restaurante, por atrair visitantes, acabam se tornando atrativos especiais

para a visitação.

Infraestrutura básica e serviços de apoio direto ou indireto ao Ecoturismo

Para analisar o potencial e formular o planejamento da atividade ecoturística deve existir uma grande preocupação principalmente com qualidade, quantidade e diversidade dos serviços, além da geração de empregos e da necessidade de mão-de-obra. Na entorno da APA foram detectados diversos elementos que auxiliam direta ou indiretamente com a atividade ecoturística (Quadro 1).

Quadro 1 – Infraestrutura e serviços de apoio direto ou indireto ao Ecoturismo.

Serviços de apoio	Próximo a hotéis e pousadas do centro da cidade e do complexo de hospedagem da Orla de Atalaia;
	Proximidade ao principal centro comercial da cidade (Bairro Centro);
	Monitoramento de visitas educacionais ao Parque;
	Meios de acesso: Transporte público (Através das linhas: Maracaju-Centro; Marcos Freire II – Centro e Fernando Color -Atalaia) e táxis;
	Meios de transporte de acessos intermunicipais e interestaduais, através da proximidade da Rodoviária Gilton Garcia e da Ponte Construtor João Alves Filho;
	Recreação, entretenimento e espaços para eventos artísticos e culturais: Orla do Bairro de Industrial e centro da cidade.
Infraestrutura e equipamentos de apoio	Postos de Gasolina, oficinas, borracharias (auto-serviços)
	Telefones Públicos
	Próximo a algumas emissoras de TV e Rádio.
	Correios
	Bancos: Caixas 24hs e agências.
	Postos de Saúde
	Postos de polícia: polícia militar e guarda municipal.

Fonte: Pesquisa de campo (2009).

As instalações do Parque José Rollemberg Leite são classificadas como muito boas por 88% dos visitantes e como boas por 12% dos visitantes entrevistados, nenhum classificou como ruim, o que demonstra a satisfação dos mesmos com os investimentos em reforma e manutenção do local. Também foi observado que a localização em uma região periférica e a não existência de um trabalho de divulgação e incentivo para visitação, ainda são grandes barreiras para o desenvolvimento da atividade turística do Parque.

A Infraestrutura básica e de apoio ao Ecoturismo propicia o acesso e a permanência do turista. As regiões que apresentam deficiências relacionadas à

Infraestrutura podem ter problemas na execução dos projetos turísticos. A região que envolve o Morro do Urubu oferece serviços de apoio, infraestrutura e equipamentos que podem fortalecer o desenvolvimento do seu potencial turístico.

As populações do entorno e os visitantes da APA

Considerando-se a área de influência da APA do Morro do Urubu, Porto Dantas (incluindo a invasão do Coqueiral) e Bairro Industrial, observou-se que no perfil dos moradores entrevistados a escolaridade é mais baixa no bairro Porto Dantas, mas há semelhança quanto a satisfação com o local onde vivem (Quadro 2).

Quadro 2 - Perfil dos moradores entrevistados do Bairro Industrial e Porto Dantas.

Variáveis	Bairro Industrial	Bairro Porto Dantas
Escolaridade	43%, fundamental incompleto; 30%, nível médio completo; 14%, nível médio incompleto; e 13%, fundamental completo.	Baixo nível escolar. Todos os indivíduos adultos abordados não possuíam mais que o ensino fundamental.
Faixa etária	36% 16-24 anos, 24% 25-33 anos, 14% 34-42 anos, 12% 43-51 anos, 8% 51-60, 6% mais de 60 anos.	Diversificada, crianças de 13 e 15 anos, jovens de 20 e 21, adultos de 29 a 35 anos e idosos com mais de 60 anos.
Sexo	63% Mulheres e 47% homens	64% mulheres e 36% homens.
Satisfação com o local de moradia	Apesar de queixas, os moradores demonstraram-se satisfeitos com o local onde vivem.	Apesar de queixas, bom nível de satisfação com o local onde vivem.
Conhecimento sobre APA e Ecoturismo	Os moradores demonstraram pouco conhecimento sobre ambos os temas. Apesar de alguns afirmarem saber o que seria Ecoturismo e Área de Proteção Ambiental.	Os moradores demonstraram pouco conhecimento sobre ambos os temas.

Fonte: Pesquisa de campo (2009).

As análises indicam que o conhecimento da população é pequeno com relação ao significado de Área de Proteção Ambiental e ecoturismo, bem como o conhecimento de que o Parque da Cidade esteja inserido em uma APA.

O bairro Porto Dantas congrega parcela da sociedade caracterizada por populações de baixo poder aquisitivo, moradias de baixa renda e aquelas consideradas assentamentos precários, ocupantes de terrenos sem Infraestrutura e saneamento básico.

Através das entrevistas com autoridades e comunidade percebeu-se que, mesmo com a tentativa da nova administração da APA de integrar a comunidade em todo o processo de elaboração e implementação do plano de manejo, o envolvimento comunitário organizado ainda não é suficiente. Por enquanto foram apenas participações

em reuniões esporádicas.

Mesmo com a insuficiência de um envolvimento comunitário organizado, é notória a identificação da comunidade com a APA do Morro do Urubu. Os moradores da área de influência mostraram conhecer profundamente os problemas vividos pela APA e demonstraram grande interesse na resolução dos problemas, até mesmo os causados por eles mesmos (como poluição e invasão). No Porto Dantas, por exemplo, existe o projeto Reviver que promove cursos profissionalizantes, como manicure e costura, para os moradores do bairro.

Devido a não consolidação da APA, é quase inexistente a visitação nessa área como um todo, sendo que os visitantes concentram-se no Parque José Rollemberg Leite. O monitoramento de visitantes e de seus perfis praticamente inexistente – segundo a administração do Parque. Apenas as visitas educativas previamente comunicadas são monitoradas e, mesmo assim, apenas com uma precária contagem do número de visitantes. O último levantamento realizado pela administração do Parque foi feito em 2006, porém os dados resultantes não foram disponibilizados pela administração do Parque.

Os visitantes do parque na sua grande maioria originam-se do próprio município de Aracaju, pronunciadamente da zona norte, isto é, do entorno do Parque (Quadro 3).

De acordo com a pesquisa, a maior parte dos visitantes possui o segundo grau completo, 78% dos entrevistados afirmaram saber o que seria APA e 52% o que seria Ecoturismo, contudo, poucos souberam definir com segurança seus respectivos conceitos, refletindo a falta de acompanhamento e informação dos visitantes sobre o local e atividades que podem ou não ser desenvolvidas nele.

As principais motivações para visitação são o lazer, visita ao zoológico e a busca pela tranquilidade e natureza – o que demonstra o interesse, por parte da população, pela busca de atividades em áreas naturais, como os parques urbanos.

Problemas de gestão da APA do Morro do Urubu

Desde a sua criação a APA enfrenta sérios problemas administrativos. A administração já passou por vários governos e nunca houve uma iniciativa de um plano de manejo da Área de Proteção Ambiental, o que contraria o Sistema de Unidades de Conservação que exige um plano de Manejo a ser elaborado em um prazo de cinco anos a partir da data de sua criação. No ano de 2007 mais um governo assumiu a administração e algumas ações foram iniciadas para a elaboração do plano de manejo da APA do Morro do Urubu.

Segundo a nova administração, o processo de gestão já foi iniciado e sua principal característica é a integração de vários setores da sociedade. Ainda segundo a administração, o plano de manejo deve ser elaborado, principalmente, com total participação das comunidades locais.

Quadro 3 - Perfil dos visitantes entrevistados no Parque José Rollemberg Leite.

Variáveis	Características
Escolaridade	4%, 2º grau completo; 8%, 3º grau completo; 12%, com 1º grau incompleto; 12%, 1º grau completo; 18% 3º grau incompleto; 46% 2º grau completo.
Faixa etária	8%, 16-24 anos; 8%, acima de 51 anos; 17%, 34-42; 22%, 43-51; 23%, 43-51.
Sexo	38% são homens e 62 % são mulheres.
Origem	72% dos visitantes são de Aracaju, 16% são de outros municípios de Sergipe e apenas 12% são de outros estados. Dos visitantes de Aracaju, 76% são oriundos da zona norte de Aracaju.
Motivação para a visita	2%, ar puro; 4%, identificação com o local; 12%, conhecer o Parque; 16%, tranquilidade, natureza; 20%, zoológico; 46%, lazer.
Conhecimento sobre APA e Ecoturismo	Apesar de 78% dos visitantes afirmarem saber o que é uma Área de Proteção Ambiental, poucos souberam responder ou deram uma resposta satisfatória. Dos que disseram saber o que é uma APA, apenas 54% sabiam que o Parque faz parte de uma. Dos entrevistados, 52% afirmaram não saber o que é Ecoturismo e dos 48% que afirmaram saber, poucos conseguiram defini-lo com segurança. 91%, dos que responderam saber a definição, disseram que o Morro do Urubu tem potencial para prática do Ecoturismo.

Fonte: Pesquisa de campo (2009).

Alguns encontros já foram realizados, como o I Dia de Vivência da APA do Morro do Urubu, e algumas reuniões entre órgãos do governo, comunidade e administração do Parque da Cidade, em que se discutiram ações futuras, através de propostas das partes envolvidas. A primeira providência a ser tomada é a aquisição de um espaço físico dentro da APA para ser a sede da administração.

Segundo a administração do parque, a verba não é suficiente e a relação com a administração da APA precisa ser mais estreita. Através de entrevistas, observou-se que os funcionários do parque não estão capacitados para auxiliar em atividades ecoturísticas. Apesar de todos os entrevistados afirmarem que sabiam que o Parque está localizado em uma APA, nenhum soube afirmar satisfatoriamente o que seria. Apenas um dos funcionários entrevistados afirmou saber o que é Ecoturismo, mas não soube definir o que significa.

As Unidades de Conservação (UC) criadas até então ampliaram as oportunidades de desenvolvimento do ecoturismo, com a preocupação de compatibilizar conservação ambiental e cultural, preservação e geração de renda local.

De acordo com a Administração e a partir de observações realizadas por toda região no entorno da APA, há considerável presença humana com ocupação de áreas indevidas, descarte de resíduos sólidos e muito entulho de construção civil.

Existem ocupações consideradas irregulares denominadas de invasões por quase todos os limites da APA, excetuando-se a região sul, onde se localiza a entrada do Parque José Rollemberg Leite. Elas são mais acentuadas na área norte, seguindo toda a extensão do Bairro Porto Dantas, e na região leste, seguindo a avenida que dá acesso à Ponte do Rio do Sal. Tais observações foram confirmadas e posteriormente descritas por Chagas (2009). As invasões são apontadas como principais responsáveis pelo acúmulo de resíduos sólidos e entulho de construções, além de motivarem desmatamento da área de cobertura vegetal, evidenciando-se marcas de erosão.

Na APA do Morro do Urubu não existe efetivamente nenhum projeto de Educação Ambiental, seja relacionado com os moradores do entorno, seja com os visitantes do Parque presente na APA. De acordo com a Administração do Parque há um projeto de Educação Ambiental, mas na verdade são apenas esclarecimentos sobre os animais do zoológico, quando há pedidos de escolas. Durante as entrevistas realizadas no Parque observou-se que os visitantes sentem a falta de atividades dessa natureza.

A falta de segurança é outro problema enfrentado pela Área de Proteção Ambiental. Mesmo com a presença do Esquadrão da Polícia Montada são freqüentes as ocorrências relacionadas com o tráfico e uso de drogas, assaltos e até homicídios, deixando intranquilos muitos moradores da região como também alguns visitantes do Parque da Cidade.

O abastecimento de água e o saneamento básico, principalmente no Bairro Porto Dantas ainda é precário, o que torna propício o surgimento de doenças. O sistema de saúde local também é alvo de crítica da população. No Bairro Industrial existem dois postos de saúde e no Bairro Porto Dantas existe um, mas este está desativado. Além destes postos de saúde, há o Hospital São José (Hospital Público Municipal).

Limites e possibilidades do ecoturismo como ferramenta de desenvolvimento sustentável da APA do Morro do Urubu

Evidentemente o ecoturismo em sua essência não gera desenvolvimento sustentável por si só, nem pode se estabelecer como atividade meramente econômica. Dessa maneira, o ecoturismo exige certas condições para gerar novas situações.

As possibilidades do ecoturismo se sedimentar como alternativa para o desenvolvimento da APA do Morro do Urubu, no sentido do possível, isto é, capaz de trazer efetivos benefícios socioeconômicos às populações do entorno e ao mesmo tempo favorecer

a conservação ambiental, dependem e necessitam de atrativos conservados, com infraestrutura, equipamentos e serviços adequados aos turistas, normas claras e capacitação profissional para atuação com compromisso e responsabilidade. Dessa maneira, para a APA em questão dividiu-se essa discussão em limitações e possibilidades para o ecoturismo.

Limitações

A principal limitação para o desenvolvimento do ecoturismo na APA do Morro do Urubu é a ausência de um plano de manejo, que se credita ser responsável por ordenar territorialmente uma APA e, portanto, potencializar a efetividade das ações de conservação dos remanescentes de mata atlântica. O plano de manejo determinará as áreas passíveis de visitação e a normatização das operações ecoturísticas adequadas com a conservação ambiental.

A existência de um plano de manejo transferiria à gestão da APA o papel da sua execução e por consequência, a necessidade de capacitação em termos de equipamentos e pessoal ao qual o ecoturismo se beneficiará e poderá devolver sua contribuição.

A delimitação e criação da APA estabeleceram o poder do estado na área, com a perspectiva de conservação ambiental, sem consenso com os demais setores da sociedade, o que implica ser o próprio estado o principal agente articulador da elaboração do plano de manejo e inclusão das populações do entorno nesse processo.

A segunda limitação é a redução das áreas naturais e a descaracterização dos saberes culturais associados, que são relevantes às atividades ecoturísticas. Na APA do Morro do Urubu há evidente impacto negativo sobre as áreas naturais derivadas de invasões ou ocupações irregulares.

Do ponto de vista cultural não há pesquisas suficientes que expressem a existência dos saberes existentes nos bairros do entorno e sinalize associação ao turismo. Isso limita a participação da comunidade nos benefícios que o ecoturismo possa trazer. No mesmo sentido não se identifica claramente o sentimento de pertencimento das populações com a APA criada.

As ações existentes na APA vinculam-se essencialmente ao Parque da Cidade ou equipamentos e instalações associadas e aquelas citadas como educação ambiental ocorrem de maneira difusa, sem integração ou planejamento. Estas são iniciativas pontuais de instituições de ensino e pesquisa ou eventuais de órgãos de meio ambiente do estado.

A Infraestrutura básica e serviços de Apoio direto ou indireto ao Ecoturismo existente na região da APA do Morro do Urubu alcançam, por uma perspectiva, um nível satisfatório, com numerosos meios de hospedagem e locais para alimentação. A cidade de Aracaju, por não possuir uma grande extensão territorial, facilita o fluxo de turistas pelos vários pontos da cidade. Entretanto, o uso da área para lazer é feito principalmente pelas populações locais e para estudos e lazer por escolas de Aracaju. Assim, se por um lado há fluxo turístico em Aracaju, por outro, este não ocorre comumente para as áreas da APA.

Além de estar localizado em uma região periférica, fato este que dificulta o desenvolvimento de atividades turísticas, as vias de acesso precisam de melhorias, tanto em estrutura física, como em sinalização turística. As linhas de acesso por transporte público, por sua vez, mesmo estando em bom estado de conservação, não são suficientes.

Não há operações turísticas estabelecidas de forma periódica e associadas à gestão da APA. Observou-se ausência de pessoas capacitadas para atuar em ecoturismo, restringindo-se à visitação monitorada ao zoológico.

Por fim, não há política de ecoturismo no estado, fato que limita investimentos, programas e planos para estabelecer ações articuladas. As ações restringem-se às instituições de ensino e pesquisa de Aracaju, com suas pesquisas, atividades de extensão e estágios vinculados aos cursos de turismo, ecoturismo, geografia e educação ambiental.

Possibilidades

Em contrapartida o ecoturismo aponta possibilidades para o seu incremento e por consequência, ser gerador de desenvolvimento da APA. A gestão atual do estado nessa questão sinalizou ter o entendimento da importância de que a elaboração do plano de manejo se dê em um processo participativo das populações do entorno. Essa participação tende a gerar novas formas de agir, que dependeria do estabelecimento de normas e consensos.

Há atrativos relacionados à mata atlântica e os equipamentos de lazer, principalmente associados ao Parque José Rollemberg Leite (Parque da Cidade).

Os principais equipamentos e serviços de apoio ao turismo encontrados na APA estão no Parque da Cidade que pode se tornar ponto central para recepção de visitantes às demais áreas. Isso implicaria dimensionar os serviços e segurança desse parque com essa perspectiva.

Existe um projeto, com recursos já aprovados, para a reforma da Malha viária do Parque da Cidade. O estudo também registrou que existem algumas iniciativas para a melhoria da região. No Bairro Porto Dantas, a partir de parceria dos governos municipal, estadual e federal, por exemplo, está sendo feita uma reforma na Infraestrutura da Avenida Gal. Euclides Figueiredo, além da construção de um conjunto de casas. Com essa reforma, morros serão desocupados, o que ajudará na conservação e recuperação dos recursos naturais, além de conter o avanço das invasões.

Apesar de ser um remanescente a APA do Morro do Urubu possui uma área natural (com sua fauna, flora e paisagens) única na capital sergipana, podendo ser utilizada para fins de lazer ou de atividades científico-educacionais.

Há iniciativas, embora isoladas, de atividades de Educação ambiental, a exemplo das realizadas pelos alunos do curso de Gestão de Turismo do Instituto Federal de Sergipe (antigo CEFET-SE), com trabalho de guiamentos com crianças da periferia e pessoas com necessidades especiais, incentivando a conservação ambiental, através de trilhas e atividades responsáveis.

A perspectiva da educação ambiental como meio seria a de re-significar as áreas para as populações e demais interessados em desenvolver atividades com respeito e ou sentimento de pertença.

Na medida em que se evidencia a importância de que moradores e visitantes saibam dos cuidados que devem ter na conservação da área onde serão realizadas as atividades, o Ecoturismo, de acordo com seus princípios, pode ser uma ferramenta da educação ambiental, proporcionando a sensibilização ambiental desses atores sociais.

As possibilidades do ecoturismo se sedimentarem como alternativa para o

desenvolvimento da APA, no sentido do possível, isto é, capaz de trazer efetivos benefícios socioeconômicos às populações do entorno, envolvem a capacitação de profissionais. Isso favorece articular com as instituições de ensino e pesquisa públicas e particulares locais, tais como o Instituto Federal de Sergipe e Universidade Federal de Sergipe e Universidade Tiradentes. Dessa maneira se atribui aqui a importância da participação de tais instituições e seus cursos vinculados ao turismo, ecoturismo e educação ambiental na elaboração de um plano de manejo da APA.

Resumindo, nessa perspectiva favorável ao desenvolvimento do ecoturismo, estabelecem-se necessidades de articulação da gestão da APA - respaldada em suas normas e equipada - com os operadores da atividade turística, com instituições de ensino e pesquisa em ecoturismo e educação ambiental compromissados com a conservação e geração de benefícios às populações locais, estabelecendo-se roteiros e monitoramento de trilhas.

Conclusão

A APA do Morro do Urubu apresenta as dificuldades inerentes a sua categoria de unidade de conservação inserida em um centro urbano, bem como carece de plano de manejo ou de um mecanismo de ordenamento territorial. Entretanto, o ecoturismo pode ao mesmo tempo beneficiar as populações do entorno se houver articulação de interesses públicos e privados, estimulando e organizando a capacitação para operarem em serviços e equipamentos voltados ao turismo e o empreendedorismo associado a artesanato e alimentos.

Os remanescentes de mata atlântica são uma das prioridades dessa APA e do ordenamento territorial, pela importância dada ao Bioma. Se por um lado o plano de manejo e as ações tendem a privilegiar áreas de mata em detrimento das ocupações irregulares, por outro lado exigirá dos gestores da APA uma preocupação em gerar ações articuladas para geração de benefícios à qualidade de vida das populações do entorno de forma contínua, visando a ressignificação da área, como valor do cidadão. O ecoturismo pode ser então um caminho para sensibilização da comunidade, como atividade geradora de renda ou como ferramenta de educação ambiental. A inclusão das instituições de pesquisa e ensino parece ser também uma das prerrogativas para esse fim.

Referências Bibliográficas

- AMBIENTEC. Consultoria Ltda. **Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental da Ponte sobre o Rio Sergipe**. Aracaju, 2004.
- CEHOP/GEO. **Relatório de Impacto Ambiental da Ponte sobre o Rio do Sal**. Aracaju: CEHOP/GEO, 2000.
- COOTRAM. **Diagnóstico Ambiental** – Bases para a Elaboração do Plano de Gestão da APA Morro do Urubu. Aracaju, 2004.
- DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas** 9.ed. São Paulo: GAIA, 2004.
- DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: ATLAS, 2003.
- Mapas de Aracaju**. Disponível em <<http://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/mapas/FRENTE-P.pdf>> Acesso em 20 Jun. 2010

- NEIMAN, Z. **Meio Ambiente, educação e ecoturismo**. São Paulo: Manole, 2002.
- NEIMAN, Z. **Era verde?: ecossistemas brasileiros ameaçados** 3. ed.. São Paulo: Atual, 1989.
- PINTO, J. B. **Possibilidades de desenvolvimento do ecoturismo na Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu (Aracaju/SE)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), São Cristóvão: UFS, 2008.
- PLÁCIDO, D. **Parque da cidade: potencial paisagístico preservado**_In: Falcón, L. de O. FRANCA, V.L.A. **Aracaju: 150 anos de vida urbana**. Aracaju: PMA. PEPLAN, 2005.
- SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI. Desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993. Tradução Magda Lopes.
- SALVATI, S. S. 2003. Planejamento do Ecoturismo. In: **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília, DF: WWF.
- SILVA, J. A. **Direito Ambiental constitucional**. São Paulo: Malheiros editores, 1994.
- SILVA, K. C. T. **O Urbano, o rural e o ambiental nas Transformações do Bairro Porto Dantas, no norte da cidade de Aracaju**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia: UFS. São Cristóvão: 2004.
- SUDENE/DRN, CONDESE/CRN. **Zoneamento ecológico-florestal do Estado de Sergipe**. - (Relatório e Carta de Vegetação). Publicado pelo Convênio SUDENE/CON-DESE, Aracaju, 1976
- WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. **Social structures: a network approach**. New York: Cambridge, University Press, 1988.
- WWF. **Manual de Ecoturismo com base comunitária: manual de orientação**. São Paulo, 2003.

Luís Ricardo Rodrigues de Araújo: Universidade Federal de Sergipe
Email: luisricardo_araujo@hotmail.com
Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8477658729862252>

Daniel Menezes de Almeida Freitas: Universidade Federal de Sergipe
Email: danielbio_ufs@hotmail.com
Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6179497873351963>

Cláudio Roberto Braghini: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
Email: claudio.braghini@ifs.edu.br
Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6345985821227558>

Data de submissão: 30 de junho de 2010.

Data do aceite: 17 de março de 2011.



Ecotourism, social and human capitals, and identity valorization: the communities of Tapajós (PA), Brazil

Ismar Borges de Lima, Anne-Marie d'Hautesserre

ABSTRACT

This article deals with the role of community-based ecotourism for strengthening human and social capitals as well as for enhancing culture and forest livelihood of riverbank dwellers in the Tapajós region, in central Amazonia. The research was done based on the premise that ecotourism can be a potential avenue for putting in evidence local culture, identity and singular lifestyles as while it can contribute to strengthen the local networks which can result in collective material and immaterial advantages. The analysis examines the hypothesis that outsiders (the tourists) once they travel to and stay with local communities, they become the primary agents who are in a position to perceive the main aspects of values, beliefs and routines as particularities of an Amazonian livelihood. Even though the visitors usually stay a few days in a certain community, they end up paying enough attention to what the locals tell and do. This way, the tourists involuntarily put the locals at the centre of their visit, to the extent the locals start realizing how important their forest lifestyle is. This argument certainly does not aim at validating the “spectacularisation” of forest people, of their environment and of their culture. Instead, the authors are rather interested in the processes through which outsiders can direct or indirectly – as ecotourism participants - contribute to improve the quality of life and to raise self-esteem of riverbank dwellers. Some Amazonian peoples (of remote areas) usually have a feeling of periphery and of marginalization, because they do not take part in the ‘developed metropolitan world’. The self-esteem factor gets relevance in an academic debate, because the Amazonian peoples hold a feeling of being periphery and marginal in reason of not being part of a ‘developed metropolitan world’; and this may cause adverse effects on their attitude and expectations. The investigation has a qualitative approach in order to produce descriptive data. Open and semi-structured interviews and participant observation were the main methods used for getting information from the riverbank dwellers.

KEYWORDS: Ecotourism; Social and Human Capitals; Forest Livelihood, Culture and Identity Enhancement.

O Papel do Ecoturismo na Valorização Identitária e no Fortalecimento do Capital Social e Humano nas Comunidades do Tapajós (PA)

RESUMO

Este artigo busca investigar o papel do ecoturismo comunitário para o fortalecimento do capital social e humano bem como para a valorização da cultura e da vida dos ribeirinhos na FLONA e na RESEX, na região de Tapajós, na Amazônia central. A pesquisa foi realizada com base na premissa de que o ecoturismo pode ser potencialmente um dos caminhos para se colocar em evidência a cultura e identidade amazônicas ao mesmo tempo em que pode contribuir para fortalecer as redes locais, trazendo vantagens coletivas materiais e imateriais. Busca-se, assim, averiguar a hipótese de que os visitantes, sendo externos ao ambiente em visita, e por permanecerem naquele ambiente não-urbano, tornam-se agentes responsáveis por uma mudança de percepção nos ribeirinhos acerca deles próprios, levando-os a compreender o tanto que o estilo de vida amazônico, em áreas de floresta pristina, é importante para o equilíbrio e manutenção daquela sociobiodiversidade. Condena-se, no entanto, uma possível 'espetacularização' dos ribeirinhos e de seu estilo de vida. O objetivo é entender os processos pelos quais agentes externos a uma comunidade podem vir a contribuir diretamente e indiretamente - por meio do ecoturismo - para a melhoria da qualidade de vida dos ribeirinhos e elevar a sua autoestima. O fator autoestima ganha relevância no debate acadêmico, pois muitos povos amazônicos (de áreas remotas) possuem um sentimento de serem periféricos e marginais, pois não compartilham do desenvolvimento propiciado pelas metrópoles, isso pode causar efeitos adversos no ânimo e expectativas deles. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa com o objetivo de obter material descritivo para análise. Entrevistas abertas e semiestruturadas bem como observação participante foram os métodos usados para se obter informações dos ribeirinhos de Tapajós.

PALAVRAS-CHAVE: Ecoturismo Comunitário; Capital Social e Humano; Valorização da Cultura e Identidade Locais; Tapajós.

Introduction

In small communities, with an incipient and less structured economy, an ecotourism project – for example – can become the stimulus for positive turns in the dwellers' life (JONES, 2005). When locals are fully involved in ecotourism activities, with direct engagement in decision making and autonomy for management, a situation experienced since the 90s by some communities and villages in the Tapajós region such as Jamaraquá, Maguari, and Alter-do-Chão, they realize the need for certain skills (JONES, 2005) to cope with new realities and routines. Despite Alter-do-Chão is cited, the village is popularly known as a sun-river beach mass tourism, where

‘ecotourism’ is organized by tour operators and local travel agencies, and practiced in surrounding forest areas in that municipality. Alter-do-Chão has approximately 2,000 inhabitants, it is situated in an Area of Environmental Protection (APA) which is an area for conservation and for sustainable activities as set by Brazilian specific legislation; it is about 35m distant from Santarém, and Jamaráquá and Maguari are about 60 km away from it (Figure 1).

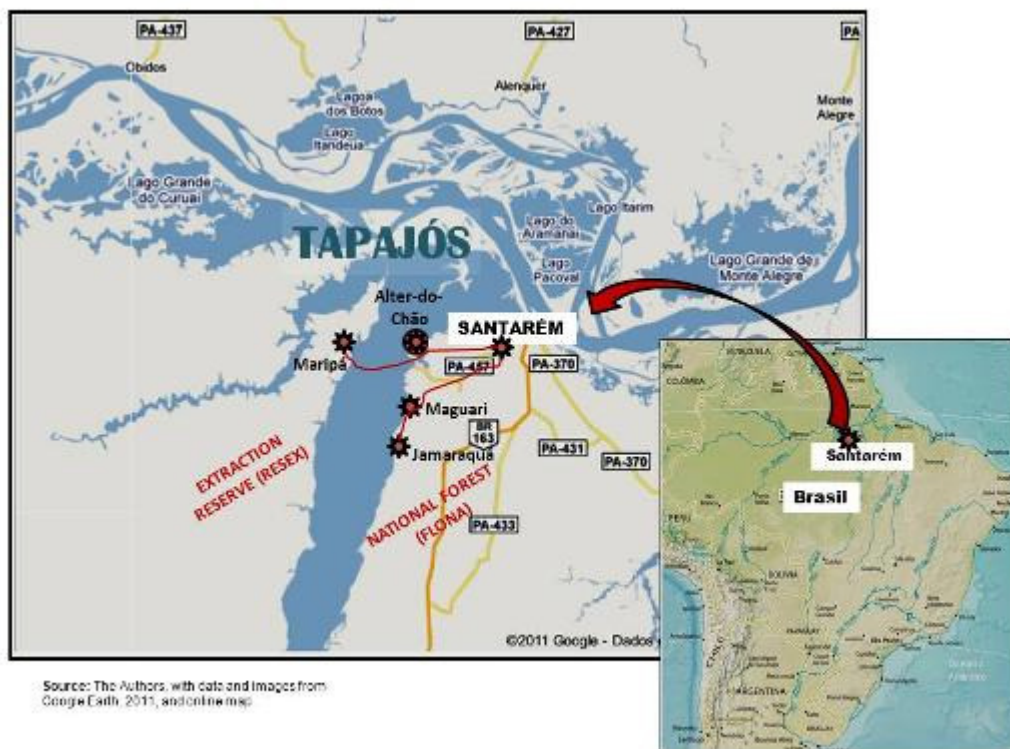


Figure 1: Tapajós region, Central Amazonia: Santarém city, Maripá and Jamaráquá Villages

The terms ‘ecological tourism’ and ‘ecotourism’ are used interchangeably, but, in some instances ‘nature tourism’ is mentioned instead. ‘Nature tourism’ does not connote ecotourism regarding its complexities and conceptual nuances, but, simply it is ‘tourism activities’ in natural environments: forests and bushes mostly. In brief, the definition of ecotourism is not exhaustively discussed in this paper because “the general lack of agreement on a universal definition” is well-known (PAGE; DOWLING, 2001, p. 25); it is a worth of note that the literature has many works done on the conceptual approach, featuring ‘ecotourism’ by insightfully debating it with various interpretations, understandings, and applications, either as an academic discipline or with a tool for regional development, nature protection as well as its social role (NEIMAN, 2009; NEIMAN; MENDONÇA, 2004; RODRIGUES, 2003; ALMEIDA, 2003; RUSCHMANN, 1997). According to Souza and Correa (2000), The official definition of ecotourism in Brazil was provided in 1994 with the publication of the Guidelines for a National Policy of

Ecotourism (*Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*) by Embratur, and has been widely regarded and used (SOUZA; CORREA, 2000; BRASIL, 2008):

It is a segment of the tourism activity which uses, in a sustainable way, the natural and cultural heritage, which promotes conservation and seeks to raise an environmental awareness through nature interpretation, in a way it promotes the well-being to the populations engaged in it (own translation into English).

In this sense, it is better to discuss the key assumptions related to environmental paradigms and human demands; that is, the analysis on 'ecotourism' should include the material and immaterial elements which are part of built and natural spaces as well as the human perception and appropriation over them (ALMEIDA, 2003; ÁVILA, 2009). Gladwin *et al.* classify the human demands into three paradigms: 'technocentrism', 'sustaincentrism', and 'ecocentrism' (see Table 1). But, the environmental paradigms are interpreted as unresolved dilemmas (ALMEIDA, 2003) which make 'sustainability' a hard-reaching goal in conceptual terms. That is why, 'sustainable development' is regarded by many as an oxymoron, and Redclift (2005) says that the concept of 'sustainable development' has come of age, achieving its majority after years of the release of Brundtland report, in 1987, and he inquires whether it has future or not (p.66).

Key Assumptions	Technocentrism	Sustaincentrism	Ecocentrism
Human Role	Domination	Stewardship	Plain member
Humans and nature	Disassociation	Interdependence	Indisassociation
Metaphor of earth	Vast machine	Life support system	Mother/Web of life
Resilience of nature	Tough/robust	Varied/fragile	Highly vulnerable
Natural capital	Exploit/convert	Conserve/maintain	Enhance/expand
Poverty alleviation	Growth trickle	Equal opportunity	Redistribution

Table 1: Human Demands and Environmental Paradigms.

Source: Authors, 2008. Adapted from Gladwin, Kennelly and Krause (1994, p.883).

Sustainability has been at the core of ecotourism practices (DOWLING, 2001; WEAVER, 2001a,b, 2005; BJORK, 2007), but on the ground local actors have faced problems in applying the concept (Lima, 2008). 'Sustainable development' is a complex theory, embedded in competing views about how it should be. Ecotourism is proposed to reconcile part of the problematic relation between occupation of natural areas and human impacts (HONEY, 1999). This study maintains that the way in which ecotourism is conceptually envisaged, defined and implemented, must, of necessity, bring all the contradictions sustainability faces to the fore.

Ecotourism connotes the idea of remote, pristine backwardness and isolated regions, and it has been advertised accordingly. 'Isolation' implies that the communities and villages are geographically situated far from relatively urbanized areas; there is a physical isolation which requires long journeys, but it does not imply total seclusion, because most Amazonian dwellers and indigenous people have been able to keep in contact via wireless and radio communication, TV dishes and collective internet-based telecentres as observed in Jamaraquá. With the current technologies, no human group is entirely cocooned against external influences. As a result, researchers should revise the traditional approaches with respect to 'isolation', 'mediating culture' and 'unchanged traditional cultures'. To be precise, 'isolation' in the text means 'remoteness'.

Although ecotourism has been hyped as the provider of strong sectorial connections, endorsed as an option for restraining leakage of benefits outside a local ecotourism geographical area, and taken as a fosterer of sustainable development (JONES, 2005), it entails some drawbacks. The capitalist-centric orientation in (eco) tourism development can turn into an adverse commodification of rural spaces, culture and lifestyle, since *"commodification is an integral part of these processes and social arrangements and therefore underpins the establishment of new rural geographies"* (PERKINS, 2006, p. 243). The "commodification of the countryside ideal" (MITCHELL, 1998) can be further explained as a cause-effect of cultural and social displacements (NEPAL, 2006), if the involved communities are not properly assisted and the tour operators have not been regulated and monitored by pertinent authorities and organizations. Maripá, Maguari and Jamaraquá are special cases because they are ruled and abide by an environmental normative framework. In the Resex and Flona there are regulations which establish the limits for human intervention, and the relevance of protected areas for ecotourism practices, and the way backward, that is, ecotourism as of high significance for contributing to nature protection, is a synergetic issue extensively debated in the literature (ROCKTAESCHEL, 2006; KINDER, 2002; NEIMAN, 2002).

In the 1990s, moved by this notion of commodification of inner land areas, the Brazilian government with support of the Inter-American Development Bank (IDB) began an ambitious national ecotourism programme, called Proecotur, to build the needed infrastructure to make ecotourism an attractive sector for business. It would then create sources of income in poor and isolated areas in the Amazonia (LIMA, 2002; LIMA, 2008). Ecotourism is introduced as a symbolic nexus of development, social welfare and conservation (HIGHAM, 2007; BJORK, 2007; LIMA, 2008) with economic promises for the dwellers in the jungle areas of Amazonia. A community ecotourism project does not replace the role of government and institutions for poverty alleviation neither is it a self-governing system *per se*. In fact, ecotourism is mostly reliant on tourists and the money they circulate locally (SCHALLER, 1996).

The problem is the way ecotourism has been discursively clothed (LIMA, 2008; WARD, 1997) which raises high levels of "expectations in communities that are seldom fulfilled" (DRUMM; MOORE, 2005, p. 4), so stakeholders and local actors are disappointed when promises are not fulfilled (WEAVER, 2001a; BJORK, 2007). Residents of Maripá have been sceptical about ecotourism because of underpaid guiding services and local artefacts by most tour operators of nearby cities, Santarém and Alter-do-Chão. Tourism

seasonality adds to their disenchantment with few occasional tourists appearing for short-stays which do not pay back group and individual time spent on preparations. However, the article sustains Silveira's viewpoint (2005) that ecotourism counts positively for rural development as it bridges the gap of cultural understanding between well-off metropolitan tourists and poor riverbank dwellers in Amazonia. The article does not posit a romantic and naive viewpoint about ecotourism, because as largely discussed in the literature (WEAVER, 2001a,b; PAGE; DOWLING, 2001) even the most well-planned ecotourism activity involves impacts on nature and culture (HALL; BOYD, 2005).

What makes ecotourism a particular case here are the interactive dynamics between 'tourists' and 'locals'. The case studies show that for hosting communities, presenting their folklore, handicrafts, tales and daily life stories to tourists can reduce feelings of inferiority, enhance identity, raise awareness about the importance of the 'self' and revive traditions. Tourism can enhance identities if it is planned with a focus on benefiting an ethnic group (or local community) and with a focus on raising outsiders' awareness about the culture and traditions of a receptive group (LEME, 2009; MELLO, 2003; ALMEIDA, 2003). In addition, the locals must be furnished with the means, tools and skills to deal with tourism activities at a participatory basis in terms of organization and management, including effective interactions between the locals and visitors (LEME, 2009; LINDBERG; HAWKINS, 2001). The Maripá, Maguari and Jamaraguá cases serve to indicate 'whether' and 'how' subjective events and interactions between locals and outsiders in the practices of ecotourism work to improve self-esteem, networks, interactions and associations, human capacity building (EADE, 1998), social cohesion, socio-environmental justice and equity (BECKEN; SCHELLHORN, 2007) within a certain geographical area. Issues of scale (HALL, 2007) are not applied to this investigation because the case studies are managed as self-contained units for data collection and analysis, thus not being crosscut with macro government initiatives for development and social inclusion. Costa *et. al.* (2009) underline the importance of involving the communities and other stakeholders in ecotourism implementation, adding efforts towards the protection of natural heritage, particularly with respect to the creation and management of trails.

Ecotourism development is complex (BJORK, 2007; HALL, 2007) and the current case studies do not serve as a standardised model to explain similar occurrences in other regions (HIGHAM, 2007). Each ecotourism project has its particularities and uniqueness, and what is reality and truth in one place, may not be applicable to other areas (GOSSLING, 2007; LIMA, 2008). The efficacy of ecotourism for conservation, development and bottom-up participatory management depends on the integration of many elements: norms, regulation, monitoring, funding, fiscal incentives, engagement of individuals and institutions, as well as integrated sectorial actions and well-delivered public policies (LIMA, 2008; WEAVER, 2001a; ÁVILA, 2009). Ecotourism, however, is not a prescription for all economic and social limitations faced by peripheral populations.

For those involved in ecotourism activities, economic benefits can introduce new challenges, with *"the erosion of traditional relations of cooperation and reciprocity"* (STRONZA; GORDILLO, 2008, p.459). Within the community, internal disputes, misunderstandings about the distribution of ecotourism revenues and taxes, and

about the division of tasks, can disrupt hierarchies and erode local structures (NEPAL, 2006) mostly because not all stakeholders are always equally well represented. This could result in issues of unbalanced power, “*unequal distribution of benefits or neglect of interests of some party*” (BJORK, 2007, p. 41), which can make the residents refuse to work collectively and collaboratively. Ecotourism may be therefore perceived as a far-fetched initiative for most locals who may conclude that ecotourism cannot bring them relevant benefits. The examples demonstrate that emphasis on an economic orientation (financial capital) over other forms of capital (human, social and natural) may cause the opposite of community integration, well-being, equity, self cultural discovery and coordinated group accomplishments.

Ecotourism implementation is not a smooth and stress free process (WEAVER, 2001a, b; WEARING; NEIL, 1999). Neither does it imply that the whole community will be receptive and participative. Its implementation is in fact a gradual process of assimilation of new routines by the locals, motivation for capacity building, and wishes to get involved. Moreover, locals need time to learn how to deal with outsiders. For meticulously understanding these dynamics, the following questions lead the discussion, *i*) how does ecotourism contribute to ending the Amazonian communities’ feelings that they are historically a marginalized periphery? Issues of core/periphery and marginalization in Amazonia are discussed at different levels and approaches in Pinto (1980), Kitamura (1994), Bartholo Jr. and Bursztyn (1999), and Browder and Godfrey (1997). *ii*) How does ecotourism contribute to enhance community capitals? The assumption is that ecotourism shapes social practices through interplays among stakeholders affecting positively or negatively any pre-existing human, social and natural capitals. This article seeks to contribute to ‘tourism geography’ by contextualizing community capitals, (eco)tourism and culture enhancement as a fact in Central Amazonia.

The enhancement of social capital can bring spatial and temporal transformations, heightening local communities’ principles of sharing and of collective learning (PONCHIROLLI, 2000) as well as their capacity building (TALBOT; WALKER, 2007). It can enable locals to foresee and approach evolving problematic issues which, if left unattended, could turn into sources of community instability (ALLEN, 2001). By nurturing existing networks and interactive processes, local actors can be better positioned to manage social and economic limits and needs. The richness of an organised human grouping can, among other factors, be measured by this pooling of knowledge and of networks for problem solving (SABATINI, 2008); belonging to networks with informal links to like-minded individuals can significantly strengthen the position of those actors inspired and enabled to cooperate for changes.

Interactive processes from within a group or community in rural areas can propitiate views, behaviour changes and pathways which can become beneficial for integrated regional development (PANELLI, 2006; ALLEN, 2001) as well as for the stakeholders entrusted with the accountability for sustainable management of natural heritage. Kauffman (1959) introduced the concept of community as a field of social interactions, and with high degrees of social capital, “*a preliminary forum for increased acquaintanceship*” (ALLEN, 2001, p.120). Tools for conflict resolution can facilitate a “livelihood stability” which is essential for development.

By taking all these conceptual aspects into account, this article examines the constructive role of ecotourism in strengthening the social capital. Tourism, and its variations such as ecotourism, has had a key role for economic growth, alleviation of poverty and environmental conservation (JONES; WOOD, 2007); it is a powerful tool for economic development in lesser developed countries (LDCs) with a demonstrated increase of revenues per year of 154% between 1990 and 2000 (ROE *et al.*, 2004, p.7). Ecotourism has enabled “turning biodiversity into tourist attractions [which] provides an opportunity to bridge the gap between natural resource conservation and community development” (LAI; NEPAL, 2006, p.119).

Methodological Tools

A qualitative methodology enables an understanding of the phenomena studied, through attention to detail and use of intimate knowledge about specific situations. It focuses on meanings and on the interests that socially construct the conditions studied. Such methodology does not, however, seek generalizable principles (STEDMAN, 2003, p.824) so it creates challenges for direct comparisons and for repetitive hypothesis testing in other sites. Because of the essence of this investigation, a qualitative methodology was used to capture the social world under investigation as a human creation. Such a methodology means reality is captured through interaction, which was possible because one of the authors is Brazilian, thus, fluent in Portuguese and aware of regional and cultural issues. The article is mostly based on observations and interviews with the members of several communities and 42 local stakeholders involved directly in nature tourism activities, during a three-month field trip to Amazonia in 2005. The last direct contact was a 30-minute interview with Ibama's staff, in November in 2010, regarding tourism advances in Maripá, Maguari and Jamaraquá. Updates were done through periodic consultation with key informants and by browsing the websites of organizations such as the Brazilian for the Environment and Water Resources' (Ibama) electronic newsletters. Ibama is a government environmental agency created in 1989, with financial and administrative autonomy; it is linked to the Ministry for the Environment with the mission to help in the implementation of environmental public policies, managing the concessions of environmental licensing and in charge of monitoring the Brazilian biomes on the whole.

Using a qualitative methodology enabled the collection of data required to provide elements to discuss how the social world of Maripá has been constructed and how likely ecotourism is to impact it. This approach helped to better grasp 'local reality' in ecotourism, and to what levels the local residents are conscious about the inherent trade-offs the activity may require of them. In order to achieve these aims, the following procedures were applied:

a) Open/in-depth and semi-structured interviews with key actors (e.g. government staff, tour operators, community leaders) in ecotourism, sustainable tourism development and planning; and government staff dealing with sustainable tourism and partnerships and cooperation;

b) Structured participant observation: to establish contact with the subject and places, watching the study units (members of partnership/network), tour operators with

ecotourists, tourism operations in the community. The information and knowledge acquired as a participant observer was contrasted with the information provided in the interviews and analysed across the information of texts, a form of triangulation to ensure the robustness of the data (brochures, pamphlet, fliers, reports, etc).

Basically, it is a case study which utilizes research procedures that generate descriptive data. The approach is exploratory combining different methods for data collection (triangulation). The inter-method triangulation helped to get varied information on the same topic to overcome any deficiency of a single-method investigation in terms of validity and reliability. For Lamnek (1995), a case study holds several important characteristics: *openness* for the researcher (no standardisation that might limit the action of the researcher); *communicativity* that is, action and communication form the reality and are recorded by the researcher; *naturalism* implies that study relations are not “artificially constructed models;” *interpretativity* in which social reality is “interpreted reality” (Carroll, 1996). When combined, they allow much more security and flexibility for data collection.

The case study is considered both a data collection method as well as a research model (SARANTAKOS, 1993) because it can provide many of the empirical facts that help to support arguments as well as validate or falsify theoretical statements. As explained by Yin (1994), a case study is an empirical investigation that explores a modern event in real-life context and requires multiple sources of evidence. The Puxirum ecotourism project was chosen to illustrate the situational hierarchy of stakeholders and their contextual involvement.

Participant observation added substantially to my interviews and analysis. It helped in three distinct ways i) it facilitated my approach and relationship with locals, building and strengthening trust; ii) it provided leads and findings that helped to elaborate more well-focussed interview questions; iii) information provided by interviewees could be contrasted on the ground. On other occasions, the opportunity for talks, interviews and sharing a place – as a participant observer – allowed me to grasp routines and the social fabric, which otherwise, would have been hard to determine from the outside. The fieldwork involved different levels of participant observation. It included staying in local communities in the Amazon forest, going on tourism excursions, interacting with local guides, as well as participating in seminars, meetings, regional events and conferences.

Social Capital: A Conceptual Approach

Social capital refers to societal interactions shaped by relationships, institutions and norms which construct and weave meaning in peoples’ lives. It implies an attribute of individuals in a social context and the way they transform their participation in networks and in groups into economic gains (SOBEL, 2002; JUDGE, 2003). Social capital consists of horizontal associations (agencies linked to communities linked to individuals) and vertical associations (across sectors and agencies) and networks that underpin actions and decisions in a way that facilitates well-being and production. Social capital for example develops as collective interests prevail over individual ones (PUTNAM, 1995; JONES, 2005). Falk and Kilpatrick (2000) affirm that social capital is the “cement of society’s goodwill”, building up social cohesion through networks and trust for the group’s

deliberate actions.

What distinguishes human from social capital is the fact that 'social capital' is ingrained in the relations between persons and groups rather than inbuilt in the individuals as such (EDWARDS; FOLEY, 1998). The World Bank also differentiates them by attributing 'nutrition, education and health' as determinants of human capital; and social capital as a concept that addresses networks, trust and forms of contacts (COLEMAN, 1990; COCHRANE, 2005). In fact, human capital constructs individual abilities and knowledge, and social capital assembles networks of individuals that can complement each other, propitiating socio-economic gains at local, regional and national levels (PUTNAM, 1995, 2002). Thus, social capital can be briefly defined as, "societal features that comprise trust, associational activity, and norms of civic behaviour that together facilitate coordination and cooperation for collective benefit" (CLERCQ; DAKHLI, 2003, p.10)

James Coleman, considered a pioneer in the investigation and uses of the concept of social capital, defines it as people's wills to assist each other, being either a group or an organization, in order to implement and manage projects that target collective interests (COLEMAN, 1988, 1990; DIWAN; SIRKER, 1997). Coleman underlines that, just as other forms of capital, social capital secures achievements, in a group, community, or in society, that otherwise would not be possible. Personal growth and networks function as "bonding ties" for social cohesion and become critical for societies to prosper economically and for development to be sustainable. Understanding the dimensions of social capital will enable us to identify converging areas or elements through which networks can positively affect a community. In the literature review, some researchers have established 'dimensional characteristics' of social capital (see Table 2).

Woolcock,1998	Office of National Statistics (ONS) .Source: Franke, 2005.	Liu and Blesser, 2003	Narayan and Cassidy 2001.
i) Integration ii) Integrity iii) Synergy iv) Linkage	i) Participation, social engagement, commitment ii) Control, self-efficacy iii) Perception of community iv) Social interaction, social networks, social support v) Trust, reciprocity, social cohesion.	i) Informal social ties ii) Formal social ties iii) Trust iv) Norms of collective action	i) Group characteristics ii) Generalized norms iii) Togetherness iv) Everyday sociability v) Neighbourhood connections vi) Volunteerism vii) Trust

Table 2: Dimensional characteristics of social capital as seen by key area researchers. **Source:** Authors, 2006, based on figures available in the literature

Community Ecotourism Projects

The Tapajós polygon (Resex and Flona), Brazilian Amazonia

The chosen cases are located in the Tapajós/Arapiuns polygon, in Pará state. The polygon encompasses Santarém city and Alter-do-Chão village as well as the communities of Jamaraquá, Maguari e Maripá which belong to two distinct Brazilian 'Conservation Units' (UCs) called Resex, Extractive Reserve of Tapajós/Arapiuns with 677,000 hectares, and Flona, National Forest of Tapajós with 545,000 hectares (refer to Table 3 for socioeconomic information). Flona and Resex belong to the National System of Conservation Units (SNUC) which was established on the 18 of July of 2000, law 9985, with respect to legal environmental policies. The SNUC has ten major categories of protected areas which can be created (demarcated) at district, state and national levels. Regarding the SNUC, Brazil has 292 protected areas: 126 of them are fully environmentally protected with rigid regulation restricting human presence; 166 have more flexible rules and norms, allowing human settlements and sustainable use of forest resources.

In the Tapajós region, Santarém is by far the largest urban concentration at the heart of the Amazonian rainforest, with around 170,000 inhabitants. It is 50kms from the case studies located north and south (around 2~6 hours by small power-driven boat known as *voadeira* and *rabeta*). Alter-do-Chão is about one and half hours from Maripá by boat. Tapajós River is the communities' "lifeblood" and the main "highway" which interlinks and serves them. Maripá, Maguari and Jamaraquá have community ecotourism projects supported by the Brazilian Institute for Environment and Renewable Resources (Ibama), local and state governments, civil society such as *Saúde Alegria*, and by some international donors and partners. Maripá hosts the Puxirum ecotourism project financially supported through a partnership between the Brazilian and Finnish governments.

Maripá, Maguari and Jamaraquá are regulated and monitored by Ibama. The communities can only have low impacting activities such as latex extraction, fruit gathering, subsistence agriculture, subsistence hunting and sustainable management of forest resources. A limited number of dwellers are allowed to live in the Resex and in the Flona. They are usually families who were already living in the region before it got the status of Extractive Reserve. Because the families live in an 'environmental protection area', they are expected by Ibama and the Ministry for the Environment to look after their own environmental assets and forest food sources.

The territory is state land under permanent concession for the families. Most are of mixed European and indigenous ethnicity. The economy is extremely fragile. The families survive by cultivating cassava, fishing, raising domestic animals such chickens, ducks, pigs, processing honey, producing handicrafts, wood kitchen utensils, straw artifacts, manufacturing ecological leather as well as selling flour in Santarém and Alter-do-Chão. The 'better-off' people seem to be the retired ones because they have a monthly salary guaranteed by the government which means they always have cash to purchase goods. During the rainy season most families have less available land for crops; consequently they do not have much for balanced meals, particularly in Maripá because it is settled in a strip segment of forest. Some of the families do risk starving as they struggle daily for their well-being. This is because fish - their main source of animal protein - becomes very difficult to catch with the river flowing 10 meters above the original banks. In the Resex, large scale agriculture is absolutely prohibited.

Ecotourism is one of the commercial activities allowed by Ibama in the Resex and Flona. It is statutory that the activity must be coordinated by the native population and is expected to bring economic benefits to the riverbank families by increasing their individual and collective assets and income. Visiting communities in the environmental protection areas requires researchers, tourists and tour operators to apply for an official authorization from Ibama in Santarém. There is a government entry fee of about US\$ 3.00 per day. Long term stays for visit, study or research require further assessment and permission because of possible impacts on the traditional lifestyle in the communities. Professional photography and filming incur an additional fee of approximately US\$ 30. These fees go to a government fund to buy fuel and equipments to monitor officially established conservation areas such as Resex.

Maripá was the community selected out of 68 in the extractive reserve to host an ecotourism pilot project. The project is called *Projeto Puxirum de Ecoturismo* and has technical and marketing support from Ibama, *Mãe Natureza* tour operator and from travel agencies in Santarém. The project is mostly financed by the Finnish government. Puxirum, which means volunteerism in a local indigenous dialect, is a comprehensive programme for sustainable development in the Arapiuns-Tapajós region and ecotourism is one of its components. The criteria for selection were its proximity to Alter-do-Chão, its spectacular landscapes and fauna, and its existing trails.

The Maripá community has adopted ecotourism with optimism. The project has created plenty of expectations. They hope the activity can turn into a steady income source. The community devoted time and sweat as its contribution to the Puxirum project. In an atmosphere of keen volunteerism, they worked for months to build up a straw and wooden shelter – called in Portuguese *Maloca* – for lodging the tourists. The *Maloca* can host 30 people in the hammock space, has a belvedere and is located in a strategic position. It is on the main access road of the village, and its two storey structure facilitates appreciation of the landscape.

In order to start up ecotourism activities, some locals attended guide training courses managed jointly by the Brazilian Micro and Small Business Support Service (Sebrae), a non-profit organization, and by the Brazilian government environmental agency (Ibama). The locals got together to set up eight trails that cover 98 kilometres as one of the requirements for the community to become part of the Puxirum. As of April 2005, there were nine trained guides aged 20 to 50. There are no female guides. Usually the women themselves allege that they do not feel confident to take groups inside the forest. They stress that it is better to have men dealing with any unexpected situation (wild animals or accidents) in the jungle areas. They prefer to get involved in handicraft and souvenir production, and the provision of basic services for the tourists.

The community economically benefits from ecotourism in two ways. There is a US\$ 4.00 fee for visiting/entering the community area. The tourists also pay about US\$ 4.50 per night to sleep over in the *Maloca*. This money is kept in a collective community fund for public benefits. Those families that host tourists also get paid for providing food and accommodation. The guides receive about US\$ 12.00 for conducting the tourists no matter the size of the group (usually 6~10 people). Ibama and the community have plans to adjust the guide fees in order to make them fairer. Tourists can buy souvenirs, handicrafts and home-made sweets, which somewhat improves families' incomes. The community's leader and a guide confirm that ecotourism is a complementary earning that strengthens family budgets by up to 40%.

Location/ Pará State, Brazil	Santarém	Alter-do-Chão	Maguari (Flona)	Jamaraquá (Flona)	Maripá (Resex)
Population	- About 170,000 inhabitants	- About 3,000 inhabitants (fixed) *40,000 inhabitants (floating)	- About 40 families/ 240 inhabitants	- About 19 families/110 inhabitants	-45 families/270 inhabitants
Distance	--	- About 35 km (paved road) *2~4 hours by boat from Santarém	- 60 km *3~5 hours by boat *4 hours by bus (unpaved road) from Santarém	- 70km *4~6 hours by boat * 4 ½ hours by bus (unpaved road) from Santarém	- 60km *No road access *4~5 hours by boat from Santarém *About 22km from Alter-do-Chão (1 ½ hour by boat).
Economy	-River port, local business, farming and mineral trade, river transport, food processing, aviary, cereals storage and processing, services, public and private sectors, local manufacturing, urban tourism.	-Nature mass tourism, fishing, aviary, local transport, agriculture, hotel and restaurants services, public sector, handicrafts and local manufacturing.	-Subsistence agriculture, fishing, aviary, hunting, latex extraction & ecological leather manufacturing, woodworking, natural aromatic oils, honey, baskets, fruit preserves, and ecotourism.	- Subsistence agriculture, aviary, fishing, hunting, latex extraction & ecological leather, ecotourism. Woodworking, natural aromatic oils, honey, baskets, fruit preserves, and ecotourism.	-Subsistence agriculture, aviary, fishing, hunting, manioc flour production, ecotourism.
Tourism activity/ attractions	Main tourism gate (river port & airport). River boat cruises. Shopping & traditional cuisine and handicrafts. It is Surrounded by rainforest, lakes, lagoons, 'igapós' (flooded forests) and 'igarapés' (lagoons with crystalline water).	Surrounded by forests. 'Igapós' and 'igarapés'. Alter-do-chão hosts the most appreciated river beach in the Tapajós. The green lake is a tourist hotspot. It changes from blue to green during the day. Piroca hill. Local culture and cookery. Bird watching. Native guides. Picturing wildlife.	Primary and secondary rainforest. Long trails. Bird watching. Sport fishing. Local culture and cookery. Bathing in the lakes. Igarapés & igapós. Typical fruits. Giant Samaúma trees. Bird watching. Native guides. Picturing wildlife.	Primary and secondary rainforest. Long trails. Bird watching. Sport fishing. Local culture and cookery. Bathing in the lakes. Igarapés & igapós. Typical fruits. Giant Samaúma trees. Bird watching. Native guides. Picturing wildlife.	Primary and secondary rainforest. Long trails. Bird watching. Sport fishing. Local culture and cookery. Bathing in the lakes. Igarapés & igapós. Typical fruits. Bird watching. Native guides. Picturing wildlife.

Table 3: Socioeconomic Information and figures of Tapajós/Arapiuns. polygon, in Pará state, Brazilian Central Amazonia. **Source:** The authors, 2008.

Puxirum Community-based Ecotourism, Cooperation and Social Capital

The major partnership for Maripá has been the Puxirum ecotourism project. It has functioned as a catalyst of members' attention and efforts. The importance of Puxirum is evident for harnessing community integration and for generating income. The project is the result of community and institutional efforts to broaden locally their economic and income horizons through ecotourism. There are many direct and indirect partners involved in the Puxirum at local and regional levels. However, interaction is sporadic; it mostly happens in a fragmented way, not involving all dwellers. The intra-community networks seem to be much stronger than the links the villagers have with outsiders. The reason may be that community members share opinions and know each other well in terms of personality, behaviour, way of thinking; they share the same customs, culture and identity, and make decisions jointly over small or major themes on a daily basis.

In Maripá, the intra-community networks become a continuum for reaffirming and reinforcing them as a unit - a sense of belonging - with relations based on intense 'trust' and 'reliability' as one of the natives explains their daily life and interaction, 'we are part of this land for generations; we know each other, the families and our next of kin very closely; we have a way of things and this makes us the whole here one supporting the other, because we need it to overcome daily difficulties'. Conversely, it was observed in Maripá and Maguari that there were levels of anxiety between locals and outsiders when initiating an interactive process; it was mostly manifested in the form of silences (a refusal by the locals to talk and interact), shyness and reclusion.

Although the methodology used is not deeply ethnographic, it is possible to assert that the networks (see Figure 2.0) contribute at different levels to increase human capital within Maripá because they bring a variety of benefits to the community. This accumulation of human capital, in turn, makes the networks more resilient and durable. The assumption is that human capital and social capital are inseparable elements of a family, group, community and society. They complete each other and form the basis for the acquisition of other forms of capital such as financial, political and intellectual. Each network contributes to strengthen an area of knowledge of the community (JONES, 2005). For instance, *Projeto Saúde e Alegria* is a non-governmental organization with more than 20 years working in the Tapajós-Arapiuns polygon (central Amazonia). It has improved the communities' quality of life by providing knowledge, techniques, and equipment for the communities' activity. In Maripá, *Saúde e Alegria's* contribution during the field trip was the technical and physical support to install the community radio station with speakers on the street light poles as well as the two windmills for producing clean energy.

Another example of how networks enrich social capital is Maripá's connections with labour and class associations. It has links with the Rubber-tappers' National Council (CNS), the Resex Communities' Association, Amazonian Agro-Extractive Center (CAAM) and CPT Association. This type of networks helps communities like Maripá get informed and updated about issues pertinent to them (Fig. 1). They also favour accumulation of knowledge when community members productively get together for open discussion on social, emotional and subjective issues. This was observed to occur in the 'Young Groups' and 'Church'. Within their group they feel stronger and can overcome limits while they get others' views before making personal decisions. In fact, these associations become forums for debate and decision-making over personal, group, labour and class matters.

Such networks promote segmented gains directly or indirectly for those linked to them. Networks are the basis for social capital to exist, and social capital functions as a cross-sectorial platform through which decisions are made, advancing regional development and people's well-being.

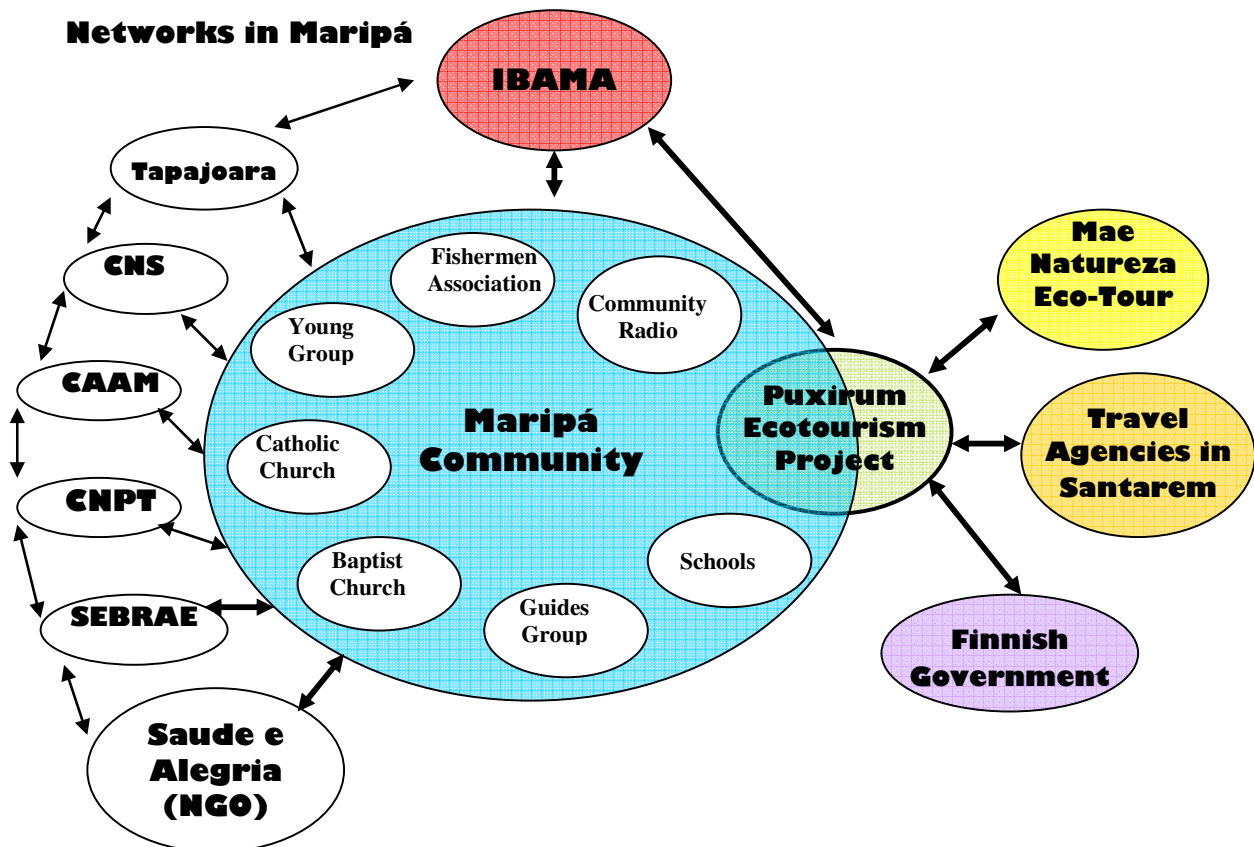


Figure 2: Key networks in Maripá. Source: The authors, 2008.

Deconstructing Maripá's networks has demonstrated how networks help constitute social capital and problem solving and how they expand interpersonal trust, optimism and non-party political participation. The community has a combination of types of social capital because of the internal and external dynamics of its networks. Maripá retains both characteristics of 'bonding and bridging capitals' with vertical and horizontal links; the cognitive and structural social capitals are intertwined in Maripá with on-going cooperation because of continuous reinforcement of trust, values, and norms. Maripá seems to have more continuous networks than short-lived ones; this provides the basis for strong social capital. It seemed, during the course of my stay, that there was much solidarity among the members of Maripá and this fact indicates principled social capital as well. Its networks are predominantly within the delimited area of Resex which sets Maripá as a circumscribed social capital. This aspect confirms that a networked community, supported by civil society, can be a changing place, Eade (1998, p.165), understands that,

A dynamic network is not just a cosy club. Its participants are active and keen not merely to reinforce their existing knowledge and beliefs, but also be introduced to new ideas...To 'scale-up' or enhance their impact depends on optimising the effectiveness and efficiency for the benefit of the poor...Many people and organisations draw real strength and confidence just from knowing that they are not alone in their struggles.

In May 2010, the researcher obtained updated information about the community-based ecotourism. The local leaders (refer to the endnote) indicated that ecotourism was progressing, and they informed me as follows:

- They have received about 40 tourists per month;
- Community has full control of the ecotourism project. Tour operators and agencies are not allowed to mediate business between them and the tourists. The community deals directly with the tourists and, consequently, has increased profits.
- Maloca was improved and has sheltered tourists as planned by the group.
- Local production has contributed to family income;
- Tourists' money has circulated in the whole community; locals have improved their economic assets by selling traditional food, handicrafts, offering their house for tourists to experience their routines and life.
- There are four tracks. They are better equipped for supporting tourists' nature appreciation and ecological experiences;
- Maripá has 350 people (60 families) as of May 2010;
- The natives have mobile phones.

Evolving Human and Social Capitals

Optimism was observed as the main ingredient in the first stage of adoption of ecotourism. In fact, the structural and emotional community changes, when developing ecotourism, follow 11 phases which fit within two broad dimensions: anxiety and euphoria. The phases pervade the whole process of incorporating ecotourism activities into the community structure. Each phase in the development process adds to or subtracts from community capitals, i.e. contributes to enrich or negatively impacts on human, social, and natural capitals.

Within the conceptual framework focused on human and social capitals, each member is considered as an 'indispensable unit' for group cohesion. One's well-being, learning capacity, esteem, confidence and knowledge become pivotal for the social equilibrium of the group. In poor isolated Amazonian communities, these subjective elements such as esteem and confidence can easily be advanced if locals feel they are important to outsiders. Thus, substantial internal changes in a community can occur from positive interventions by outsiders. This was observed in Maripá when outsiders gave importance to what locals were doing, saying, manufacturing, fishing, and believing; it seemed to reflect immensely in their emotional responses. Ecotourism development can raise expectations, pulling the trigger for locals to envisage possible changes in their lives for the better.

It was observed that, at the implementation phase of ecotourism, locals who were interested but did not hold the required abilities and knowledge, struggled to the fullest to learn the new skills. The effort for improving pushed locals to interact more and more, strengthening their personal and group networks. Activities that link the locals around 'ecotourism development' were seen to reinforce existing personal connections (cognitive) that directly reproduce the community level connections (structural). It gives the impression that 'social capital' becomes a collective asset deriving from many aspects of people's lives and from their associative goings-on (JONES, 2005). Understanding how social ties and their dynamics constitute an additional means or resource for individuals and communities, and the way in which they can be accessed and used productively, is an avenue that could have significant public policy impact (JONES, 2005; SCHEYVENS, 2002).

Conclusion

The article sought to reveal how 'ecotourism' can become an enhancer of 'social and human capitals', 'local economy' and of 'identity'. As for the social capital, it is assumed that, with the implementation of ecotourism projects and activities, the local social ties and structures and traditions become even more noticeable for both hosts (the local dwellers) and guests (the tourists). Through interactive processes with the tourists, it seems the locals become more mindful of their own culture and of the importance of natural landscapes for tourism (and for themselves). This change of perception may constructively increase a feeling of belonging in some dwellers to the extent this helps them to struggle for the continuity of ecotourism as one strategic economic activity and for nature preservation. Ecological tourism seems to contribute to strengthen the networks of cooperation and trust in four localities in the *Tapajós* region: Maguari, Jamaraquá, Maripá communities and Alter-do-Chão village.

When cosmopolitan people come and share space and time with the locals, paying attention to their culture, life-style and environment, a new paradigm takes place: Amazonians in isolated areas gain an inner feeling of social ascension and importance enhancing both social and human capitals. When the [eco]tourists come to support the locals in their own environment, to listen to their stories, myths, day-to-day challenges and difficulties, and set the locals at centre stage during the visit, the tourists have a crucial role in helping these communities overcome social exclusion and feelings of inferiority.

In this sense, ecotourism development significantly contributes to enhance the human, social, and natural capitals in Amazonian communities. This process of hosting tourists makes them feel less marginalized - less peripheral - as they acknowledge that local values and culture are integral to an Amazonian identity. However, it is underlined the importance of planned ecological tourism, particularly to those communities in Amazonia, because rather than strengthening and heightening the embryonic human and social capitals, ecotourism can end up eroding them, creating a metaphorical "social trap" (PUTNAM, 2001), besides causing a feeling of frustration and disappointment.

Ecological tourism activities can help to expand income generation by opening up opportunities for services and businesses such as handicraft selling, and ecotourism

guidance. Disrespectful ecotourists and businesspersons can inadvertently elicit rejection and feelings of disappointment thrusting the locals against outsiders and against ecotourism itself. A community leader confirmed that, “tour operators just come to here to make as much money as they can, cashing out on us - the weakest side - without giving back a real contribution to us...we feel like subjugated in our own land”. In Maripá, locals have asked Ibama for fee reviews for their services and for more control over the Puxirum ecotourism project to avoid exploitation by false eco-tour operators. The case is not exclusive or new because many community-based ecotourism projects around the globe have faced the dilemmas and stalemates of weaving together conservation issues and economic ones.

Even though some adjustments and regulation should take place in Maripá, ecotourism has played a role as a capitals enhancer in the community. Ecotourism has instigated locals to improve their pre-existing capitals at least in the initial stages and improved capitals promote well-being (ANDERSON *et al.*, 2004; CARPENTER *et al.*, 2004, KOKA; PRESCOTT, 2002). They underline that enhanced social capital can reduce costs of collective actions at the same time it improves the flow of information, goodwill and motives for cooperation; and it can bring more investments accompanied by more effective monitoring and enforcement systems. But it is still not clear whether social capital can instigate or not individuals into more sustainable practices in land management. Since improved social capital results in powerful social cohesion and networks, these links could be explored to successfully promote environmental education.

The Maripá case reveals that coordinators and community leaders should pay extra attention to the stages and issues that present more chances for causing disagreements and a decrease of expectation. In addition, mechanisms, tools and forums should be created for consensus building, environmental awareness and conflict resolution on legitimacy, finances, rights and responsibilities. The Maripá ecotourism project validates the Falk and Harrison (1998) assumption that it is possible to have social capital in the short term as a form of capacity building. Ecotourism projects which stress investment in human and social capitals, and prioritize participatory processes, have a pivotal role for equitable and sustainable achievements in development (PRETTY; FRANK, 2000, PRETTY; WARD, 2001; MULDERA *et al.*, 2005).

When communities hold multifaceted networks of civic engagement - what can be called ‘purposeful networks’ in ecotourism development – dwellers are more likely to cooperate for collective gains. In Maripá, locals got involved in ecotourism mainly because of the discourses about its positive prospects. The possibility of change, the novelty, the chance for learning and showing abilities, the arrival of groups of tourists and the financial gains pushed them to communicate and cooperate much more. Expectations can be nourished through a growing flux of tourists with increasing capital inputs [progressive income generation]. This fact reveals that social capital really assembles networks of individuals while it augments human capital (individual abilities and knowledge), complementing each other, for socio-economic gains in the community.

For example, what the Maripá Puxirum ecotourism project demonstrates is that the act of ‘building expectations and perspectives’ becomes the ‘glue’ for triggering the whole process of reinforcement of the local culture and for promoting inclusions. As observed by Scheyvens (1999, p.247)., “*self-esteem of many community members is enhanced [with ecotourism] because of outside recognition of the uniqueness and value of their culture, their natural*

resources and their traditional knowledge”. Self-esteem becomes the main ingredient to be worked by leaders and project managers who can use it to overcome the most problematic stages in ecotourism implementation, i.e. the ‘constraint’, ‘uncertainty’, ‘disappointment’ and ‘stalemate’. If these phases are well-managed, increasing self-esteem and collaborative attitudes will take place, resulting in a positive scenario for poverty reduction and environment maintenance.

Increased self-esteem propitiated by ecotourism activities could be observed in all contacts with the natives in Maripá. In May 2010, the Puxirum’s community leaders confirmed that there are ten people directly and enthusiastically involved with ecotourism; they assist the tourists, work as guides and cater for their well-being in the village. According to the local participants, Issac, Maria Isolina, Raimundo, Raimundinho, Manduca, and Beto, the greatest thing is that they have complete ownership of the enterprise; the community makes decisions over every aspect of ecotourism development. The tourism agencies and operators are not “mediators” in the business as happened in the past

Ecotourism can contribute to reinforce Amazonian identity and culture while reducing physical and historical (socio-economic) distances between developed urban centers and Amazonian people. Because of its principles and foundations - for many - ecotourism is an excuse for safeguarding nature. Without pristine green areas, ecotourism loses its main appeal. Those isolated Amazonian communities attracted attention because they still possessed their native environment and cultural idiosyncrasies.

References

- ALLEN, J.C. Community conflict resolution: The development of social capital within an interactional field. **The Journal of Socioeconomics**, vol.30, n.2, p.119-120, 2001.
- ALMEIDA, M. G. (Org.) **Paradigmas do Turismo**. Editora Alternativa: Goiânia, 2003.
- ANDERSON, C. L., LOCKER, L.; NUGENT, R. Microcredit, social capital, and common pool resources. **World Development**, 30, p. 95-105, 2004.
- ÁVILA, M. A. **Política e Planejamento em Cultura e Turismo**: Reflexões, Conceitos e Sustentabilidade. Editus, Editora da UESC, Ilhéus, BA, 2009, p. 1-15.
- BARTHOLO JR., R.S.; BURSZTYN, M. **Amazônia sustentável**: Estratégia de desenvolvimento, Rondônia 2020. Brasília: Edições Ibama, 1999.
- BECKEN, S.; SCHELLHORN, M. Ecotourism, energy use and the global climate widening the local perspective. In: HIGHAM, J. (Ed.), **Critical Issues in Ecotourism**: paradoxes, problems and pathways for the future. Oxford: Elsevier, 2007, p. 85-101.
- BECKER, G. S. Human capital. In: HENDERSON, D. (Ed.). **The concise encyclopedia of economics**, 2nd ed. Indianapolis: Library of Economics and Liberty, 2002.
- BJORK, P. Definition paradoxes: from concept to definition. In: Higham, J. (Org.). **Critical issues in Ecotourism Understanding a Complex Tourism Phenomenon**. Oxford, UK: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2007, p. 23-45.
- BOXALL, P.; PURCELL, J. **Strategy and human resource management**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

BRASIL. MTur – Ministério do Turismo. **Ecoturismo: Conceitos Básicos**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. EMBRATUR, Brasília, 2008, 64p. Available online <http://institucional.turismo.gov.br/arquivos_open/diretrizes_manuais/cadernos_manuais/Livro_Ecoturismo.pdf> Acessado em 20 de Abril, 2011.

BROWDER, J.O.; GODFREY, B.J. **Rainforest cities: urbanization, development and globalization of the Brazilian Amazon**. New York: Columbia University Press, 1997.

BUCKLEY, R. A framework for ecotourism. **Annals of Tourism Research**, vol.21, n.4, p. 661-665, 1994.

BUCKLEY, R. **Environmental impacts of ecotourism**. Wallingford, UK: CABI, 2004.

CAROLL, J. Escaping the information abattoir: Critical and transformative research in drama education. In: TAYLOR, P. (Org.), **Researching Drama and Arts Education: Paradigms and Possibilities**. London: Falmer Press, 1996.

CARPENTER, J. P., DANIERE, A. G.; TAKAHASHI, L.M. Cooperation, trust, and social capital in Southeast Asian urban slums. **Journal of Economic Behavior & Organization**, vol. 55, p. 533-551, 2004.

CLERCQ, D.; M. DAKHLI. **Human capital, social capital, and innovation: a multi-country study**. Brussels, Belgium, Vlerick Leuven Gent Management School, p. 1-41, 2003.

COCHRANE, P. Exploring cultural capital and its importance in sustainable development, **Ecological Economics**, vol. 57, n.2, p. 318-330, 2005.

COLEMAN, J. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, 94, p. 95-120, 1988.

COLEMAN, J. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

COSTA, N. M. C. da; NEIMAN, Z. R.; COSTA, V. C. **Pelas Trilhas do Ecoturismo**. São Paulo: Editora Rima, 2009.

COSTANZA, R. The value of the world's ecosystem services and natural capital. **Nature**, p. 253-260, 1997.

DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. (Eds.). **Social capital: A multifaceted perspective**. Washington: The World Bank, 2000.

DIWAN, I.; SIRKER, K. Towards competitive and caring societies in the Middle East and North Africa. Selections from the Mediterranean development forum: Knowledge and skills for development in the information Age - Mediterranean development forum I. Marrakech, Morocco, World Bank Group, 1997.

DOWLING, R.K. Oceania (Australia, New Zealand and the South Pacific). In: WEAVER, D. B. (Ed.), **The Encyclopedia of Ecotourism**. Wallingford, UK: CABI Publishing, 2001, p.139-154.

DRUMM, A.; MOORE, A. **Ecotourism development: A manual for conservation planners and managers: An introduction to ecotourism planning**, second edition, vol.2, The Nature Conservancy, Arlington, Virginia, USA, 2005.

EDWARDS, B.; FOLEY, M. W. Civil society and social capital beyond Putnam. **American Behavioural Scientist**, vol. 42, p. 124-139, 1998.

- FALK, I.; HARRISON, L. Community learning and social capital: Just having a little chat. **Journal of Vocational Education and Training**, vol.50, n.4, p. 609–627, 1998.
- FALK, I.; KILPATRICK, S. What is social capital? A study of interaction in a rural community. **Sociologia Ruralis**, vol. 40, n.1, p. 87-110, 2000.
- GOSSLING, S. Ecotourism and Global Environmental Change. *In*: HIGHAM, J. (Ed.), **Critical Issues in Ecotourism**. Oxford, UK: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2007, p. 70-84.
- HALL, C.M. Scaling ecotourism: the role of scale in understanding the impacts of ecotourism. *In*: HIGHAM, J. (Org.), **Critical Issues in Ecotourism: Understanding a complex tourism phenomenon**. Amsterdam: Elsevier, 2007, p. 243-255.
- HALL, C.M.; BOYD, S. **Tourism and nature-based tourism in peripheral areas: Development or disaster**. Clevedon: Channelview Publications, 2005.
- HAWKEN, P., LOVINS, A.; LOVINS, H. **Natural capitalism: creating the next industrial revolution**. Boston, Little: Brown and Company, 2000.
- HIGHAM, J.E.S. **Critical issues in ecotourism: Understanding a complex tourism phenomenon**. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2007.
- HONEY, M. **Ecotourism and sustainable development: Who owns paradise?** Washington. D.C.: Island Press, 1999.
- HUANG, F. Social trust, cooperation, and human capital, Singapore Management University, **mimeo**, p.1-36, 2003.
- JONES, S. Community-based ecotourism: The significance of social capital. **Annals of Tourism Research**, vol. 32, n.2, p. 303-324, 2005.
- JONES, T.; WOOD, D. Calculating the tourist expenditure generated by natural and heritage areas: The valuing places toolkit. Conference proceedings, Tourism: Past Achievements, Future Challenges, 11/02/2007. Sydney, Australia: University of Technology, 2007.
- JUDGE, R. Social Capital - building a foundation for research and policy development. Policy Research Initiative - Feature Articles, Government of Canada. **Policy Research Initiatives** 6, 2003.
- KAUFMAN, H. F. Toward an interactional conception of community. **Social Forces**, vol.38, n.1, p. 8-17, 1959.
- KINKER, S. **Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais**. São Paulo: Papirus, 2002.
- KITAMURA, P.C. **A Amazônia e o desenvolvimento sustentável**. Brasília: EMBRAPA, 1994.
- KOKA, B.R.; PRESCOTT, J.E. Strategic alliances as social capital: A multidimensional view. **Strategic Management Journal**, 23, p. 795-816, 2002.
- LAI, P. H.; NEPAL, S. K. Local perspectives of ecotourism development in Tawushan Nature Reserve, Taiwan. **Tourism Management**, vol.27, n.6, p.1117-1129, 2006.
- LAMNEK, S. Qualitative Sozialforschung. Bd. 2. 3. Aufl. **Psychologie Verlags Union**. Munchen, Weinheim, 1995.

LEME, F. B. M.; NEVES, S. C. Planejamento, Turismo e Cultura: O Contato com o Outro como Fator de Sustentabilidade para Movimentos Identitários. *In: ÁVILA, M. A. (Org.) Política e Planejamento em Cultura e Turismo*. Ilhéus, BA: Editus, Editora da UESC, 2009, p.181-208.

LESSA, R. **Amazônia: As raízes da destruição**. São Paulo: Atual Editora Ltda, 1991.

LIMA, I. B. de. **Deforestation in Amazonia and local environmental governance**. Tese de mestrado não publicada, School of International Relations, The University of Japan, Yamato-Machi, 2002.

LIMA, I. B. de. **The macro geopolitics of ecotourism: competing discourses and collaboration in New Zealand and Brazil**. Tese de doutorado não publicada, The University of Waikato, Hamilton, NZ, 2008.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo: Um Guia para Planejamento e Gestão**. São Paulo: SENAC, 2001.

LOZANO, J., GOMEZ, C.; REY-MAQUIEIRA, J. An analysis of the evolution of tourism destinations from the point of view of the economic growth theory, FEEM Nota di Lavoro, 2006.

MELLO, de M. Ecoturismo no Ambiente do Cerrado e Movimentos Sociais. *In: ALMEIDA, M. G. (Org.) Paradigmas do Turismo*. Goiânia: Editora Alternativa, 2003, p. 51-60.

MITCHELL, C. (1998). Entrepreneurialism, commodification and creative destruction: A model of post-modern community development. **Journal of Rural Studies**, 14, p. 273–286, 1998.

MULDERA, K., ERICKSONB, J.; COSTANZA, R. The contribution of built, human, social and natural capital to quality of life in intentional and unintentional communities. **Ecological Economics**, vol. 11, 2005.

NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: Manole, 2004.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Orgs). **O Turismo e o Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: Manole, 2009.

PAGE, S.; DOWLING, R.K.D. **Ecotourism**. Themes in tourism. New York: Prentice Hall, 2001.

PANELLI, R. Rural health and wellbeing. *In: Bock, B.B.; Shortall, S. (Eds.), Rural Gender Relations*. Oxfordshire UK: CABI Publishing, p. 317-344, 2006.

PEARCE, D. G. **Tourism development**. London: Longman, 1989.

PERKINS, H. *Commodification: re-resourcing rural areas*. *In: CLOKE, P.; MARSDEN, T.; MOONEY, P. (Orgs.), Handbook of Rural Studies*. London: SAGE, 2006.

PINTO, L.F. **Amazônia: no rastro do saque**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

PONCHIROLLI, O. **O Capital humano como elemento estratégico na economia da sociedade do conhecimento sob a perspectiva da teoria do agir comunicativo**. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina: Engenharia de Produção: 78, 2000.

PRETTY, J.; FRANK, B. R. Participation and social capital formation in natural resource management: achievements and lessons, procedimentos para Conferência Landcare 2000, 6-9 March, Melbourne, 2000.

- PRETTY, J.; WARD, H. Social capital and the environment. **World Development**, vol. 29, p. 209-227, 2001.
- PUTNAM, R. D. Bowling alone: America’s declining social capital. **Journal of Democracy**, vol. 6, p. 65-78, 1995.
- PUTNAM, R. D. Social capital: measurement and consequences. **Canadian Journal of Policy Research**, vol.2, n.2, p. 41-52, 2001.
- PUTNAM, R. D. (Ed.). **Democracies in Flux: The evolution of social capital in contemporary society**. New York: Oxford University Press, 2002.
- REDCLIFT, M. Sustainable Development (1987-2005): An Oxymoron Comes of Age. **Sustainable Development**, Vol. 13, No. 4, 2005, pp. 212-227.
- ROCKTAESCHEL, B. M. M. **Terceirização em Áreas Protegidas: Estímulo ao Ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Editora Senac, 2006.
- RODRIGUES, A. B. (Org.) **Ecoturismo no Brasil: Possibilidades e Limites**. São Paulo: Ed. Contexto, 2003, 136p.
- ROE, D.; PAGE, C. A.; MEYER, D. Tourism and the poor: Analysing and interpreting tourism statistics from a poverty perspective. PPT partnership working paper, 16, ODI, IIED and CRT, London, 2004.
- RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- SARANTAKOS, S. **Social research**. Melbourne: Macmillan Education, 1993.
- SCHALLER, D.T. (1996). Indigenous Ecotourism in the Ecuadorian Amazon: A case study. University of Minnesota, USA. Disponível em: <http://www.geog.umn.edu>. Acesso: 01/11/2007.
- SCHEYVENS, R. Ecotourism and the empowerment of local communities. **Tourism Management**, vol. 20, n. 2, p. 245-249, 1999.
- SCHEYVENS, R. **Tourism for development: Empowering communities**. New York: Prentice Hall, 2002.
- SILVEIRA, I. Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**, vol.3, n.1, p. 63-77, 2005.
- SNUC – **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**, Lei nº 9.985, 18 de julho de 2000. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=240>>. Acessado em: 28 of April, 2011.
- SOBEL, J. Can we trust social capital? **Journal of Economic Literature**, v. 50, p.139-154, 2002.
- SOUZA, A. M.; CORREA, M. V. M. **Turismo: Conceitos, Definições e Siglas**. Manaus: Editora Valer, 2000.
- STEDMAN, R. C. Sense of place and forest science: Toward a program of quantitative research, **Forest Science**, vol. 49, p. 822-829, 2003.
- STRONZA, A.; GORDILLO, J. Community views of ecotourism. **Annals of Tourism Research**, vol.35, n.2, p. 448-468, 2008.

STROOMBERGEN, A., ROSE, D.; NANA, G. Review of the statistical measurement of human capital, Statistics New Zealand, p. 1-56, 2002.

TALBOT, L.; WALKER, R. Community perspectives on the impact of policy change on linking social capital in a rural community. **Health and Place**, vol.13, n.2, p. 482-492, 2007.

TOCANTINS, L. **Amazônia: Natureza, homem e tempo**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1982.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecotourism: Impacts, potential and possibilities**. Oxford, UK: Butterworth Heinemann, 1999.

WEAVER, D. B. **The encyclopedia of ecotourism**. New York: CABI Publishing, 2001a.

WEAVER, D. B. **Ecotourism**. Melbourne: John Wiley & Sons Australia, Ltd, 2001b.

WOESSMANN, L. Cross-country evidence on human capital and the level of economic development: The role of measurement issues in education. **Historical Social Research**, vol. 27, n. 4, p. 47-76, 2002.

WOOLCOCK, M. (1998). Social Capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**, vol. 27, n.2, p. 151-208.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. California: Sage Publications, 1994.

Endnotes: The president of the Association of Maripá, Ascopram, Isaac as well as Maria Isolina, Raimundo, Raimundinho, Manduca, e Beto. The Ibama's staff and the coordinator of the Tapajós/Arapiuns-Tapajoara Associations Organization, Cleida Santos, also contributed significantly with the research by providing updated information in November 2010.

Acknowledgments: The fieldwork in Amazônia was part of a doctoral study fully sponsored by the New Zealand Agency for International Development (NZAID), managed by the Ministry of Foreign Affairs and Trade (MFAT). The authors also thank the support and attention given by the New Zealand Embassy's staff in Brasília, in particular to Mrs. Heloísia Fontes, policy support officer.

Ismar Borges de Lima: Universidade Federal de Goiás

Email: ismarlima@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1226725450970361>

Anne-Marie d'Hauteserre: University of Waikato, New Zealand

Email: adhautes@waikato.ac.nz

Link para o currículo: <http://www.waikato.ac.nz/wfass/staff/gtep/adhautes>

Data de submissão: 19 de janeiro de 2011.

Data do aceite: 30 de abril de 2011.



Gestão e Uso Público de Unidades de Conservação: um olhar sobre os desafios e possibilidades

Suelen Bellinassi, Ana Carolina Pavão, Eliana Cardoso-Leite

RESUMO

Apenas a criação de uma Unidade de Conservação (UC) não garante a proteção dos seus recursos naturais. É preciso uma boa gestão com a participação efetiva de todos os envolvidos. Situação fundiária indefinida, conflitos com populações humanas dentro das UCs, escassez de recursos humanos e financeiros, instabilidade política das agências de meio ambiente, entre outros, são os principais problemas relacionados à baixa efetividade da gestão das UCs. Com o objetivo de se conhecer melhor a realidade de UCs e as dificuldades para sua gestão e uso público, foi realizada uma pesquisa com oito Parques Estaduais de São Paulo e cinco Parques Nacionais. Foi enviado um questionário com perguntas abertas aos endereços eletrônicos de cada UC. A maioria dos gestores dos parques afirmou ter programa de visitação estruturado, utilizando principalmente trilhas interpretativas como principal atrativo. Em geral, as atividades oferecidas aos visitantes visam o ecoturismo e a educação ambiental. A falta de conscientização da população é apontada pelos gestores como responsável pela degradação dos recursos naturais. As comunidades do entorno consideram a Unidade como algo positivo, mas se queixam das medidas restritivas. A situação fundiária não resolvida também é apontada como entrave à efetividade dos programas de uso público. Cinco gestores indicaram que suas UCs não cobram entrada. A arrecadação e gerenciamento desta verba pela própria UC seria uma alternativa interessante de captação de recursos e melhoria nos programas de uso público. Deve partir do Estado iniciativas relacionadas à divulgação da função e proteção dessas áreas, buscando aliados que atuem como agentes multiplicadores nas comunidades do entorno, diretamente relacionadas às UCs, bem como em outros segmentos da sociedade, para que a conservação não fique restrita apenas à comunidade científica, mas passe a ser também compreendida e praticada por todos.

PALAVRAS-CHAVE: Áreas Protegidas; Uso Público; Gestão Ambiental.

Management and Public Use of Protected Areas: an approach to the challenges and possibilities.

ABSTRACT

The simple creation of one Protected Areas (PA) doesn't ensure the protection this natural resources. It is necessary a good management with the effective participation of all people involved. Undefined land tenure situation, conflicts with human populations within protected areas, scarcity of human and financial resources, political instability of environmental agencies, among others, these are the main problems pointed to the low effectiveness of the management of PAs. Aiming to better understand the reality of conservation areas and the difficulties related to management and public use, a survey was conducted with eight State Parks in São Paulo and five National Parks in Brazil. It was sent a questionnaire with open questions to the electronic addresses of each PA. Most parks said that they have structured visitation schedule, mainly using trails as the main attraction. Generally, the activities offered to visitors were ecotourism and environmental education as a way of educating the population about the goals of a conservation unit and its importance. The population's lack of awareness is identified by most of the parks as the responsible for the degradation of natural resources, assuming that you need to know to protect. The unresolved land tenure situation is also seen as an impediment to the effectiveness of programs for public use and there is a conflict related to defy the rules of the PA. But it is important to consider the reality of these populations: many of them have lived in the area before the creation of PA and still depend on local resources. According to this research, the surrounding communities consider the unit as a good thing by the side of conservation and even the economic return, but they complain of restrictive measures. Five of the Parks surveyed do not charge entry. The recovery and management of the funds for PA would be a very interesting alternative of fund-raising and improvement for the public use programs. It must start from the state initiatives relating to disclosure of function and protection of these areas, seeking allies who act as multipliers in the surrounding communities, directly related to the PAs, as well as in other segments of society, so that conservation not be restricted only to the community science but also to become understood and practiced by everyone.

KEYWORDS: Protected Areas, Public Use, Environmental Management.

Introdução

O atual conhecimento sobre a biodiversidade do planeta é notadamente escasso (WILSON, 1997), tornando-se preocupante diante do ritmo de destruição dos ecossistemas naturais (SANTOS, 2003). Frente às gradativas alterações nas paisagens naturais e suas implicações ao longo do tempo, surgiu a necessidade de se proteger áreas naturais antes que estas fossem completamente destruídas em favor das demandas econômicas. Para isso começaram a ser criadas as Unidades de Conservação (UCs). Porém percebeu-se que apenas criar por decreto tais UCs não

garantia que os recursos naturais fossem efetivamente protegidos, sendo necessário criar formas de manejo e gestão dessas áreas protegidas (ARAÚJO, 2007).

A gestão muitas vezes ineficiente de diferentes Unidades de Conservação brasileiras (BRASIL, 2007; FARIA, 2007) deve-se principalmente à dificuldade dos órgãos governamentais em proporcionar os instrumentos adequados ao manejo e proteção dessas áreas. Os principais problemas encontrados são: situação fundiária indefinida, conflitos com populações humanas dentro das unidades, escassez de recursos humanos e financeiros, instabilidade política das agências de meio ambiente, entre outros (ARRUDA, 1997; FONSECA *et al.*, 1997; MORSELLO, 2001; OLMOS *et al.*, 2005; PINTO *et al.*, 2006).

Diante da emergência da complexidade das questões ambientais e do pouco êxito governamental na proteção dos recursos e ecossistemas naturais, diversas instituições de âmbito nacional e internacional vêm discutindo estratégias de conservação capazes de envolver a população, seja ela tradicional ou não, visando atingir planos de manejo e conservação realmente eficazes.

Essa discussão já estava presente desde a elaboração e publicação da Lei nº 9.985 de 2000 que instituiu o *Sistema Nacional de Unidades de Conservação* - SNUC (BRASIL, 2000), prevendo que nas Reservas de Desenvolvimento (RDS) e nas Reservas Extrativistas (RESEX) os moradores tradicionais participem, sob a forma de conselhos deliberativos, da elaboração e da implementação dos planos de manejo nessas áreas.

Com relação à população como um todo, o que vem sendo atualmente discutido é o delineamento dos Planos de Manejo baseados na compreensão das relações sócio-culturais envolvidas na gestão desses espaços. Além de aspectos de gestão, o envolvimento da comunidade por meio de visitação pública é tido como uma das principais ferramentas para promover a valorização dos recursos naturais e socioculturais das Unidades de Conservação.

As diversas formas de gestão, incluindo o uso público, em prol da conservação, é uma discussão que tem gerado diversas propostas de metodologia de manejo; o que cabe e deve ser ressaltado é a proteção e manutenção da biodiversidade, objetivo principal das UCs.

O Brasil é um país de muitas belezas cênicas e inúmeros Parques Nacionais e Estaduais, espaços naturais mais conhecidos entre os turistas. No entanto, mesmo o uso público sendo uma das premissas para criação de um parque, apenas 35% destas unidades estão oficialmente abertas à visitação e possuem condições mínimas de organização e infraestrutura para receber seus visitantes (ZIMMERMANN *et al.*, 2005).

Segundo o Relatório de Gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (BRASIL, 2009), somente em 2009 as UCs brasileiras receberam cerca de 3,8 milhões de visitantes. Mesmo diante disso, o planejamento e

avaliação da influência da visitação sobre a conservação é uma preocupação recente, sendo que a maioria das áreas destinadas à recreação ainda são estabelecidas sem adequado planejamento, pondo em risco a estabilidade dos ecossistemas (TAKAHASHI, 2004).

O *Sistema Nacional de Unidades de Conservação* (BRASIL, 2000) apresenta diretrizes para a utilização pública das áreas protegidas, restringindo e orientando as formas de uso para cada tipo de unidade. A visitação pode ser proibida, exceto para fins de educação ambiental, como no caso das Estações Ecológicas e Reservas Biológicas. Nas demais categorias de uso sustentável a visitação é condicionada ao disposto no Plano de Manejo das unidades.

Vale questionar, se na prática, as Unidades de Conservação brasileiras têm sido capazes de gerir eficientemente o uso público.

O ecoturismo é tido por alguns autores (DAVENPORT *et al.*, 2002) como uma das poucas ferramentas de desenvolvimento sustentável que realmente funciona, contribuindo para a conservação *in situ* de áreas naturais, gerando retorno econômico e ajudando na educação da população. Para Pessoa e Rabinovici (2010) o desenvolvimento do turismo pode gerar diversos benefícios tais como econômicos, sociais, culturais, políticos, institucionais e ambientais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da comunidade residente.

A questão do retorno econômico é importante, subsidiando financeiramente e justificando, por meio dos resultados de visitação, a alocação de verba do Estado para a unidade. Mesmo assim, tal questão deve caminhar orientada pelos objetivos de conservação da área, prioritários sobre qualquer outra meta. Assegurar que o programa de visitação seja compatível com os demais objetivos da unidade cabe aos administradores, bem como as políticas que regem o seu uso público. Dentro deste contexto, cabe ressaltar que é função legítima do Estado o subsídio aos parques, inserida nas políticas de promover qualidade de vida e ambiente saudável aos cidadãos.

O conceito de ecoturismo vai além de um simples passeio na natureza, ele agrega um componente social dentro de sua real definição. “*Ecoturismo é uma viagem responsável para áreas naturais, que conserva o meio ambiente e promove o bem-estar da comunidade local*” (TIES, 1990).

Segundo Salvati (2004), educação, conscientização e capacitação compõem a base do turismo responsável. Nesse sentido, o ecoturismo deve ser baseado em ações educativas e de interpretação do meio, proporcionando o contato com a natureza e estimulando a consciência ambiental no sentido de uma maior aceitação da conservação do meio ambiente como uma prática possível e necessária para o adequado uso dos recursos.

A prática do ecoturismo precisa estar alinhada e ser compatível com a conservação das áreas naturais (SALVATI, 2004), tendo-se em mente que sua prática não regulamentada gera degradação (SOARES, 2007). Dentro desse contexto, a

visitação deve ser planejada visando o turismo sustentável, no sentido de atender à demanda com o manejo da visitação, monitoramento e minimização de impactos negativos (TAKAHASHI, 2004). Para tanto, são utilizadas algumas ferramentas de gestão consideradas úteis quando corretamente aplicadas segundo as especificidades de cada área, como sistemas de zoneamento, diversificação da infraestrutura turística, otimização das estruturas de taxas pagas pelos usuários e partilha de rendas (TERBORGH *et al.*, 2002).

O ecoturismo pressupõe participação ativa da comunidade local, e conseqüentemente uma gestão descentralizada da UC. Isso exige de um lado a mobilização das comunidades locais e de outro lado abertura dos gestores para um processo de gerenciamento compartilhado e descentralizado.

O SNUC, (BRASIL, 2000) estabeleceu importantes modificações na política de criação e gestão de UCs, dentre elas, no sentido de assegurar maior e efetiva participação da sociedade. Cabe ressaltar a Consulta Pública para a criação de UCs e a formação de Conselhos de Gestão, inovações instituídas quatro anos após sua criação (BRASIL, 2004).

Essa forma de gerenciamento busca envolver diferentes setores da sociedade civil, grupos organizados e agências governamentais, articulando interesses e assegurando a participação ativa de diversos segmentos nas decisões e estabelecimento de diretrizes das UCs (IBASE, 2006)

Os resultados da gestão participativa são proporcionais à mobilização da comunidade, ao tipo de conflito associado a área e mesmo a capacidade técnica da equipe gestora, lembrando que se a população não for corretamente orientada dificilmente serão obtidos resultados válidos para o plano de manejo da unidade.

Os objetivos deste estudo foram analisar os programas de manejo de áreas protegidas estaduais (São Paulo) e federais (Brasil) relacionados ao uso público, enfatizando sua relação com a população do entorno. Analisou-se também o destino dos recursos financeiros obtidos com o turismo e sua contribuição para a sustentabilidade financeira da UC.

Material e Métodos

Com a finalidade de obter informações de gestão e uso público das Unidades de Conservação, foram enviados aos Parques Estaduais de São Paulo e aos Parques Nacionais brasileiros, um formulário de pesquisa com perguntas abertas que possibilitassem aos gestores descreverem a realidade e os conflitos enfrentados com relação à visitação e envolvimento da comunidade com a UC.

A pesquisa foi enviada nos endereços eletrônicos das Unidades, disponíveis nos sites do ICMBio, Fundação Florestal e Ministério do Meio Ambiente. Foram enviados formulários a 25 Parques Estaduais e a 53 Parques Nacionais - ressaltando que não

foram enviados questionários aos demais Parques Estaduais e Nacionais, pois nem todos possuíam email divulgado.

Do total de 78 questionários enviados, 13 foram respondidos por gestores da Unidade, sendo oito Parques Estaduais (PE) e cinco Nacionais (PARNA): PE Serra do Mar-SP Núcleos São Sebastião, Picinguaba e Itutinga Pilões; PE Cantareira, PE Ilha Anchieta, PE Ilha do Cardoso, PE Jaraguá e PE Juquery; PARNA Chapada dos Guimarães-MT; PARNA Chapada Diamantina-BA; PARNA Serra do Divisor-AC, PARNA Serra do Itajaí-SC e PARNA Ubajara-CE.

As questões enviadas aos parques foram: 1- a- Existe Programa de Uso Público estruturado ? b- Quais são os principais atrativos oferecidos?; 2- Quais os principais objetivos do programa de visitação da Unidade?; 3- Qual o número médio de visitantes por ano? 4- Qual o mês de maior visitação?; 5- Quais as principais dificuldades com relação a pessoas e parque?; 6- Quem gerencia a verba oriunda (arrecadada) do Uso Público?; 7- A questão fundiária está regularizada?; 8- Como é a relação da população do entorno com a UC?; 9- De modo geral, a população vê a UC como algo bom ou ruim?; 10 - Existem programas em parceria com a população (entorno) em prol da melhor conservação da UC?

As questões elaboradas, enviadas aos Parques e respondidas pelos gestores, permitiram discutir dois aspectos principais, ou seja, a gestão das áreas estudadas e os programas de uso público (questões 1,2,3,4,6,7) além da relação da área protegida com as comunidades de entorno (questões 5,8,9,10) .

Resultados e Discussão

Os resultados dos questionários enviados aos Parques foram sintetizados por meio das técnicas de eliminação de palavras secundárias (supressão) e adaptação de conteúdo (construção). Os resultados estão apresentados nas Tabelas 1 e 2.

Quando questionados sobre os objetivos principais do programa de visitação os parques se referiram a ecoturismo, lazer e, especialmente, a Educação Ambiental proporcionada pelo contato do público com a UC. O PE Serra do Mar – Núcleo Itutinga Pilões definiu bem o objetivo de seu programa de visitação:

A visitação na Unidade de Conservação vem ao encontro com as premissas de Uso Público contidas no Plano de Manejo, aprovado em 2006 e aos objetivos educacionais e recreacionais do decreto de criação do Parque. Além de buscar atender a esses objetivos, a visitação pública no PESM-NIP visa à integração sócio-ambiental, com a conscientização e sensibilização das pessoas sobre a importância da conservação da Mata Atlântica e o pertencimento a esse patrimônio natural. Entendemos que devemos conhecer para querer preservar, tornando pessoas agentes da conservação, e é esse o papel do nosso programa de Uso Público.

Tabela 1. Respostas obtidas com os questionários respondidos por gestores de Parques Estaduais de São Paulo.

Parques Estaduais								
	Serra do Mar - Núcleo Itutinga-Piões	Serra do Mar - Núcleo Picinguaba	Serra do Mar - Núcleo São Sebastião	Cantareira	Ilha Anchieta	Ilha do Cardoso	Jaraguá	Juquery
Programa de Uso Público Estruturado	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Atrativos oferecidos	Trilhas	Trilhas	Trilhas	Trilhas	Trilhas, atividades monitoradas de interpretação e educação ambiental relacionadas aos ecossistemas Marinheiros; aspectos históricos e culturais	Visita aos ecossistemas do Parque, atividades culturais, visitas de turismo de lazer e ecoturismo	Trilhas	Trilhas
Objetivos da visitação	Desenvolvimento do ecoturismo, visando o aproveitamento dos atributos naturais para diversificar os atrativos turísticos, gerando paralelamente oportunidades econômicas e conservação do meio ambiente	Ecoturismo e Educação Ambiental	Educativos e recreativos visando sensibilização e conscientização	Atividades de lazer para difusão de práticas ecológicas; Formação de agentes multiplicadores	Lazer, recreação, educ. ambiental, estimular a prática de caminhadas ecológicas em trilhas terrestres como ferramenta para a educ. ambiental	Compreender as relações dos ecossistemas e bioma Mata Atlântica e interação homem natureza	Estimular a Educação Ambiental	Educação ambiental
Número de visitantes/ano	10.000	Cerca de 6.000 (média)	2.298 (média) Em 2009 - 4.599	25.000	57.000	45.000 (em média)	100.000	2008: 5.800 2009: 7.200 (até outubro)
Período de maior visitação	Janeiro	Set - Out	Abr - Out	Dez - Fev	Jan - Fev	Jan - Fev	Escolas: março-junho; agosto-novembro. Famílias: dezembro-fevereiro; julho	Junho e setembro

Continua...

...continuação.

Parques Estaduais								
	Serra do Mar - Núcleo Itutinga-Piões	Serra do Mar- Núcleo Picinguaba	Serra do Mar- Núcleo São Sebastião	Cantareira	Ilha Anchieta	Ilha do Cardoso	Jaraguá	Juquery
Dificuldades com relação a pessoas x parque	Falta de conhecimento dos limites da UC e das normas estabelecidas no Plano de Manejo	Incêndios, invasões e outros usos indesejáveis;Turismo descontrolado	Falta de entendimento do que é a UC e sua importância	Falta de entendimento do que é a UC e sua importância	Falta de entendimento do que é a UC e sua importância. Lixo, desrespeito às normas de permanência na UC. Limitação do número de visitantes. Pesca ilegal e produção de lixo.	Ordenamento da visitação, principalmente quanto ao turista de lazer que fica nas praias	Falta de entendimento o do que é a UC e sua importância	Falta de divulgação do Parque
Gestão da verba de uso público	Entrada não é cobrada	Fundação Florestal; Monitores autônomos	Fundação Florestal; Monitores autônomos	Fundação Florestal	Fundação Florestal	A própria UC	A própria UC	Entrada não é cobrada
Questão fundiária está regularizada?	Em processo	Parcialmente	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Relação da população do entorno com a UC?	Desrespeito ao limite da UC; Extração ilegal de espécies da fauna e flora; Experiência positiva: RPPN	Muitas vezes, é difícil conviver com as limitações impostas pela legislação vigente	Ainda conflitante na maioria das áreas, considerando a falta de informação e as dificuldades pelas quais essas comunidades passam	Boa	Amistosa, problemas são discutidos com o Conselho Consultivo	De maneira geral é satisfatória, pois a UC é o principal destino de turismo no Município de Cananéia.	Frequêntam o parque por motivo de lazer	Algumas pessoas se interessam e colaboram para a preservação o da UC. Outras se mostram indiferentes , gerando danos à UIC

Continua...

...continuação.

Parques Estaduais								
	Serra do Mar - Núcleo Itutinga-Piões	Serra do Mar - Núcleo Picinguaba	Serra do Mar - Núcleo São Sebastião	Cantareira	Ilha Anchieta	Ilha do Cardoso	Jaraguá	Juquery
De modo geral, a população vê a UC como algo bom ou ruim?	Bom, pelos benefícios oferecidos pelos remanescentes da Mata Atlântica; Ruim, sob o aspecto de que tudo é impeditivo	A maior parte como algo que os atrapalha	Bom. Porém, cabe enfatizar a falta de informação que as pessoas possuem sobre as Unidades de Conservação	A Unidade é antiga, e atualmente já se tem o respeito da comunidade local	Considerado como algo bom. A importância do PEIA para Ubatuba e região tem sido comparada à do Pão de Açúcar para o Rio de Janeiro	Bom, pois é a UC o principal atrativo do Município.	Como algo bom	Em geral, como algo bom
Existem programas em parceria com a população em prol da melhor conservação da UC?	Projeto Praia Brava gerenciado por uma ONG local; Associação de Moradores	Programa para a geração de renda por meios sustentáveis; Convide para reuniões da UC	Programa de rádio; Capacitação profissional; Amigos do Parque; entre outros	Convide a participação comunitária e prioridade no atendimento às escolas do entorno	Sim. Parcerias com a Prefeitura Municipal de Ubatuba, com associações sem fins lucrativos e ONGs	Sim, programa de desenvolvimento do ecoturismo com capacitação das comunidades da UC e do entorno. Parceria com a prefeitura e comunidade da UC para coleta dos resíduos domésticos gerados nas comunidades dentro da UC.	Não	Sim, programas contra incêndios florestais (Operação Mata-fogo) e distribuição de panfletos informativos sobre a UC

Tabela 2. Respostas obtidas com os questionários respondidos por gestores de Parques Nacionais

Parques Nacionais						
PARNA	Chapada dos Guimarães	Chapada Diamantina	Serra do Divisor	Serra do Itajaí	Ubajara	
Programa de Uso Público Estruturado	Sim	Não	Sim	Não	Sim	
Atrativos oferecidos	Trilhas e Cachoeiras	Não são oferecidos programas educativos por conta da questão fundiária	Trilhas	Desastre ambiental não permite mais a visitação. Em novembro de 2008 um período extenso de chuva destruiu as áreas destinadas a visitação	Trilhas, Cachoeira, Gruta e teleférico	
Objetivos da visitação	Combinação de lazer e interpretação, estimular a consolidação de valores e posturas conservacionistas	Não há visitação estruturada no momento	Recreação e interpretação ambiental	Quando havia visitação, esta tinha por objetivo a contemplação da natureza	Educação ambiental, lazer, pesquisa e turismo	
Número de visitantes / ano	135.000	Não há controle da visitação	Não há controle da visitação	Temporariamente sem receber visitantes	72.000	
Período de maior visitação	Janeiro e Julho	Jun - Jul - Dez	Fevereiro		Julho, Dezembro e Janeiro	
Dificuldades pessoas x parque	Falta de conhecimento e respeito às normas	Muitos turistas entram no parque sem auxílio de guia, ocasionando impactos e acidentes	Falta de uma melhor orientação aos visitantes	Não se aplica	Falta de conhecimento sobre o bem patrimonial	
Gestão da verba de uso público	Entrada não é cobrada	Não há arrecadação	Não há arrecadação	A própria Unidade gerenciava	COOPTUR e SETUR	
Questão fundiária está regularizada?	Não	Não, apenas 0,86%	Não, somente 40%	Parcialmente	Não, apenas 8,95%	

Continua...

...continuação.

Parques Nacionais						
PARNA	Chapada dos Guimarães	Chapada Diamantina	Serra do Divisor	Serra do Itajaí	Ubajara	
Relação da população do entorno com a UC	A população rural não tem muita relação com a UC. Já a urbana depende diretamente por conta do turismo que impulsiona o comércio local	Ocorrem alguns conflitos devido à questão fundiária	A comunidade do entorno utiliza os recursos disponíveis na UC, algumas vezes de forma predatória	Após alguns programas a relação tem melhorado muito	Após a criação do Conselho Consultivo do PARNA a relação população de entorno X Parque tem melhorado consideravelmente.	
De modo geral a população vê a UC como algo bom ou ruim?	Ruim, pois o Parque foi criado pela luta da comunidade. No entanto, ele ficou abandonado por muito tempo e mesmo depois disso foram criadas algumas restrições que a população não foi a favor	Como algo bom	Algo bom pelo lado da conservação, mas é um entrave com relação a viabilização socioeconômica	Como algo necessário, mas sem compreender ainda, a real necessidade de conservação da área	Atualmente bom	
Existem programas em parceria com a população em prol da melhor conservação da UC?	A comunidade atua na brigada de incêndio por meio de contrato temporário; Concessão de estágios; Conselho Consultivo	Está sendo estruturado um programa para recebimento de escolas; Brigada voluntárias; Conselho consultivo	Alguns projetos estão em fase de implementação pela ONG SOS Amazônia	Ainda não	Não	

Dos parques nacionais analisados três relataram ter programa de visitação estruturado. O PARNA Serra do Itajaí suspendeu o programa de visitação desde novembro de 2008 por conta de um período extenso de chuvas que acarretou impactos significativos nas áreas que antes eram abertas ao turismo; e o PARNA Chapada Diamantina que não controla a visitação por falta de regularização fundiária - apenas 0,86% da área total está regularizada atualmente.

Segundo o IBAMA (BRASIL, 2009) os PARNAs Chapada dos Veadeiros, PARNA Ubajara e PARNA Serra do Divisor possuem projetos de reforma para visitação, incluindo planos para revitalização, construção de trilhas, reformas de infraestrutura e sinalização. No entanto, ainda atualmente, somente o PARNA Chapada dos Veadeiros possui uma página na internet, em *site* oficial do Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (www.icmbio.gov.br) com divulgação de informações para visitantes.

Dos Parques Estaduais (PEs) estudados todos atualmente apresentam página na internet, em *site* oficial (www.fflorestal.sp.gov.br) com divulgação de informações para visitantes tais como horário de atendimento, formas de acesso e contatos com a unidade, além de informações básicas sobre a unidade como clima, relevo, vegetação e fauna.

O principal atrativo utilizado nos programas de uso público dos parques que integraram a pesquisa são as trilhas interpretativas, que segundo Pagani *et al.* (1999) é uma importante ferramenta para comunicação e, especialmente, para compartilhar experiências que possam despertar nos visitantes a empatia, primeiro passo para se atingir o entendimento e cooperação para a busca de aliados para a conservação. O uso de trilhas interpretativas seguiu a tendência demonstrada por e Andrade (1997) em sua pesquisa sobre o uso público do Instituto Florestal e Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Os períodos de visitação mais citados são os meses de julho, dezembro, janeiro e fevereiro, ou seja, o período de férias escolares. O número de visitantes/ano é bastante alto, variando entre 3.000 a 100.000 (média de 31.500 visitantes/ano) nos Parques Estaduais, e variando entre 72.000 e 135.000 visitantes/ano nos Parques Nacionais, ou seja, na média geral tem-se mais de 5.000 visitantes/ano nos Parques Nacionais e Estaduais. Embora estes números sejam pequenos quando comparados aos números de visitantes/ano em parques dos Estados Unidos (<http://www.nps.gov>) ou da África do Sul (<http://www.parks-sa.co.za>) que ultrapassam o limite de dois milhões de visitantes/ano, para a realidade brasileira eles são significativos.

Embora os dados de visitação apontem para o turismo, alguns dos gestores relataram o incentivo das prefeituras ao envolvimento e participação das escolas locais nos programas educativos das unidades. Um exemplo disso é o PE Serra do Mar, que está engajado no Programa “Criança Ecológica” da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, uma iniciativa do Governo do Estado para

Educação Ambiental, na qual interlocutores dos municípios articulam ações direcionadas às escolas e pólos de visitação como parques e outras UCs.

Dentro desse contexto, é reconhecida a importância do incentivo a visitação, mas os parques ressaltaram que o turismo deve ser apoiado pelas prefeituras também com relação à gestão efetiva da visitação, sempre respeitando as diretrizes do plano de manejo das unidades.

Dos parques nacionais que participaram da pesquisa dois não controlam a visitação - PARNA Chapada Diamantina e Serra do Divisor - relatando ter grandes dificuldades nesse sentido. No entanto, a entrada não autorizada de visitantes não ocorre somente nas unidades que não controlam a visitação. Esta ressalva foi bem colocada no depoimento do gestor do PE Serra do Mar - Núcleo Picinguaba:

Muitas trilhas são utilizadas para recreação sem o acompanhamento de guias e sem qualquer tipo de informação ou monitoramento por parte do Parque. Os principais impactos dessa atividade são o risco de incêndios originários de fogueiras e práticas religiosas, danos às árvores, além da poluição dos rios por produtos químicos e do grande acúmulo de lixo nas áreas utilizadas para acampamento selvagem. Além disso, o incentivo ao turismo de grande escala por parte das prefeituras leva a uma pressão de ocupação que pode acarretar em sérias perdas para a biodiversidade do Parque.

A entrada livre de visitantes acaba acarretando prejuízos para a biodiversidade da UC. Segundo Maia (2010) a falta de planejamento adequado das atividades de visitação pode gerar degradação de áreas prioritárias para a conservação e os objetivos da unidade podem não ser alcançados.

O comportamento dos visitantes também foi uma dificuldade relatada pelos parques. Quase todos responderam que o principal entrave entre a visitação e a conservação da biodiversidade é a falta de conhecimento sobre a importância da área, seja pelas comunidades do entorno ou pelos turistas. Partindo-se do princípio de “conhecer para conservar”, se o real objetivo de estar em uma área protegida não é compreendido, as normas nunca serão respeitadas e continuarão as inúmeras ocorrências de incêndios, invasões e usos indesejáveis de recursos. Giraldeia e Neiman (2010) ressaltam que apesar dos avanços recentes no planejamento e implantação de programas de uso público, os gestores das áreas protegidas no Brasil ainda encontram muitas dificuldades em controlar e ordenar a visitação de modo a garantir o controle dos impactos.

Para viabilizar financeiramente o programa de uso público, uma boa solução seria reverter parte da verba arrecadada com a visitação para a capacitação de profissionais e aprimoramento do programa de educação ambiental. Giraldeia e Neiman (2010) destacam a necessidade de um intenso e contínuo programa de capacitação de recursos humanos nas áreas protegidas, para garantir o sucesso das ações de uso público e de conservação.

No entanto, parte significativa dos parques avaliados, não cobra pela visitação, muitas vezes por falta de planejamento e orientação do Estado. É o caso do PARNA Chapada dos Guimarães, que recebe anualmente cerca de 135 mil visitantes. Isto acaba favorecendo órgãos particulares, tais como agências de turismo ou guias autônomos, pois o turista acaba pagando por desfrutar das belezas dos parques, mas a renda nem sempre é revertida para a UC.

Dados do relatório de gestão do ICMBio (BRASIL, 2009), mostram que o número de visitantes no ano de 2009 nos Parques Nacionais foi de 3,8 milhões de pessoas. Por outro lado, 42% da receita total dos Parques Nacionais vieram da arrecadação com serviços recreativos e culturais, totalizando mais de 14 milhões de reais. Deste total mais de 3 milhões foram originados por cobrança de ingresso em parques.

Com estes dados, e sabendo-se que atualmente menos de 50% dos parques nacionais estão abertos a visitação, e que parte deles não cobra taxa de ingresso, percebe-se que esta arrecadação poderia no mínimo ser muito ampliada originando mais recursos e dando suporte financeiro às ações de conservação.

Uma limitação para a implementação efetiva de programas de uso público bem como para toda a gestão da unidade é a regularização fundiária, um problema que afeta a maioria das unidades de conservação brasileiras. Segundo Rocha (2010), 66% dos Parques Nacionais criados até 2.000 possuem problemas registrados com relação a regularização fundiária.

Dos parques envolvidos na pesquisa apenas cinco Parques Estaduais estão com sua questão fundiária plenamente regularizada, PE Cantareira, PE Jaraguá, PE Juquery, PE Ilha do Cardoso e PE Ilha Anchieta. Dentre os Parques Nacionais nenhum deles está com a situação fundiária totalmente regularizada.

Sendo um desafio complexo, a regularização fundiária está ligada a outros conflitos com as pessoas no entorno ou dentro dos limites das UCs, tais como o desrespeito aos limites da área, extração de espécies da fauna e flora, ocupação ilegal, entre outras dificuldades (questão 5) enfrentadas e relatadas pelos gestores dos parques.

Para embasar a discussão sobre a relação entre pessoas e áreas protegidas foram considerados alguns autores com pensamentos divergentes (PIMBERT; PRETTY, 1997; DIEGUES, 1998; TERBORGH *et al.*, 2002; FERREIRA, 2004; SCHERL *et al.*, 2006; TORQUEBIAU; TAYLOR, 2009; MOMBESHORA; LE BEL, 2009), pois os paradigmas de conservação vão desde o extremo da criação de ilhas de biodiversidade totalmente intocáveis e livres de pessoas até o incentivo a gestores para o envolvimento comunitário como benefício mútuo para as populações e áreas protegidas como se pode observar na Tabela 3.

Tabela 3. Visões de diferentes autores sobre a relação pessoas e áreas protegidas.

Visão	Citação	Autor
Pessoas dentro e ao redor de áreas protegidas deveriam ser vistas não como simples informantes, mas como professores, ativistas, extensionistas e avaliadores.	<i>"A descentralização do planejamento, implementação, manejo, monitoramento e avaliação das APs pelos comunitários e grupos de baixa renda é uma fronteira que precisa ser explorada pelas organizações conservacionistas modernas e pelos governos"</i>	Pimbert; Pretty (1997)
As populações tradicionais podem e devem usufruir diretamente dos recursos em áreas protegidas	<i>"Estas populações são um dos componentes sociais de essencial importância para manutenção e suporte das áreas protegidas."</i>	Oliveira (2004) Diegues (1998)
Pessoas como inimigas da conservação	<i>"Por questão de princípios, parques livres de pessoas deve sempre ser a meta final. Esse é o único objetivo que, em longo prazo, é coerente com os requerimentos da conservação da biodiversidade."</i>	Terborgh et al. (2002)
O uso de áreas protegidas por populações tradicionais restringe o direito a um grupo específico de habitantes, além disso, a tradicionalidade é muitas vezes um conceito distorcido empregado para justificar a presença de populações nestas áreas	<i>"Esse mito antropocêntrico do bom selvagem, ecologicamente correto, não se sustenta na realidade objetiva e os países mega biodiversos estão apostando seu patrimônio em estratégias equivocadas de conservação."</i>	Ferreira (2004)
Podem existir benefícios mútuos entre as populações e as unidades de conservação, inclusive com redução da pobreza	<i>"O desafio é definir papéis apropriados para as áreas protegidas, papéis que lhes permitam continuar a dar sua contribuição fundamental para a conservação da biodiversidade, numa época em que as demandas de desenvolvimento são cada vez mais urgentes."</i>	Scherl et al. (2006).

Analisando-se as respostas dos gestores (Tabelas 1 e 2) pode-se observar que grande parte deles cita como uma das dificuldades (questão 5) a falta de entendimento apresentada pelas pessoas de maneira geral, sobre o que é uma UC e sobre sua importância, sendo citadas também falta de respeito às regras da área. Na tentativa de reverter essa situação, os parques analisados desenvolvem uma série de programas para as comunidades do entorno (questão 10), visando a conscientização e envolvimento das mesmas na conservação ambiental. Dentre os projetos relatados, destacam-se programa de rádio, capacitação profissional, gestão participativa por meio de Conselhos Consultivos, atendimento prioritário a escolas do entorno, projeto "Amigos do Parque" e Associação de Moradores, além de atividades desenvolvidas em parceria com ONGs.

Vale refletir se efetivamente estes programas de Educação Ambiental e de Integração Socioambiental estão sendo planejados, elaborados e implantados de maneira participativa. Como sugerem Pimbert e Pretty (1997) (Tabela 3) a necessária descentralização do planejamento, implementação, manejo, monitoramento e avaliação das UCs brasileiras talvez ainda não tenha sido alcançada. O ideal seria que a participação deixasse de ser e passiva e/ou informativa, passando a ser funcional e/ou interativa (PIMBERT; PRETTY, 1997), ou seja, que as pessoas realmente fossem envolvidas no processo de gestão desde o planejamento até a implantação, e não apenas sejam “avisadas”, “consultadas” ou “informadas” das decisões dos gestores (RODRIGUES, 2001). Girdella e Neiman (2010) ressaltam que o envolvimento comunitário na gestão das áreas protegidas deve reverter o distanciamento dos seres humanos em relação à natureza, fortalecendo os vínculos econômicos, sociais, espirituais, culturais e ecológicos entre as sociedades e os ecossistemas.

Em que pese a existência de conflitos (questão 8), deve-se considerar a realidade e as condições de vida dessas populações, já que muitas delas residiam na área antes da criação da UC e ainda dependem fortemente dos recursos locais, como enfatizado por Diegues (1998) e Oliveira (2004). Os gestores dos parques relataram este fato em suas respostas, dizendo, em sua maioria, que as comunidades do entorno consideram a unidade como algo bom pelo lado da conservação e até mesmo pelo retorno econômico, mas se queixam das medidas restritivas impostas pelas diretrizes da unidade (questão 9). Este fato é recorrente em áreas protegidas em países em desenvolvimento.

Para Ferreira (2004) até mesmo a clivagem entre populações tradicionais e não tradicionais é limitante, salientando que o importante é saber se estas populações residentes ou do entorno, poderiam se transformar em aliados da conservação, e que isto seria possível através do estabelecimento de pactos sociais entre os gestores e as comunidades.

Scherl *et al.* (2006) afirmam que, para os países em desenvolvimento, o grande desafio ainda é definir papéis apropriados para as áreas protegidas, papéis que lhes permitam continuar a dar sua contribuição fundamental para a conservação da biodiversidade e redução da pobreza.

No caso do Brasil e das áreas analisadas neste estudo, acredita-se que o envolvimento comunitário nas atividades de uso público, seja de populações tradicionais ou locais, poderia ser um caminho de conciliação entre o uso indireto e sustentável dos recursos naturais e a gestão efetiva do uso público.

Considerações finais

Diante das belezas cênicas e biodiversidade singular os ecossistemas brasileiros possuem grande potencial para a criação de Unidades de Conservação. Apesar de já existirem vários parques e outras UCs no Brasil, ainda existe um longo caminho para que a conservação destes ecossistemas seja realmente efetiva. Espera-se que as formas de gestão das áreas protegidas sejam otimizadas visando uma conservação mais eficaz. E que o Estado seja capaz de gerenciar e explorar o potencial dessas áreas de forma a contribuir para a educação e conscientização da população de

que ela é parte integrante desses ecossistemas. Com isso espera-se que haja um maior estímulo ao uso público e pesquisas.

Como observado nos resultados, a maioria dos parques foca o uso público apenas em trilhas interpretativas, o que acaba subutilizando o potencial de atrativos para visitação. Atividades diversificadas talvez contribuíssem mais para a interação da população com os ecossistemas e as rotinas de gestão do parque, aumentando a visitação e o interesse da população em contribuir com a conservação dos ecossistemas.

Alguns parques, por falta de infraestrutura, não controlam e nem cobram a visitação, o que acaba favorecendo empresas particulares de turismo.

Sendo assim, é importante que haja maior participação do Estado, de forma direta, controlando todo o programa, treinando e contratando monitores e guias locais, ou indiretamente, exigindo que as empresas particulares o façam, e que parte dos recursos seja revertida para as Unidades de Conservação.

O presente estudo discorda da proposta de exclusão de pessoas dos parques e acredita que a gestão participativa destas áreas deva ser cada vez mais incentivada pelo poder público.

A difusão e incentivo aos costumes regionais pelo Estado seria uma estratégia interessante. Sentindo-se parte integrante da UC e vendo que o turismo pode lhes trazer retorno financeiro, as populações do entorno poderiam atuar como agentes multiplicadores dos ideais conservacionistas, uma vez que a conservação do ecossistema implica também na perpetuação de seus costumes e no manejo racional dos recursos naturais como fontes alternativas de renda. Esta prática poderia colaborar para que a conservação não fique apenas restrita aos pesquisadores, livros didáticos e publicações acadêmicas, mas passe a ser compreendida e praticada por toda sociedade.

Referências Bibliográficas

AOKI, H.; ANDRADE, W.J. Programa de Uso Público e seu Papel na Conservação da Natureza. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1, 1997, Curitiba. **Anais...** Universidade Livre do Meio Ambiente; Rede Pró-Unidades de Conservação; Instituto Ambiental do Paraná, 1997

ARAÚJO, M. A. R. **Unidades de Conservação no Brasil**: da República à gestão de classe mundial. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.

ARRUDA, R. S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1, 1997, Curitiba. **Anais...** Universidade Livre do Meio Ambiente; Rede Pró-Unidades de Conservação; Instituto Ambiental do Paraná, 1997.

BRASIL. **Lei 9985/00** que Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Gestão Participativa do SNUC**: áreas protegidas do Brasil. Brasília, DF, MMA, 2004.

BRASIL. Ministério de Meio Ambiente. **Management effectiveness of Brazil's federal protected areas implementation of the Rappam Methodology Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management**. Organized by Cristina Aragão Onaga, Maria Auxiliadora Drumon, Translated by Adriana Casanova Guedes de Almeida. Brasília, DF: MMA; IBAMA, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Relatório de gestão 2009**. Brasília, DF: MMA; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, 2009.

DAVENPORT, L.; BROCKELMAN, W.Y.; WRIGHT, P.C. ;RUF, K.; DEL VALLE. F.B.R. Ferramentas de Ecoturismo para Parques. *In*: TERBORGH, J.; SCHAIK, C.V.; DAVENPORT, L.; RAO, M. **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Editora UFPR, 2002, 518p.

DIEGUES, A.C. **A Educação Ambiental e a Questão das Áreas Naturais Protegidas**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras - NUPAUB, 1998. Disponível em: <www.usp.br/nupaub>. Acesso: 09/10/2009.

FARIA, H. H. Avaliação do desempenho gerencial de unidades de conservação: a técnica a serviço de gestões eficazes, p.139-160. *In*: ARAÚJO, M. A. R. **Unidades de Conservação no Brasil**: Da República à Gestão de Classe Mundial. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.

FERREIRA, L. da C. Dimensões Humanas da Biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas do Vale do Ribeira, SP, Brasil. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, SP: NEPAM, v. 7, n. 1, p. 47-66, 2004

FONSECA, G. A. B.; PINTO, L. P.; RYLANDS, A. B. Biodiversidade e unidades de conservação. p.189-209. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1, 1997, Curitiba. **Anais...** Universidade Livre do Meio Ambiente; Rede Pró-Unidades de Conservação; Instituto Ambiental do Paraná, 1997.

GIRALDELLA, H.; NEIMAN, Z. Planejamento e gestão em áreas naturais protegidas. *In*: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Orgs.) **Turismo e Meio Ambiente no Brasil**. Barueri/SP. Ed. Manole... p. 124-148, 2010.

IBASE - INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Água: bem público em unidades de conservação**. Parque Nacional da Tijuca - Programa Petrobrás Ambiental: Julho de 2006.

MAIA, S.G.C. **Caracterização da Visitação Pública em Unidades de Conservação: o caso do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães**. 1º Congresso de Natureza, Turismo e Sustentabilidade: CONATUS, 2010.

MOMBESHORA, S.; LE BEL, S. Parks-people conflicts: the case of Gonarezhou National Park and the Chitsa community in south-east Zimbabwe. **Biodivers Conserv**, n.18, p.2601-2623, 2009.

MORSELLO, C. Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo. Annablume: Fapesp, São Paulo.2001.

- OLIVEIRA, E.R. **Populações Humanas na Estação Ecológica Juréia-Itatins**. In: DIEGUES, A.C. (coord). Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras - NUPAUB, 2004.
- OLMOS, F.; SÃO BERNARDO, C. S.; GALETTI, M. O impacto dos Guaranis sobre unidades de conservação. p. 246-261. In: RICARDO, F. (org.). **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.
- PESSOA, M.A.; RABINOVICI, A. Inserção comunitária e as atividades do turismo. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Orgs.) **Turismo e Meio Ambiente no Brasil**. Barueri/SP. Ed. Manole, p. 105-123, 2010.
- PAGANI, M.I; SCHIAVETTI, A; MORAES, M. E. B.; TOREZAN, F. H. As trilhas interpretativas da natureza e o ecoturismo. In: LEMOS, A.I.G. **Turismo: impactos socioambientais**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- PIMBERT, M.P.; PRETTY, J.N. Parks, people and professional: putting participation into protected area management. In: GHIMIRE, K.B.; PIMBERT, M.P. (orgs). **Social change and conservation: environmental politics and impacts of National Parks and Protected Areas**. Geneva: Earth Publications Limited, 1997.
- PINTO, L. P.; BEDÊ, L.C.; PAESE, A.; FONSECA, M.; PAGLIA, A. P.; LAMAS, I. Mata Atlântica Brasileira: os desafios para conservação da biodiversidade de um Hotspot mundial. In: ROCHA, C. F. D.; BERGALLO, H. G.; VAN SLUYS, M. & ALVES, M. A. S. (Orgs). **Biologia da Conservação: essências**. RiMa, São Carlos, Brasil, p.69-96, 2006.
- ROCHA, L. G. M. da; DRUMMOND, J. A; GANEM, R. S. Parques nacionais brasileiros: problemas fundiários e alternativas para a sua resolução. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 205-226, jun. 2010.
- RODRIGUES, C.L. Limites do Consenso: territórios polissêmicos da Mata Atlântica e a gestão ambiental participativa. 2007. **Tese** (Doutorado em Geografia Humana), FFLCH-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- SALVATI, S.S (org.) **Turismo Responsável: manual para políticas locais**. WWF Brasil, Brasília, 2004.
- SANTOS, A. J. dos. Estimativas de riqueza em espécies. In: Cullen, L.; Rudran, R.; Valladares-Padua, C. (orgs.). **Métodos de estudos em biologia da conservação: manejo da vida silvestre**. Curitiba: Editora da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2003.
- SCHERL, L.M.; WILSON, A; WILD, R.; BLOCKHUS, J; FRANKS, P.; McNEELY, J. A.; McSHANE, T. O. **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e limitações**. Gland, Switzerland, União Mundial para Conservação da Natureza - IUCN, 2006.
- SOARES, M. Impactos do Turismo: os efeitos do ecoturismo em Unidades de Conservação. **Revista Científica do Curso de Turismo do Instituto Cenecista Fayal de Ensino Superior - IFES**, v. 02, n. 02, nov. 2007.

TAKAHASHI, L. Uso Público em Unidades de Conservação. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. **Cadernos de Conservação**, Curitiba, v.2, n. 2, out. 2004.

TERBORGH, J.; SCHAIK, C. V.; DAVENPORT, L.; RAO, M. **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Editora UFPR, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002, 518p.

TIES - THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY. **Fact Sheet: Global Ecotourism**. Set. 2006. Disponível em: <www.ecotourism.org> Acesso: 08/06/2010..

TORQUEBIAU, E.; TAYLOR, R.D. Natural resource management by rural citizens in developing countries: innovations still required. **Biodivers Conserv**, n. 18, p. 2537-2550, 2009.

ZIMMERMANN, A.; RODRIGUES, C.G.O.; ANDRADE, J. Visitação em Parques Nacionais: Oportunidades para participar, vivenciar e conservar. **Caderno Virtual de Turismo**. Dez. 2005. Disponível em: <www.ivt-rj.net/sapis/anais2005/eixo5/zimmermann.htm> Acesso: 15/03/2011.

WILSON, E.O. (org.). **Biodiversidade**. Tradução de Marcos Santos e Ricardo Silveira. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 1997.

Suelen Bellinassi: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Email: suelen.bellinassi@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9836121710072207>

Ana Carolina Pavão: Universidade Federal de São Carlos

Email: aninha_pavao@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7434497037042165>

Eliana Cardoso-Leite: Universidade Federal de São Carlos

Email: eliana.leite@ufscar.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2186623269243747>

Data de submissão: 15 de fevereiro de 2011.

Data do aceite: 16 de maio de 2011.

SEÇÃO
RESENHAS

Quando eu tiver setenta anos

Quando eu tiver setenta anos
então vai acabar esta minha adolescência

vou largar da vida louca
e terminar minha livre docência

vou fazer o que meu pai quer
começar a vida com passo perfeito

vou fazer o que minha mãe deseja
aproveitar as oportunidades
de virar um pilar da sociedade
e terminar meu curso de direito

então ver tudo em sã consciência
quando acabar esta adolescência

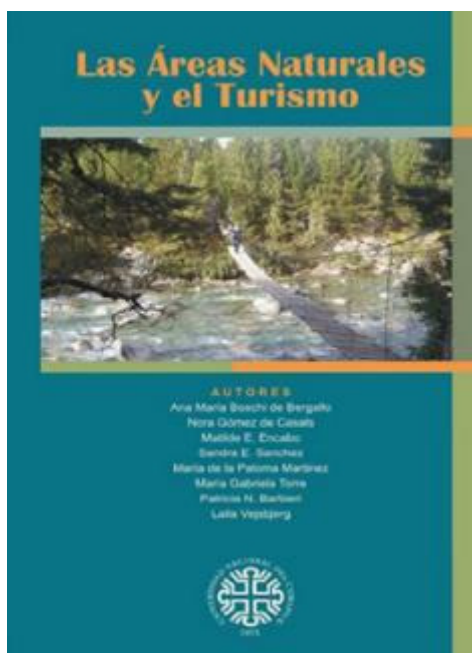
Paulo Leminski



As áreas naturais e o turismo: conceitos, reflexões, práticas, impactos, responsabilidades e sensibilização

Claudia Maria Astorino

BERGALLO, Ana María Boschi [et al]. **Las Áreas Naturales y el Turismo**. Neuquén: Editorial de la Universidad Nacional del Comahue, 2007.



A obra *Las Áreas Naturales y el Turismo* tem como escopo apresentar um panorama da relação anunciada pelo título da obra, que pode manifestar-se de distintas maneiras e resultar em efeitos desejáveis e impactos indesejáveis. Os oito autores, Ana María Boschi de Bergallo, Nora Gómez de Casals, Matilde E. Encabo, Sandra E. Sanchez, María de la Paloma Martínez, María Gabriela Torre, Patricia N. Barbieri e Laila Vejsbjerg, estão identificados, mas não há menção às suas áreas de atuação ou à experiência profissional de cada um deles em áreas correlatas ao Turismo. Deduz-se que são profissionais dessas áreas, docentes de uma universidade argentina, provavelmente a mesma da editora que publicou a obra. Vale ressaltar que todos os casos analisados são daquele país.

El equipo de cátedra de “Áreas naturales turísticas” organizó este libro con el fin de reunir distintas miradas disciplinares acerca del aprovechamiento turístico de los recursos naturales. Como hecho poco usual, desde el Turismo, la Ecología y la Geografía, en un trabajo interdisciplinario, se abordan diferentes temas ejes de las asignaturas del área. *Las Áreas Naturales y el Turismo* tiene como propósito aportar conocimiento, producto de diferentes trabajos de investigación, documentos y/o informes de extensión referidos al Turismo. [...] La integración del espacio argentino, desde lo turístico, hace necesario repensar la necesidad de estrategias ambientales (p. 7).

Encontra-se a obra dividida em cinco partes, cada qual, por sua vez, subdividida em artigos inter-relacionados. A primeira parte, denominada *Los sistemas naturales turísticos*, discute conceitos fundamentais para a reflexão que a obra se propõe, como *espacio geográfico*, *espacio turístico*, *área natural* (em que se apresenta o Sistema Nacional de Áreas Protegidas da Argentina), *área natural turística* e *patrimônio natural*. Discorre sobre os ecossistemas com potencialidade para

atividades recreativas e turísticas de acordo com seu grau de naturalidade. Em seguida, propõe uma reflexão acerca dos Sistemas Naturais Turísticos quanto ao possível uso sustentável, evidenciando o relevante papel do guia de turismo na condução de uma atividade turística que promova a conservação. Relaciona a paisagem a atividades de turismo sustentável, e, tendo este último como eixo norteador, orienta, passo a passo, como organizar uma trilha de interpretação. Há também uma proposição de estudo dos sistemas naturais turísticos, em que se apresenta a importância e a metodologia para proceder a um inventário da oferta dos recursos naturais com potencialidade de uso turístico. Recomenda-se essa leitura a profissionais que tem a incumbência de planejar a atividade turística em áreas naturais, sobretudo, em Unidades de Conservação. Finalizando a primeira parte, discorre-se sobre a cartografia aplicada ao turismo.

A conformação das áreas naturais argentinas são tratadas na segunda, terceira e quarta parte do livro: *ÁREAS NATURALES TURÍSTICAS DE LLANURA Y MESETA*; *ÁREAS NATURALES TURÍSTICAS DE MONTAÑAS Y SIERRAS* e *ÁREAS NATURALES TURÍSTICAS DE COSTA*, respectivamente.

Na segunda parte, evidencia-se a identidade paisagística daquela conformação geográfica e apontam-se conflitos ambientais. Um pouco mais adiante, no entanto, apresenta-se um quadro de exemplos de aproveitamento turístico recreativo sustentável. Como resultado da grande evidência paleontológica na região, discute-se o paleoturismo como modalidade de turismo desejável/sustentável.

A terceira parte discorre sobre as áreas de montanhas, desde sua formação às condições de estabilidade/instabilidade que este cenário geográfico descortina. Discute também quanto o clima pode condicionar o uso turístico das áreas de montanhas. Por fim, para melhor compreensão da relevância desse cenário montanhoso para a Argentina, evidencia-se como a Cordilheira dos Andes incumbe-se de organizar o espaço no país, de norte a sul, *“basta pensar que a Argentina tem quase 30% do seu território ocupado por montanhas, que, por suas características, oferecem uma grande quantidade de paisagens e, portanto, um número infinito de possibilidades para o desenvolvimento de atividades turístico-recreativas”* (p. 141), durante todas as estações do ano. Enfatiza a importância de se perseguir uma atividade turística sustentável, de modo a evitar eventuais impactos indesejáveis, e termina discorrendo sobre os refúgios para visitantes nas áreas de montanhas.

A quarta parte trata das paisagens costeiras, seus atrativos turísticos e os impactos que a atividade turística pode trazer consigo, principalmente no que tange ao uso turístico de ilhas. Para um melhor entendimento desses impactos, os autores discutem casos de sucesso e insucesso advindos de tal manejo.

Esses três capítulos resultam de grande interesse para profissionais que almejam desenvolver produtos turísticos, cujos destinos seriam as áreas naturais da Argentina, posto que apresentam informações precisas e detalhadas sobre cada cenário geográfico, suas características, fragilidades e singularidades. Ainda, apresentam detalhes sobre a flora e fauna de cada um dos biomas e distintos

ecossistemas do país, sugerindo atividades recreativas e de turismo de interpretação ambiental, com base nessa biodiversidade, que conta com muitas espécies autóctones.

A quinta e última parte traz à luz a integração turística nas áreas naturais, em busca do turismo sustentável, assim como a integração turística regional.

Recomenda-se essa leitura a profissionais envolvidos com planejamento turístico em áreas naturais, em especial modo, em Unidades de Conservação. Ademais, seria leitura interessante para docentes de cursos de Turismo responsáveis por disciplinas ligadas ao pensamento do turismo em um contexto norteado pela busca da sustentabilidade.

O fato de estar escrito em língua espanhola não dificulta muito a leitura por parte de leitores brasileiros que não conhecem esse idioma. Ao contrário, serve para familiarizá-los com a terminologia dessa subárea/modalidade de turismo em castelhano, pois os leitores encontrarão termos quase idênticos, como, por exemplo, *ecosistema*, como também termos que possuem equivalentes em português do Brasil, como é o caso de *área protegida*, que equivale à *Unidade de Conservação*, e de *Sistema Nacional de Áreas Protegidas*, que, por sua vez, equivale a *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. Cabe, entretanto, a ressalva, que alguns poucos termos podem causar certa dificuldade na hora de o leitor brasileiro buscar um equivalente em português, pois refletem diferenças do meio ambiente natural da Argentina, como pode ser exemplificado com o termo *puna*, que se refere a um bioma argentino de altitude superior a 4000 metros.

Recomenda-se, portanto, esta obra para todos aqueles que se debruçam sobre o estudo do *fazer turismo*, especialmente, para profissionais de planejamento turístico em áreas naturais, tendo como premissa a busca da sustentabilidade para o desenvolvimento dessa atividade.

Claudia Maria Astorino: Universidade Federal de São Carlos.

Email: claudia.astorino@ufscar.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4227674833978497>

Data de submissão: 12 de maio de 2010.

Data de aceite: 19 de maio de 2011.